

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

RAONI MAURICIO DA FONSECA LEMOS DUARTE

**ÁSIA CENTRAL E CÁUCASO:
AS RELAÇÕES COM O BRASIL SOB A ÉGIDE DO NOVO
GRANDE JOGO DO SÉCULO XXI**

**Porto Alegre
2012**

RAONI MAURICIO DA FONSECA LEMOS DUARTE

**ÁSIA CENTRAL E CÁUCASO:
AS RELAÇÕES COM O BRASIL SOB A ÉGIDE DO NOVO
GRANDE JOGO DO SÉCULO XXI**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Relações Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para a obtenção do grau de bacharel em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. José Miguel Quedi Martins

**Porto Alegre
2012**

RAONI MAURICIO DA FONSECA LEMOS DUARTE

ÁSIA CENTRAL E CÁUCASO:
AS RELAÇÕES COM O BRASIL SOB A ÉGIDE DO NOVO GRANDE
JOGO DO SÉCULO XXI

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Relações Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para a obtenção do grau de bacharel em Relações Internacionais.

Aprovada em: Porto Alegre, _____ de _____ de 2012.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. José Miguel Quedi Martins – Orientador, UFRGS

Prof. Dr. André Luiz Reis da Silva – UFRGS

Prof. Dr. Paulo Gilberto Fagundes Visentini – UFRGS

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, dedico este trabalho a três instituições que contribuíram de forma fundamental para a minha formação. À Universidade Federal do Rio Grande do Sul, registro o meu mais sincero obrigado às oportunidades, ao ensino público e de qualidade e à formação exemplar como cidadão e como profissional proporcionada durante a graduação. Agradeço, também, por me ensinar a conviver com a diversidade, por me fazer acreditar no valor da pesquisa e do conhecimento e por contribuir para a formação de uma sociedade mais esclarecida.

À Universidade do Minho, em Portugal, agradeço por ter me acolhido de forma calorosa em um momento muito especial de minha vida e por ter me proporcionado alguns dos melhores meses desses cinco anos de graduação. Por fim, ao Colégio Militar de Porto Alegre, base de minha formação como estudante e como pessoa, dedico este trabalho por ter me ensinado valores como ética, disciplina, dedicação e perseverança, bem como por ter sido minha segunda casa por sete anos.

Este trabalho também é dedicado aos professores do curso de graduação em Relações Internacionais. Agradeço pelas novas visões proporcionadas acerca da realidade que nos cerca e das dinâmicas que regem as relações entre os Estados e entre os povos. Acima de tudo, agradeço por acreditarem na educação e no Brasil e por repassarem essa crença aos alunos. Em especial, agradeço aos professores André Reis e Paulo Visentini pelas aulas proporcionadas e por terem aceitado o convite para serem os avaliadores deste trabalho. Ao prof. Visentini, agradeço, ainda, por ter me repassado o contato do Excl. Embaixador Paulo Pereira Pinto, que gentilmente se dispôs a conceder uma entrevista para a complementação deste trabalho. Ao Embaixador Pereira Pinto, ficam registrados meus mais sinceros agradecimentos pela contribuição e pela disponibilidade.

Ao professor José Miguel Martins – vulgo Zé Miguel – agradeço por ter aceitado ser meu orientador nessa pesquisa e por acreditar em meu potencial como estudante de Relações Internacionais. Acima de tudo, agradeço pelas cobranças que garantiram o andamento deste trabalho, pelas conversas e debates em sala de aula, nos corredores da faculdade ou nos restaurantes próximos à UFRGS e por estimular a pesquisa e a busca do conhecimento junto aos estudantes do curso.

Aos meus amigos – aqueles de longa data ou aqueles que surgiram em minha vida durante a graduação; aos que conviveram quase que diariamente comigo ou que, mesmo distantes, se fizeram presentes – meu mais sincero obrigado. A todos vocês, agradeço pelo

apoio recebido, pela amizade e pela camaradagem. Tenho certeza que essa chama de afeto manter-se-á aquecida por muitos anos.

Em especial aos colegas das Relações Internacionais da UFRGS, registro que me sinto privilegiado por ter convivido com vocês no decorrer dos últimos quase cinco anos e por ter compartilhado momentos de alegria, de descontração, de apreensão e, como não podia deixar de ser, de desespero. Desejo sucesso nas empreitadas e nas conquistas futuras que vocês certamente terão. Não poderia deixar de destacar a figura de Silvia Sebben, grande amiga que a UFRGS me proporcionou e um exemplo de ser humano, a quem agradeço por revisar este trabalho, pela amizade e, acima de tudo, por confiar em meu potencial como acadêmico e como profissional. Agradeço, também, a Bruno Magno pela ajuda com a revisão e por, indiretamente, ter me apresentado a Ásia Central como objeto para estudos.

Por fim, aos meus familiares, deixo registrado meu mais sincero agradecimento por acreditarem em meu potencial, por me ensinar a não ter medo de encarar as adversidades da vida e por me lembrar de que, nos momentos de alegrias e de tristezas, a família sempre está por perto para proporcionar o apoio necessário. Acima de tudo, agradeço aos meus pais pelas oportunidades proporcionadas, pelo esforço em garantirem uma educação exemplar para mim, por sempre estarem por perto quando precisei de apoio, pelos conselhos e pelos “nãos” fornecidos e por possibilitarem a realização dos meus sonhos. Eu não estaria aqui se não fosse por vocês.

A todos, meu mais sincero obrigado.

"O impossível é o fantasma dos tímidos e o refúgio dos covardes".

Napoleão

"Apesar de toda a retórica das reviravoltas nas condições gerais, as revoluções representam muito mais sobre o grau de ruptura de uma sociedade do que sobre o enraizamento de suas virtudes".

Parag Khanna

"Exige muito de ti e espera pouco dos outros. Assim, evitarás muitos aborrecimentos".

Confúcio

"Prefiro carregar o peso de uma mochila nas costas do que o da consciência de não ter conhecido o mundo".

Autor desconhecido

RESUMO

O tema central do presente trabalho é o de analisar as dinâmicas das relações na Ásia Central e no Cáucaso e as possibilidades que se apresentam para o Brasil fortalecer a sua presença em ambas as regiões. O argumento principal da pesquisa é o de que o Brasil teve interesses em estreitar as relações com essas regiões, embora a Ásia Central e o Cáucaso ocupem uma posição secundária nos interesses externos brasileiros. A relevância de tal estudo advém no fato de que estas são regiões pouco conhecidas do grande público brasileiro, as quais contam com pouca produção acadêmica no Brasil.

Desde os anos 90 – e com mais intensidade a partir de 2003, com o início do governo Lula – o Brasil procurou diversificar os seus parceiros internacionais, investindo na Cooperação Sul-Sul com os países em desenvolvimento, os quais ocuparam espaço central nos últimos anos no contexto da política externa brasileira. Por sua vez, duas regiões eurasiáticas adquiriram maior importância geoestratégica nas Relações Internacionais – a Ásia Central e o Cáucaso. Desde a queda da URSS, essas zonas do globo atraíram a atenção externa em função de sua localização especial como ponto de conexão entre a Europa e a Ásia. A Ásia Central e o Cáucaso gradualmente se firmaram no cenário internacional como zonas de grande relevância econômica, estratégica e securitária para os grandes players das Relações Internacionais contemporâneas.

PALAVRAS-CHAVES: Brasil, Política Externa Brasileira, Ásia Central, Cáucaso, Eurásia, Relações Internacionais Contemporâneas, Novo Grande Jogo.

ABSTRACT

The goal of this paper is to analyze the dynamics of the relations in Central Asia and in the Caucasus and to point the possibilities that come up with for Brazil to strengthen its presence in both regions. The main argument of the research is that Brazil has been interested in narrowing the relations with those regions, although Central Asia and the Caucasus have a secondary position in the Brazilians foreign interests. The relevance of this study accrue in the fact that these are areas in the globe which are little known by the general public and which contain a limited academic production in Brazil.

Since the 1990s – and especially after 2003, with the beginning of Lula’s government – Brazil sought to diversify its international partners, investing in the South-South Cooperation with the developing nations, which have a central relevance in the last years in the context of the Brazilian foreign policy. On their side, two Eurasians regions acquired more geostrategic relevance in the International Relations – Central Asia and the Caucasus. Since the fall of the USSR, those zones attracted more external attention due to their especial location as a bridge between Europe and Asia. Central Asia and Caucasus gradually consolidated in the international arena as areas of great economic, strategic, and security relevance for the big players of the contemporary International Relations.

Keywords: Brazil, Brazilian Foreign Policy, Central Asia, Caucasus, Eurasia, Contemporary International Relations, New Great Game.

RESUMEN

El tema central de este trabajo es examinar la dinámica de las relaciones en Asia Central y en el Cáucaso y las posibilidades que se presentan a Brasil para reforzar su presencia en ambas las regiones. El argumento principal es que Brasil tuvo intereses en estrepar las relaciones con estas regiones, aunque Asia Central y el Cáucaso ocupan un lugar secundario en los intereses extranjeros brasileños. La importancia de este estudio se radica en el hecho de que estas áreas del globo son poco conocidas por el gran público brasileño y que tienen poca producción académica en Brasil.

Desde los años 90 - y con más intensidad a partir de 2003, con el inicio del gobierno Lula - Brasil ha tratado de diversificar sus socios internacionales, invistiendo en la cooperación Sur-Sur con los países en desarrollo, que han ocupado un espacio central en los últimos años en el contexto de la política exterior brasileña. A su vez, dos regiones de Eurasia adquirieron mayor importancia geoestratégica en las relaciones internacionales – el Asia Central y el Cáucaso. Desde el fin de la URSS, estas áreas del globo hay atraído la atención externa por su especial ubicación como punto de conexión entre Europa y Asia. Asia Central y el Cáucaso, poco a poco ganaron espacio en la escena internacional como áreas de gran importancia económica, estratégica y securitaria para los grandes actores de las Relaciones Internacionales.

Palabras claves: Brasil, Política Externa Brasileña, Asia Central, Cáucaso, Eurasia, Relaciones Internacionales Contemporáneas, Nuevo Gran Juego.

RÉSUMÉ

Le but de cet article est d'analyser la dynamique des relations dans l'Asie Centrale et dans le Caucase et à souligner les possibilités qui se présentent au Brésil de renforcer sa présence dans ces deux régions. L'argument principal de la recherche est que le Brésil a eu l'intérêt de conserver les relations avec ces régions, bien que l'Asie centrale et du Caucase ont une position secondaire dans l'intérêt des Brésiliens étrangers. La pertinence de cette étude s'appuie sur le fait qu'ils sont deux régions du monde peu connues du grand public, lesquelles manquent d'une production brésilienne académique suffisante.

Depuis le 90e - et surtout après 2003, à cause du début du gouvernement de Lula - le Brésil a essayé de diversifier ses partenaires internationaux au moyen d'investissement sur la coopération Sud-Sud avec les pays de développement, qui occupaient une place centrale dans les dernières années dans le cadre de la politique étrangère brésilienne. D'autre part, deux régions Eurasiens ont acquis plus d'importance géostratégique dans les relations internationales – l'Asie Centrale et le Caucase. Depuis la chute de l'URSS, ces zones ont attiré l'attention externe en raison de sa situation particulière en tant que point entre l'Europe et l'Asie. Progressivement, l'Asie centrale et le Caucase sont devenues zones de pertinence économique, stratégique et sécurité dans la mise-en-scène internationale pour les grands acteurs des relations internationales contemporaines.

Mots clés: Brésil, politique étrangère brésilienne, l'Asie Centrale, le Caucase, l'Eurasie, Relations Internationales Contemporaines, le Nouvelle Grand Jeu.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Mapa político da Ásia Central e do Cáucaso.....	24
Figura 2 – Mapa dos principais dutos existentes e projetados na região do Cáucaso.....	34
Figura 3 – A rota dos dutos em direção ao Extremo Oriente.....	37
Figura 4 – Mapa da região do Mar Cáspio.....	43
Gráfico 1 – Exportações Brasileiras para Ásia Central e Cáucaso – 2004 a 2011.....	72
Gráfico 2 – Saldo Comercial do Brasil com Ásia Central e Cáucaso– 2004 a 2011.....	72

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Os países da Ásia Central e do Cáucaso e suas respectivas capitais.....	24
Tabela 2 – Reservas comprovadas e produção de Gás Natura nos países do Mar Cáspio.....	40
Tabela 3 – Reservas comprovadas e produção de Petróleo nos países do Mar Cáspio.....	40
Tabela 4 – Dados Gerais do Cazaquistão.....	102
Tabela 5 – Dados Gerais do Quirguistão.....	103
Tabela 6 – Dados Gerais do Tadjiquistão.....	104
Tabela 7 – Dados Gerais do Turcomenistão.....	105
Tabela 8 – Dados Gerais do Uzbequistão.....	106
Tabela 9 – Dados Gerais da Armênia.....	107
Tabela 10 – Dados Gerais do Azerbaijão.....	108
Tabela 11 – Dados Gerais da Geórgia.....	109
Tabela 12 – Balança Comercial entre o Brasil e os países da Ásia Central.....	110
Tabela 13 – Balança Comercial entre o Brasil e os países do Cáucaso.....	111

LISTA DE ABREVIATURAS E DE SIGLAS

- ABC – Agência Brasileira de Cooperação
- BRICS – Grupo formado por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul
- BTC – Gasoduto Baku-Tbilisi-Chehan
- BTE – Oleoduto Baku-Tbilisi-Erzurum
- CACI – *Central Asia Counternarcotics Initiative*
- CASA 1000 – projeto de transmissão de energia *Central Asia – South Asia 1000*
- CEI – Comunidade dos Estados Independentes
- CSNU – Conselho de Segurança das Nações Unidas
- DASC – Divisão da Ásia Central
- DACMO – Departamento da Ásia Central, Meridional e Oceania
- DOMA – Departamento do Oriente Médio e da Ásia Central
- Embrapa – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
- EUA – Estados Unidos da América
- Eurasec – Comunidade Econômica Eurasiática (sigla em inglês)
- FHC – Fernando Henrique Cardoso, ex-presidente da República Federativa do Brasil
- FMI – Fundo Monetário Internacional
- IBAS – Fórum de Diálogo Índia, Brasil e África do Sul
- IED – Investimento Estrangeiro Direto
- MDIC – Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior da República Federativa do Brasil
- MRE – Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil
- OCX – Organização para Cooperação de Xangai
- ONU – Organização das Nações Unidas
- OSCE – Organização para Segurança e Cooperação na Europa
- OTAN – Organização do Tratado do Atlântico Norte
- OTSC – Organização do Tratado de Segurança Coletiva
- PEB – Política Externa Brasileira
- SAARC – Associação Sul-Asiática para Cooperação Regional (sigla em inglês)
- TAPI – Gasoduto Turcomenistão-Afeganistão-Paquistão-Índia
- UE – União Europeia
- URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

SUMÁRIO

1 Introdução	16
2 A Ásia Central e o Cáucaso nas Relações Internacionais Contemporâneas	22
2.1 Contextualização do objeto de análise	22
2.2 Histórico recente	26
2.3 Os países caucasianos	30
2.4 Os cinco Istões da Ásia Central	34
2.5 Considerações preliminares	40
3. O Novo Grande Jogo e seus principais players	42
3.1 Importância da <i>Central Caucasus Asia</i> na geopolítica atual	42
3.2 Novo Grande Jogo: contextualização	46
3.3 As relações com a Rússia e com a China	48
3.4 A presença ocidental na Ásia Central e no Cáucaso	52
3.5 Os novos players do Novo Grande Jogo	54
3.6 Afeganistão: a última peça do tabuleiro	58
3.7 Considerações preliminares	60
4 As Relações do Brasil com a Ásia Central e com o Cáucaso	62
4.1 Contextualização da política externa brasileira no século XXI	63
4.2 Evolução das relações diplomáticas com a Ásia Central e com o Cáucaso	67
4.3 Comércio internacional e cooperação técnica como variáveis das relações brasileiras com a Ásia Central e com o Cáucaso	70
4.4 Oportunidades para expansão da presença brasileira na Ásia Central e no Cáucaso	74
4.5 Considerações preliminares	77
5. Considerações finais	80
Referências	86
Apêndice	99

Apêndice A. Transcrição da entrevista com o Embaixador Paulo Antônio Pereira Pinto, chefe da representação do MRE no Rio Grande do Sul.....	99
Apêndice B. Dados Gerais dos países da Ásia Central	102
Apêndice C. Dados Gerais dos países do Cáucaso	107
Apêndice D. Balança Comercial Brasileira com os países da Ásia Central e do Cáucaso ...	110

1 Introdução

O tema central do presente trabalho é analisar as dinâmicas das relações entre o Brasil e os países da Ásia Central e do Cáucaso, apontando as possibilidades que se apresentam para Brasília fortalecer a sua presença na região. Ao final do trabalho, espera-se responder a seguinte pergunta: a Ásia Central e o Cáucaso deveriam ocupar uma posição de maior relevância na política externa brasileira?

A hipótese que conduziu a elaboração deste estudo é a de que o Brasil, mesmo estando distante geograficamente e não dispondo de meios para disputar ativamente o Novo Grande Jogo na região, teve interesses de estreitar os laços diplomáticos e econômicos com essas duas zonas eurasiáticas. Considerando que a Ásia Central e o Cáucaso estão no centro das atenções dos principais atores das relações internacionais contemporâneas, o Brasil despendeu maiores atenções para essas regiões, embora as mesmas ocupem uma posição secundária em termos de interesses externos da política externa brasileira.

Dois objetivos principais conduziram a elaboração da pesquisa. O primeiro deles foi o de analisar as dinâmicas das relações entre o Brasil e os países da Ásia Central e do Cáucaso, impulsionadas durante o governo Lula (2003 – 2010) e que seguem ativas durante a primeira metade do governo Dilma (2011 – 2012). Por sua vez, um segundo objetivo foi o de traçar uma análise das dinâmicas conjunturais dessas duas regiões eurasiáticas a fim de compreender os motivos e os interesses que impulsionaram a presença das grandes potências mundiais – notadamente China, Estados Unidos, Rússia e os países europeus – e das potências regionais da Eurásia nessa zona do globo a partir da dissolução da União Soviética (URSS).

A relevância de tal estudo assenta-se no fato de serem regiões pouco conhecidas por parte do grande público brasileiro, as quais contam com pouca produção acadêmica nacional. Dada a relevância que o centro da Eurásia adquiriu na geopolítica mundial do pós-Guerra Fria, faz-se necessário que o Brasil disponha de maior conhecimento acerca da Ásia Central e do Cáucaso. Assim, um objetivo secundário que se impôs ao presente trabalho foi o de contribuir para o incremento da bibliografia disponível no Brasil sobre a Ásia Central e o Cáucaso contemporâneos. Espera-se que ele contribua para relativizar um pouco a falta de conhecimento que a sociedade brasileira, de forma geral, tem sobre essas regiões. Além disso, espera-se que ele sirva como fonte de consulta para futuras pesquisas que a academia nacional venha a realizar sobre esses países.

Outros objetivos secundários que impulsionaram a pesquisa foram o de compreender as razões de a Ásia Central ser considerada uma peça fundamental nas relações internacionais

atuais; entender a relevância da região para a consolidação de uma integração eurasiática; identificar a inserção de novos atores no complexo jogo de interesses desencadeado na Ásia Central e no Cáucaso; e compreender os rumos da política externa brasileira na primeira década do século XXI.

A partir de 2003, com o início do governo Lula da Silva, o Brasil deu estímulo à diversificação de parceiros internacionais, investindo especialmente na Cooperação Sul-Sul com os países em desenvolvimento. Embora tal aproximação já começasse a ser delineada no final dos anos 1990, foi durante a presidência de Lula que as relações com as nações em desenvolvimento readquiriram importância na agenda externa do país. Esse movimento pode ser percebido através do aumento recente no número de representações diplomáticas no exterior, principalmente na África, na Ásia e na região do Caribe. Outros fatores que demonstram o empenho brasileiro de se aproximar do mundo em desenvolvimento são o estímulo à cooperação técnica com essas nações e o aumento do fluxo de comércio, em especial para a África e para a Ásia. Percebe-se, assim, que as relações com os países em desenvolvimento adquiriram importância central nos últimos anos para o Brasil, o qual procurou fortalecer novos eixos de relações diplomáticas e de inserção no sistema internacional (AMORIM, 2011).

Por sua vez, duas regiões adjacentes do globo cresceram significativamente em importância geoestratégica – a Ásia Central e o Cáucaso. Desde a queda da URSS, essas zonas do globo atraíram a atenção internacional em função de sua localização especial, constituindo-se como ponto de conexão entre a Europa e a Ásia. No século XXI, esse amplo espaço geográfico pode se converter em entroncamento de uma possível integração eurasiática (KHANNA, 2008). Além disso, cabe destacar que algumas dessas jovens repúblicas possuem vastas reservas de petróleo e de gás natural, atraindo o interesse (e a cobiça) de importantes atores internacionais.

A Ásia Central e o Cáucaso se apresentam cada vez mais como uma zona de grande relevância econômica, estratégica e securitária para os grandes *players* das relações internacionais contemporâneas. Os rumos políticos dessas duas regiões eurasiáticas afetam diretamente os interesses de países como China, Estados Unidos, Rússia e Índia, bem como da União Europeia e de atores regionais relevantes como o Irã e a Turquia (VIZENTINI, 2007; GUO, 2006). Pode-se dizer que o(s) país(es) que conseguir(em) obter maior influência e presença na Ásia Central, conseguirá ter um acesso privilegiado a estas reservas.

Dada a sua relevância no sistema internacional, esse grande complexo regional não poderia ficar à revelia das atenções brasileiras. Nessa primeira década do século XXI,

percebe-se que Brasília procurou fortalecer sua presença em regiões que são palco de disputas entre os grandes atores internacionais. Assim, é compreensível que houvesse uma disposição da diplomacia brasileira em se aproximar das ex-repúblicas soviéticas da Ásia Central e do Cáucaso.

Além disso, do ponto de vista da integração regional, essas zonas são peças-chave para promover a integração física e econômica da Eurásia, conectando – através de grandes e modernas redes de transporte, de cabos de fibra óptica e de dutos - três grandes polos da economia mundial: a oeste, a União Europeia; a leste, a China, os países do Sudeste Asiático e o Japão; e, ao sul, o subcontinente indiano. Essa grande região teria o potencial, assim, de se converter em uma rota alternativa – e possivelmente mais rápida – de transporte na Eurásia em relação às rotas marítimas. A situação no Afeganistão e os riscos de instabilidades oriundos do Irã também se impõem como elementos adicionais que justificam a necessidade de se ter maior conhecimento acerca da Ásia Central e do Cáucaso.

Por fim, as nações em desenvolvimento adquiriram um peso estratégico nas relações internacionais brasileiras nos últimos anos. Em especial, as dinâmicas entre o Brasil e o continente asiático, após ficarem reclusas a uma importância secundária durante os anos 1990, intensificaram-se desde o final do governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC, 1995 – 2002). Em especial durante o governo Lula (2003 – 2010), o Brasil buscou incrementar suas trocas comerciais com esse conjunto de países, os quais adquiriram peso crescente na pauta de comércio do país. O símbolo de tal movimento seria a China, que se tornou, em 2009, a principal parceira comercial do Brasil. Outras iniciativas das quais o Brasil faz parte – como o IBAS, o BRICS, o G20 comercial e o G20 financeiro – contribuíram para aproximar Brasília dos grandes polos regionais asiáticos. Dessa forma, justifica-se estudar as relações com a Ásia Central e com o Cáucaso, pois tais regiões inserem-se nesse movimento maior de aproximação do Brasil com as nações em desenvolvimento e, mais especificamente, com os países asiáticos.

Para melhor organização, o trabalho divide-se em três capítulos. O primeiro tem por finalidade apresentar um panorama geral da Ásia Central e do Cáucaso desde o final da Guerra Fria a fim de contextualizar o leitor acerca das particularidades desses países. Assim, proceder-se-á com uma breve análise conjuntural dos oito países que se constituem como objeto de análise da pesquisa – Armênia, Azerbaijão e Geórgia, no Cáucaso, e Cazaquistão, Quirguistão, Tadjiquistão, Turcomenistão e Uzbequistão, na Ásia Central. Maiores informações sobre os mesmos, como dados econômicos, políticos e sociais de cada um desses países, estarão, ainda, disponíveis nos Apêndices B e C deste trabalho.

Na sequência, o capítulo dois apresenta uma análise sobre os interesses que essa zona do globo desperta para um conjunto de grandes players do que tem sido designado de “Novo Grande Jogo” do século XXI. Rússia, China, Estados Unidos e os países europeus possuem objetivos particulares – tanto econômicos quanto político-estratégicos – nos países analisados que podem culminar na eclosão de conflitos entre essas potências em um futuro próximo. Além disso, as riquezas dessas regiões despertaram, nos últimos anos, os interesses de potências regionais vizinhas – tais como Irã, Índia, Paquistão e Turquia – além de outras potências eurasiáticas, como Israel e Japão. Por fim, a situação do Afeganistão no decorrer dos últimos anos e as incertezas quanto ao seu futuro após a retirada da coalisão ocidental, prevista para 2014, elevaram ainda mais a importância do coração da Eurásia nas Relações Internacionais contemporâneas.

A dinâmica das relações entre o Brasil com os países centro-asiáticos e caucasianos é o objeto central de análise do terceiro capítulo, no decorrer do qual são analisadas o histórico da diplomacia e do comércio brasileiro com esses países. Além disso, ao final do mesmo, são apresentadas possibilidades que o Brasil poderia aproveitar para impulsionar uma maior presença na Ásia Central e no Cáucaso. Para tanto, no início do capítulo, é feita uma breve análise da política externa brasileira no decorrer da primeira década do século XXI, com especial ênfase no governo Lula (2003 – 2010). Espera-se, assim, justificar que a aproximação registrada nos últimos anos entre o Brasil e os países analisados neste trabalho está inserida em um contexto maior de política externa, assentado na cooperação Sul-Sul e na universalização das relações brasileiras, com foco nas nações em desenvolvimento. Por fim, ao final do trabalho, são apresentadas as considerações finais, na qual se espera responder a pergunta que conduziu essa pesquisa.

O processo de elaboração do trabalho consistiu de ampla análise de fontes primárias e secundárias. Tendo em vista que o objeto de estudo é consideravelmente amplo, optou-se por uma metodologia mais analítica da situação em detrimento de um debate teórico. Assim, optou-se por incluir um conjunto diversificado de fontes de pesquisa e estruturar o trabalho sob a forma de um grande estudo de caso. Tal estudo se inicia com uma contextualização do objeto de análise, partindo para uma compreensão do panorama das relações da Ásia Central e do Cáucaso com potências externas para, na terceira parte, apresentar a inserção brasileira na região. Como as fontes disponíveis pelos governos centro-asiáticos e caucasianos são escassas e de confiabilidade duvidosa – além da existência de uma barreira idiomática – o trabalho foi elaborado quase em sua totalidade através de fontes de consulta disponibilizadas por institutos externos à região.

Os dois primeiros capítulos foram elaborados essencialmente a partir de artigos de periódicos, análises de conjuntura publicada por institutos estrangeiros, livros e informações disponíveis em bancos de dados e em agências internacionais vinculadas às Nações Unidas. Na medida do possível, buscou-se incluir contribuições de acadêmicos e de pesquisadores brasileiros. A partir de dados comerciais disponíveis no site do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), de documentos oficiais do governo brasileiro, de notícia de periódicos e de órgãos governamentais e de discursos proferidos pelo ex-presidente Lula e pelo ex-chanceler Celso Amorim, foi possível traçar uma análise das relações do Brasil com a Ásia Central e com o Cáucaso nos últimos anos.

A pouca bibliografia disponível sobre o assunto em língua portuguesa justifica o peso que as fontes primárias representaram para a elaboração da parte final do trabalho. Contudo, uma contribuição importante para a análise das relações do Brasil com a Ásia Central foi o livro “A Nova Rota da Seda: Caminhos para a Presença Brasileira na Ásia Central”, de Ricardo Luís Pires Ribeiro da Silva (2008). Possivelmente o trabalho brasileiro mais completo sobre Ásia Central e sobre as interações (e possibilidades de atuação) do Brasil com a região, esse material se constituiu como fonte importante para a condução da pesquisa.

Silva (2008) não se retém apenas em apresentar os países centro-asiáticos para o leitor brasileiro. Ele vai além, procedendo com uma rica análise histórica dos mesmos e apresentando elementos que implicaram na crescente importância que esta região adquiriu nas relações internacionais nos últimos vinte anos. Assentado nessa perspectiva, Silva busca justificar porque o Brasil deveria investir em uma maior aproximação com os países centro-asiáticos. Para tanto, ele traça um histórico das relações até 2008 e apresenta oportunidades para maior inserção brasileira na Ásia Central. Embora o Cáucaso não seja objeto de análise de seu trabalho, é possível de fazer algumas analogias à aproximação brasileira com os países caucasianos tendo por base as análises de Silva.

Outra fonte importante de referência para a pesquisa foram os estudos publicados pelo *Central Asia and Caucasus Institute & Silk Road Studies Joint Center*, vinculado a *John Hopkins University*, dos Estados Unidos, e ao *Stockholm Institute for Security and Development Policy*, da Suécia. Os estudos conduzidos pelos pesquisadores do referido instituto – em especial Richard Weitz, Frederick Starr, Stephen Blank, dentre outros – foram de grande importância para a elaboração do trabalho. Seus trabalhos e publicações, disponibilizados quase que em sua totalidade para livre acesso através da internet, proporcionaram uma rica análise contemporânea sobre a situação na Ásia Central e no Cáucaso, bem como sobre os interesses externos em disputa na região.

Outros dois autores que proporcionaram um conhecimento relevante para a elaboração do trabalho foram Parag Khanna e Zbigniew Brzezinski, este considerado um precursor nos estudos sobre a relevância da Eurásia na geoestratégia contemporânea. Ao denominar a Ásia Central e o Cáucaso de “Balcãs Eurasiáticos” e de afirmar que um Novo Grande Jogo emergia no coração da Eurásia em decorrência do vácuo de poder deixado pela URSS, Brzezinski (1997) foi um dos primeiros autores no contexto pós-Guerra Fria a apontar essa região como sendo uma zona relevante para os grandes atores da nova ordem mundial. Seu foco está em apontar as estratégias que deveriam ser adotadas pelos Estados Unidos para demarcarem uma presença mais forte nessa região e, assim, assegurar o prolongamento de sua hegemonia. Por sua vez, Khanna reacendeu os debates ao afirmar que essa zona do globo – em especial a Ásia Central – está se inserindo cada vez mais na órbita de influência chinesa.

Percebe-se, assim, que as pesquisas na área de Relações Internacionais acerca das dinâmicas na Ásia Central e no Cáucaso estão impulsionadas. Por ser uma grande zona que atrai as atenções de grandes atores do sistema internacional, faz-se necessário contribuir para que o Brasil também disponha de maiores informações sobre esses países e sobre as complexas relações estabelecidas em nível regional entre esses jovens Estados e em nível global entre estes e as grandes potências da atualidade.

Por fim, uma contribuição importante para a complementação da pesquisa foi a entrevista realizada com o Excl. Embaixador Paulo Pereira Pinto, chefe da missão brasileira no Azerbaijão entre os anos de 2009 e 2012, a qual pode ser conferida na íntegra no Apêndice A do trabalho. Através da visão de uma autoridade brasileira que vivenciou *in loco* a realidade da região analisada, buscou-se compreender melhor a presença do Brasil nesses países e a dinâmica das relações estabelecidas no centro da Eurásia.

2 A Ásia Central e o Cáucaso nas Relações Internacionais Contemporâneas

O presente capítulo tem por objetivo analisar os países que compõem essas regiões, apresentando um breve histórico desde suas independências, em 1991, e a situação atual dos mesmos. Entretanto, primeiramente faz-se necessário delimitar o que se entende por Ásia Central e por Cáucaso.

A Ásia Central e o Cáucaso constituem duas regiões que estão intrinsicamente conectadas. Portanto, elas precisam ser compreendidas em conjunto a fim de se fazer uma melhor avaliação das dinâmicas políticas, econômicas e geoestratégicas particulares de cada uma separadamente. O acadêmico que pretende analisá-las deve compreender que há uma forte interação entre essas duas zonas eurásianas, devido à sua localização estratégica e aos seus recursos energéticos e minerais. A Ásia Central e o Cáucaso têm potencial para, ainda, se converterem no centro de uma grande rede de infraestrutura, capaz de promover futuramente a integração física da Eurásia¹.

Após o esfacelamento da URSS, as atenções – e a cobiça – das grandes potências e de potências regionais asiáticas se voltaram para essa zona do globo, a qual passou a fazer parte das estratégias militares desses países. A intervenção dos Estados Unidos e de seus aliados ocidentais no Afeganistão, sob a égide da OTAN, em 2001, praticamente na mesma época em que se institucionalizava a Organização para Cooperação de Xangai (OCX)² trouxe mais visibilidade para essas regiões, em especial para a Ásia Central. Quanto ao Cáucaso, a persistência de conflitos não resolvidos, bem como a recente guerra entre Geórgia e Rússia, em 2008, agregou maior importância para essa pequena região que se situa como linha divisória dos continentes europeu e asiático.

2.1 Contextualização do objeto de análise

A real extensão dessas duas regiões, especialmente no que tange a Ásia Central, é alvo de debates na academia e na diplomacia. Não há um consenso sobre quais são os países que fazem parte de cada. Questões como laços históricos, linguísticos e culturais se impõem como

¹ O conceito de Eurásia adotado pelo presente trabalho compreende essa gigantesca massa continental como sendo constituída por duas grandes regiões do mundo – os atuais continentes da Europa e da Ásia (ISMAILOV & PAPAVAL, 2010).

² A OCX foi estabelecida com o ingresso do Uzbequistão no grupo Cinco de Xangai, constituído em 1995, do qual faziam parte Cazaquistão, China, Quirguistão, Rússia e Tadjiquistão.

elementos adicionais que dificultam uma definição objetiva sobre quais são os países que fazem parte do Cáucaso e, em especial, quais são os que fazem parte da Ásia Central.

Em decorrência de tal debate, faz-se necessário primeiramente definir qual é o objeto de análise do presente trabalho – ou seja, quais serão os países analisados ao se abordar o estudo do Cáucaso e da Ásia Central. Para tanto, parte-se do princípio de que os países que constituem tanto o Cáucaso quanto a Ásia Central na atualidade são ex-repúblicas soviéticas que obtiveram suas respectivas independências em 1991, com o desmembramento da URSS. A maioria desses Estados jamais havia existido até então como entidades políticas independentes, deparando-se com uma série de desafios étnicos, políticos e econômicos, bem como com litígios fronteiriços, para resolverem entre si após o rompimento dos vínculos com Moscou.

No que tange o Cáucaso, não há muita discordância no que tange sua contextualização política. Tal região abrange os Estados da Armênia, do Azerbaijão e da Geórgia, os quais se constituirão como objeto de estudo do trabalho no que tange a análise da região caucasiana. Os três referidos países também são chamados de Cáucaso Central por Ismailov & Papava (2010). Admite-se, assim, a existência de uma região adjacente que também está inserida na geopolítica caucasiana, compreendendo as repúblicas caucasianas russas ao norte e o leste da Turquia e o norte do Irã, ao sul. Os autores também apontam que essas três ex-repúblicas são designadas pela literatura como Cáucaso do Sul, em contraposição às repúblicas caucasianas localizadas em território russo. Essa designação, contudo, gera controvérsias, pois desconsidera as regiões turcas e iranianas que fazem divisa com as ex-repúblicas caucasianas, as quais também se inserem na geopolítica do Cáucaso (ISMAILOV & PAPAVA, 2010).

Para facilitar a compreensão da leitura, o presente trabalho, ao empregar o termo Cáucaso, estará se referindo apenas às ex-repúblicas soviéticas da Armênia, do Azerbaijão e da Geórgia. Entretanto, reconhece que há uma região adjacente que também influencia as dinâmicas políticas e culturais desses três países. Assim, pode-se definir essa região como sendo delimitada, a leste, pelo Mar Cáspio e, a oeste, pelo Mar Negro, tendo a Rússia como fronteira norte, enquanto que a Turquia e o Irã se constituem como vizinhos meridionais. A região do Cáucaso conta, ainda, como uma particularidade dada a sua posição de zona de encontro de dois continentes, sendo abordado pela literatura como uma região pertencente tanto à Europa quanto à Ásia (ISMAILOV & PAPAVA, 2010).

Por sua vez, a abrangência da Ásia Central é passível de maiores debates e controvérsias. Para fins de estudo, considerar-se-á que fazem parte da região o Cazaquistão, o

Quirguistão, o Tadjiquistão³, o Turcomenistão e o Uzbequistão – as assim denominadas no decorrer do trabalho “repúblicas dos Istões” (KHANNA, 2008). Esses países possuem uma série de elementos políticos, sociais e históricos em comum, justificando o entendimento de serem estudados como uma região única. Possuem fortes vínculos culturais (são sociedades cujos povos têm origem nômade e cujas línguas originam-se do turco, com exceção do Tadjiquistão, cujo idioma é próximo do farsi) e religiosos (todos são majoritariamente muçulmanos sunitas) entre si. Além disso, nunca haviam existido como Estados independentes até 1991 e seus territórios atuais são resultado das divisões geográficas das repúblicas feitas pela União Soviética entre os anos 1920 e 1940 (ALISON & JONSON, 2001; GHIGGI, 2010; SILVA, 2008; VIZENTINI, 2002).

Entretanto, cabe ressaltar que outros Estados exercem influência determinante nas dinâmicas da Ásia Central. Alguns autores, como Alison & Jonson (2001), tratam de uma Ásia Central Estendida, que circundaria as repúblicas dos Istões, abrangendo o oeste da China (região de Xinjiang), o Afeganistão, o Paquistão e partes do Irã e do Cáucaso. Os referidos autores (2001) classificam as ex-repúblicas soviéticas da Ásia Central como sendo o *Core Central Asia*, reconhecendo a existência de uma região maior, denominada de *Wider Central Asia*, que abrangeria, além das ex-repúblicas, partes da Rússia, a região chinesa de Xinjiang, o Afeganistão e os países do Cáucaso. Por sua vez, Khanna (2008) tem uma abordagem similar, entretanto incluindo o Paquistão e o Tibet e excluindo o Cáucaso no que designa de “terras centrais”. Visentini (2011) vai além e afirma que a Ásia Central pós-soviética acabou criando vínculos com a região do Oriente Médio, estabelecendo o que ele designa de Grande Oriente Médio. Além de as duas regiões serem majoritariamente muçulmanas e de se constituírem como centro energético mundial, a Ásia Central é vulnerável a uma possível irradiação das instabilidades políticas do Oriente Médio, o que justificaria o estudo em conjunto dessas regiões (VISENTINI, 2011).

Na literatura russa, ainda é comum o emprego das expressões “Transcáucaso” e “Ásia do Meio”⁴ para se referirem respectivamente aos países que compõem o Cáucaso e a Ásia Central (ISMAILOV & PAPAVAL, 2010). Os referidos autores apontam uma abordagem interessante para essas duas regiões, buscando compreendê-las em conjunto. Eles argumentam que a literatura contemporânea tem empregado o termo “Eurásia Central”⁵ para se referirem

³ O Quirguistão também é chamado na literatura portuguesa de República Quirguiz ou Quirguízia, enquanto que o Tadjiquistão também é traduzido para Tadjiquistão. Para facilitar a organização e a compreensão deste trabalho, optou-se por designá-los respectivamente apenas de Quirguistão e Tadjiquistão.

⁴ Tradução nossa para os termos “Trans-caucasus” e “Middle Asia” (ISMAILOV & PAPAVAL, 2010).

⁵ Tradução nossa para o termo “Central Eurasia” (ISMAILOV & PAPAVAL, 2010).

às ex-repúblicas caucasianas e centro-asiáticas. Contudo, se posicionam contra este termo, pelo fato de que o mesmo apresenta uma análise geoestratégica influenciada pelos ideais russos de eurasionismo⁶. Além disso, o termo não abrange outras zonas que, em tese, também deveriam fazer parte de uma possível Eurásia Central, como o leste europeu, o oeste da China e partes do Afeganistão, do Paquistão e do Irã, ao se considerar que a Eurásia, na realidade, é uma grande massa continental que abrange a Europa e a Ásia (ISMAILOV & PAPAVA, 2010). Como alternativa, Ismailov & Papava (2010) introduzem o termo “*Central Caucasus-Asia*”⁷ para se referirem ao Cáucaso e a Ásia Central, o qual será bastante empregado no decorrer do trabalho. A partir dessa expressão, os referidos autores ressaltam que há fortes interações políticas, econômicas e estratégicas entre essas duas regiões a qual pode ser explicada através dos vastos recursos energéticos da região do Mar Cáspio e do fato de serem historicamente zonas de comunicação entre a Europa e a Ásia.

Tendo em vista que, no decorrer do trabalho, muitas vezes serão feitas referências às capitais dos países analisados, a tabela 1 tem por propósito apontar os países da Ásia Central e do Cáucaso e suas respectivas capitais.

Tabela 1 – Os países da Ásia Central e do Cáucaso e suas respectivas capitais

CÁUCASO	
País	Capital
Armênia	Yerevan
Azerbaijão	Baku
Geórgia	Tbilisi
ÁSIA CENTRAL	
País	Capital
Cazaquistão	Astana
Quirguistão	Bishkek
Tadjiquistão	Dushanbe
Turcomenistão	Ashgabat
Uzbequistão	Tashkent

Fonte: elaborado pelo próprio autor

⁶ O conceito de eurasionismo remonta ao século XIX. Assentado em uma lógica geográfica de compreensão da Eurásia, em sua origem o conceito estabelecia que essa massa continental deveria ser, na realidade, dividida em três continentes – Europa à leste, Ásia ao oeste e uma terceira porção central denominada Eurásia, cujos limites se coincidiriam aos do antigo império russo, tendo a Rússia como grande centro político, histórico e cultural dessa região. Tal teoria teve grande aceitação nos meios político e acadêmicos russos, desfrutando de relativa influência até os dias atuais (ISMAILOV & PAPAVA, 2010).

⁷ Optou-se pela utilização do termo original em inglês por se julgar que a tradução para o português ficaria gramaticalmente estranha e pouco compreensível na leitura.

Figura 1. Mapa político da Ásia Central e do Cáucaso



Fonte: Zonu, 2003

2.2 Histórico recente: da queda da URSS aos dias atuais

Durante a existência do Estado soviético, as repúblicas caucasianas e centro-asiáticas foram integradas ao aparato produtivo do país sob um único mecanismo econômico, dentro do qual as repúblicas não poderiam existir economicamente de forma individual, mas sim necessitando uma das outras. Ao se dissolver a União Soviética, tal aparato de funcionamento da economia se rompeu, e os novos Estados se depararam com uma realidade bastante adversa para fazerem a transição para uma economia de mercado e para sobreviverem individualmente (VASSILIEV, 2001). Enquanto que as repúblicas do Cáucaso apoiavam a dissolução da União Soviética, os países centro-asiáticos foram os últimos a declarar a independência em relação a Moscou, sendo praticamente obrigados a tomarem tal decisão⁸.

O fim da União Soviética, seguido pelo retrocesso político e econômico da Rússia ao longo dos anos 1990, representou o surgimento de um grande vácuo de poder sobre a Ásia Central e o Cáucaso, regiões até então protegidas dos interesses externos em decorrência do forte controle mantido pelos soviéticos. Além disso, propiciou o aparecimento de vários países que nunca tiveram a experiência de ser Estados-nação livres e autônomos (ALLISON

⁸ Seria possível afirmar que o fim da URSS foi uma decisão essencialmente tomada pelas repúblicas eslavas (Rússia, Ucrânia e Belarus), surpreendendo as repúblicas centro-asiáticas, as quais tiveram que acatar a dissolução da União, apesar dos receios existentes quanto à viabilidade de se tornarem Estados independentes (VASSILIEV, 2001).

& JOHNSON, 2001; BRZEZINSKI, 1997; GUO, 2006). Questões como demarcação de fronteiras, situação de minorias étnicas nos novos Estados e questionamentos quanto ao potencial desses novos países de lidarem eficientemente com os recursos naturais existentes se apresentaram como indicativos de que esses novos países poderiam ficar vulneráveis à cobiça externa (BRZEZINSKI, 1997).

Após a independência, as ex-repúblicas soviéticas na Ásia Central mantiveram fortes vínculos econômicos e políticos com Moscou. Durante os anos 1990, muitos analistas políticos previam inclusive a formação uma aliança entre a Rússia e a Ásia Central, caracterizada por uma forte dependência dos Estados centro-asiáticos perante a Rússia, sob o arcabouço institucional da Comunidade dos Estados Independentes (CEI) (ALLISON & JONSON, 2001). Contudo, tais previsões se mostraram falhas com o desenrolar da década de 1990. Em decorrência das dificuldades financeiras pelas quais passava, bem como pela não implementação de vários acordos firmados na CEI, a Rússia não teve condições de se firmar como provedora de recursos e grande parceira estratégica para os Estados centro-asiáticos. Aliado a instabilidades políticas, conflitos internos com minorias e ao próprio retrocesso econômico e diplomático pelo qual passou ao longo da década de 1990, a Rússia acabou naturalmente diminuindo a sua presença na região, abrindo espaço para que os países da Ásia Central diversificassem as suas relações econômicas e securitárias. Assim, grandes players mundiais trataram de estreitar seus relacionamentos com essas jovens nações ao longo da década de 1990 (ALLISON & JONSON, 2001).

Por um lado, essa aproximação com outras potências representou uma oportunidade para atração de investimentos, para diversificação das relações comerciais e para estabelecimento de novas relações de cooperação militar – em especial com o Ocidente e com a China. Por outro, também contribuiu para complicar o jogo de interesses nessa zona potencialmente instável do globo, abrindo margem para a eclosão de conflitos na região e acentuar a instabilidade regional (ALLISON & JONSON, 2001). Todas essas potências buscam garantir o fornecimento de energia e de recursos minerais, bem como alocar dinheiro no financiamento de grandes obras viárias, ferroviárias, elétricas e de telecomunicações na região, assim como para o escoamento da extração dos hidrocarbonetos. O interesse que a região desperta tem, por sua vez, o potencial de gerar vultosos investimentos no coração da Eurásia, proporcionando o desenvolvimento de uma ampla e moderna infraestrutura na região capaz de conectar diferentes regiões do continente e promover uma futura integração eurasiática (BRZEZINSKI, 1997; GUO, 2006; JORNADA, 2008). Esse panorama será mais aprofundado no capítulo 3 deste trabalho.

A Ásia Central, após a estagnação dos anos 1990, emergiu como uma região de forte crescimento econômico no planeta nos últimos anos, assentado no setor de exploração do petróleo e do gás, o qual, por sua vez, tem estimulado o desenvolvimento de outros setores da economia (serviços, financeiro, construção civil). Além disso, os países não produtores de combustíveis fósseis conseguiram relativo destaque na expansão da agricultura e na extração de minérios, em função da elevação dos preços das commodities nos primeiros anos da década de 2000 (DOWLING & WIGNARAJA, 2006).

Contudo, tal situação gerou um aumento nas disparidades regionais, observando-se melhores índices de desenvolvimento humano e de renda nos países produtores de petróleo e de gás – Azerbaijão, Turcomenistão e principalmente Cazaquistão – em comparação com o grupo dos não produtores (DOWLING & WIGNARAJA, 2006). Além disso, a riqueza proporcionada pelos hidrocarbonetos não significou, até o momento, grandes melhorias na qualidade de vida da população em geral, com possível exceção do Cazaquistão. Alguns desses países possuem baixos índices de desenvolvimento humano (IDH), sendo que Tadjiquistão e Quirguistão permanecem entre os países menos desenvolvidos do continente asiático.

Até o ano de 2001, os países da Ásia Central se aproximaram dos EUA e de seus aliados europeus através de parcerias firmadas com a OTAN⁹. Por sua vez, as relações com a Rússia e com a China se limitaram a assuntos específicos como a resolução de litígios fronteiriços. Essas duas potências passaram, contudo, a adquirir mais relevância no cenário centro-asiático a partir do início dos anos 2000 com a criação da OCX (GUIMARÃES et al, 2010). Após os atentados de 11 de setembro nos EUA e a intervenção no Afeganistão, a OTAN passou a ter uma presença direta na Ásia Central e, nos primeiros anos do conflito, os países centro-asiáticos cooperaram com a aliança militar, autorizando o uso de bases militares no país para servirem de suporte às missões no Afeganistão. Nesse período, também, a Rússia e principalmente a China buscaram maior inserção econômica com esses países. Pequim e Moscou firmaram acordos de comércio e relacionados a questões energéticas e buscaram maior participação no financiamento de obras de infraestrutura nessas regiões (GUIMARÃES et al, 2010).

A crise de Andijan, em 2005, representou um abalo sério nas relações com o Ocidente, empurrando os países centro-asiáticos para mais perto de Moscou e Pequim. As condenações de violação dos direitos humanos imposta ao Uzbequistão pelo Ocidente foi mal recebida por

⁹ Merece destaque o fato de que todos os países centro-asiáticos firmaram acordos dentro do programa Partnership for Peace com a OTAN no decorrer dos anos 1990 (GUIMARÃES et al, 2010).

esses países e, sob a égide da OCX, eles condenaram a postura da OTAN e exigiram a retirada das tropas ocidentais das bases centro-asiáticas¹⁰. Com o declínio da influência da OTAN após 2005, a China passou a ocupar mais espaço na dinâmica das relações centro-asiáticas, motivada por interesses energéticos e comerciais, bem como para garantir uma relativa estabilidade securitária da região. Para a China, manter a Ásia Central estável é de suma importância, pois os acontecimentos na região podem ter reflexos na província ocidental chinesa de Xinjiang (GUIMARÃES et al, 2010; JORNADA, 2008).

O Cáucaso também passou por um período de relativo desenvolvimento econômico, em especial no Azerbaijão, que alcançou altas taxas de crescimento em função da exploração dos recursos energéticos, bem como pode investir na modernização militar. Geórgia e Armênia tiveram um crescimento mais modesto. Além disso, no que tange as dinâmicas de política externa, enquanto que a Armênia se manteve como principal aliada russa na região e traçou uma aproximação com o Irã, Geórgia e Azerbaijão voltaram suas atenções para o Ocidente. A Turquia também foi um país cortejado por Baku e Tbilisi. O processo de independência desses países foi conturbado, especialmente em decorrência da guerra entre armênios e azeris pela região de Nagorno-Karabakh, bem como pelo relacionamento tenso entre a Geórgia e a Rússia. Além disso, as instabilidades nas repúblicas russas que fazem parte do “Cáucaso do Norte” – notadamente na Chechênia – acabou gerando reflexos nesses países, dificultando suas possibilidades de maior inserção internacional (ISMAILOV & PAPAIVA, 2010).

A recente guerra entre Rússia e Geórgia serviu para lembrar à comunidade internacional que os conflitos no Cáucaso estão longe de estarem resolvidos. Pelo contrário, a região permanece com problemas à espera de resolução, com potencial para desestabilizar não apenas a região em si, mas também seus vizinhos próximos – Turquia, Rússia, Irã e Ásia Central – e o continente europeu (CORNELL & STARR, 2006; CORNELL, 2012). Mais do que isso, esses conflitos dificultam o desenvolvimento econômico da região e ampliam sua instabilidade política e governamental (CORNELL & STARR, 2006). Por fim, ressalta que a questão da demarcação de fronteiras ainda se encontra longe de ter sido totalmente superada. A situação na Geórgia representa o ressurgimento do poderio russo sobre as regiões que outrora pertenceram ao espaço soviético, sendo um indicativo de que Moscou está disposta a

¹⁰ Após o episódio de Andijan, apenas o Quirguistão continuou mantendo a autorização para que a OTAN utilizasse a base de Manas, após garantir uma elevação nos preços de arrendamento pagos pela aliança ocidental. O Uzbequistão, por sua vez, permitiu apenas que forças alemãs pudessem manter aviões estacionados em território uzbeque (GUIMARÃES et al, 2010).

recorrer ao emprego das forças militares para evitar que o Cáucaso e a Ásia Central fiquem sob influência ocidental (ISMAILOV & PAPAVA, 2010).

Cabe, nas próximas duas seções, fazer uma análise conjuntural individual dos países caucasianos e centro-asiáticos. Espera-se, assim, que o leitor consiga compreender melhor a realidade individual desses países, apontando os desafios e os dilemas enfrentados, bem como as riquezas e potenciais que cada um possui.

2.3 Os países caucasianos

No que tange a região do Cáucaso, a principal economia é o Azerbaijão. Possuidor de um quarto das reservas petrolíferas da região, sua localização estratégica tem potencial para converter a nação azeri em um grande hub de distribuição e de escoamento de petróleo e de gás. Pode, assim, desempenhar futuramente o papel de ser o centro de convergência de dutos de transporte de combustíveis, possibilitando enviar a produção para a Europa quer seja através da Rússia ou da Turquia (PINTO, 2010). Os europeus enxergam o país como aliado estratégico para garantir o acesso às reservas do Mar Cáspio sem depender da Rússia. Por sua vez, Moscou busca uma negociação com o país que lhe proporcione a compra integral do petróleo e do gás azeri para revender a preços mais altos nos mercados europeu e chinês (LUSSAC, 2010).

Baku não tem interesse de depender de apenas um mercado consumidor e pretende continuar adotando a estratégia de diversificação de clientes, jogando com possibilidades alternativas na construção e na comercialização de suas riquezas energéticas. Geórgia, Turquia, Ucrânia e até mesmo o Irã, país com o qual Baku mantém relações tumultuadas, se revelam mercados atrativos para o Azerbaijão (LUSSAC, 2010; CUTLER, 2011a). Tal situação proporciona à nação azeri um expressivo poder de barganha perante as grandes potências para resolver o conflito de Nagorno-Karabakh¹¹ com a Armênia, garantindo uma decisão favorável a si (LUSSAC, 2010). Além disso, o Azerbaijão tem expandido sua influência internacional. A companhia estatal de petróleo do país, SOCAR, domina o mercado

¹¹ O conflito de Nagorno-Karabakh começou a eclodir entre Armênia e Azerbaijão em 1988, quando ainda faziam parte da URSS, em 1988. Os dois países entraram em guerra em 1992, sendo firmado um cessar-fogo, intermediado pela Rússia, em 1994. Entretanto, oficialmente o conflito ainda não se encerrou, apesar dos esforços da comunidade internacional e das várias rodadas de negociações efetuadas (BARÃO, 2010; SOULEIMANOV, 2012b). Enquanto que Baku reivindica a reincorporação dos territórios, Yerevan opõe-se ferrenhamente a tal solução (SOULEIMANOV, 2012b). Choques entre as forças armadas dos dois países são frequentes na zona de fronteira - inclusive um muro está sendo erguido pelo Azerbaijão para garantir a sua segurança - e há a possibilidade de os dois países voltarem à guerra em um futuro próximo em função da disputa pela região (BARÃO, 2010; BLANK, 2011; SOULEIMANOV, 2012b).

de distribuição do país, bem como efetua grandes investimentos na vizinhança. É a líder em investimento externo direto (IED) na Geórgia e o principal ator no setor de transporte de hidrocarbonetos no país. Tal situação favoreceu a aproximação entre Tbilisi e Baku, garantindo relativo poder de influência sobre a política regional do vizinho georgiano (LUSSAC, 2010).

A relevância do país no mapa energético mundial deve aumentar tendo em vista que o país começou, em setembro de 2012, a extrair gás natural do campo de Umid (BLOOMBERG, 2012). Considerada a maior descoberta de gás natural no Mar Cáspio desde o depósito de Shar Deniz, o maior campo de extração azeri na atualidade, as autoridades azeris acreditam que o potencial de Umid contenha entre 200 e 250 bilhões de metros cúbicos de gás, bem como que possa produzir entre 30 e 40 milhões de toneladas de gás condensado (RZAYERA, 2010; BLOOMBERG, 2012). Se confirmada, o país ingressaria no ranking das 10 maiores reservas mundiais de gás natural e elevará sua capacidade produtiva para entre 50 e 70 bilhões de metros cúbicos ao ano, segundo estimativas da SOCAR. Além disso, fortaleceria a estratégia do país de diversificar suas exportações, bem como de investir mais na exportação de gás natural liquefeito (GNL) e de estabelecer outras rotas para o escoamento de gás natural (RZAYERA, 2010).

Sem acesso ao Mar Cáspio e desprovidos de reservas de recursos energéticos, os outros dois países caucasianos vivenciam uma realidade econômica menos próspera se comparados ao vizinho azeri. Entretanto, Armênia e Geórgia assumem uma posição estratégica em termos logísticos para conectar as bacias de hidrocarbonetos da Ásia Central, do Azerbaijão e mesmo do Irã aos mercados europeus. Além disso, ambos os países enfrentam ameaças de instabilidades internas e litígios com vizinhos que podem resultar em novas guerras na região.

Yerevan é o único governo do Cáucaso que faz parte da Organização do Tratado de Segurança Coletiva (OTSC) e tem Moscou como seu mais poderoso aliado internacional. Além disso, o país mantém relações intensas com o Irã, apoiando Teerã em fóruns internacionais e nas disputas que este trava com o Azerbaijão (WEITZ, 2012c). Entretanto, a Armênia enfrenta um grande isolamento internacional desde o fim da guerra com o Azerbaijão pela região de Nagorno-Karabakh. Conforme ressaltado pelo Embaixador Paulo Pereira Pinto na entrevista concedida para este trabalho, a Armênia ocupou aproximadamente 20% do território azeri, embora haja três resoluções do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), datadas de 1993, exigindo a retirada das tropas armênias da região. As relações com Baku se agravaram nos últimos anos e há uma ameaça real de, nos próximos

anos, esse conflito congelado ser reaquecido e eclodir em uma nova guerra. Contudo, Yerevan possivelmente estaria militarmente em uma posição de desvantagem perante o Azerbaijão, tendo em vista que os ganhos obtidos com as exportações de petróleo e de gás possibilitaram a este modernizar suas forças armadas. Tal conjuntura poderia forçar, em caso extremo, uma intervenção russa para pacificar a região.

O isolamento imposto a Yerevan também se reflete nas possibilidades de acesso externo disponíveis ao país. A Armênia conta com opções limitadas de acesso aos mercados internacionais, uma vez que suas fronteiras com o Azerbaijão e com a Turquia encontram-se fechadas desde a eclosão do conflito de Nagorno-Karabakh. Suas principais conexões com o mundo exterior são através do Irã, ao sul, ou da Geórgia, ao norte. Contudo, trata-se de faixas pequenas de fronteiras que limitam consideravelmente as opções para Yerevan (BARÃO, 2010). Além disso, os receios de que o vizinho persa venha a entrar em guerra com o Azerbaijão em um futuro próximo ou que a situação política na Geórgia se deteriore, irradiando instabilidades para a Armênia, se apresentam como alguns dos principais desafios estratégicos deparados pela Armênia (WEITZ, 2012c).

A Geórgia, por sua vez, desde a sua independência buscou se aproximar das nações ocidentais, desenvolvendo vínculos estreitos de colaboração militar com a OTAN. O país chegou inclusive a solicitar ingresso na aliança do Atlântico Norte, bem como na União Europeia, e recebeu, ao longo dos últimos anos, vultosos investimentos econômicos e em capacidades militares por parte dos Estados Unidos (CORNELL & STARR, 2006; CHICKY, 2009). Além disso, o território georgiano complementa o potencial estratégico do Cáucaso como uma possível zona de conexão na Eurásia, conectando os recursos energéticos do Mar Cáspio à Europa, seja através da Rússia, da Turquia ou do Mar Negro. Por fim, a Geórgia, juntamente com os demais países caucasianos, possui uma posição-chave para se promover uma via de acesso aos campos petrolíferos no Golfo Pérsico e no Irã, proporcionando, assim, uma interconexão das redes de transporte de petróleo e de gás do continente Eurasiático.

Entretanto, a história recente da Geórgia é bastante turbulenta. Percursor das “Revoluções Coloridas”¹² que ocorreram em algumas ex-repúblicas soviéticas na primeira

¹² O termo “Revoluções Coloridas” é empregado para designar um conjunto de revoluções que atingiram alguns países do antigo espaço soviético entre os anos de 2003 e 2005. Iniciando-se com a Revolução das Rosas na Geórgia, em 2003, no ano seguinte foi a vez da Ucrânia ser politicamente abalada pela Revolução Laranja. Por fim, a Revolução das Tulipas ocorreu no Quirguistão, em 2005. Em comum, essas revoluções têm suas origens em eleições marcadas por denúncias de fraude e de corrupção e contaram com expressiva adesão popular. Dentre os objetivos, pleiteavam maior grau de democratização e mudanças no cenário político interno. Enquanto as revoluções georgiana e ucraniana foram relativamente pacíficas, no Quirguistão os protestos foram marcados pela violência. (ORTEGA, 2007). Entretanto, apesar de alguns avanços, a avaliação que se pode tirar das

década do século XXI, o país foi palco da Revolução Rosa, em 2003, que alçou ao governo o atual presidente, Mikheil Saakashvile. Crítico ferrenho da Rússia, sob seu governo Tbilisi estreitou ainda mais os vínculos com o Ocidente. O ponto alto dessa aproximação foi a aceitação, por parte da OTAN, do pedido de ingresso futuro da Geórgia na aliança militar, decisão proferida inicialmente em abril de 2008 e reforçada em sucessivas cúpulas da Organização (CHICKY, 2009; NATO, 2012).

As relações entre Tbilisi e Moscou se deterioraram significativamente desde a chegada de Saakashvile ao poder, culminando na eclosão de uma intervenção militar russa no país. Valendo-se das disputas fronteiriças existentes com o vizinho caucasiano, da vontade proferida pelas repúblicas de Abkhazia e Ossétia do Sul de buscarem sua independência perante Tbilisi e da criação de um fato político por parte da Geórgia, a campanha na Geórgia pode ser entendida também como uma sinalização por parte da Rússia de que não irá permitir o alargamento da OTAN em direção às suas fronteiras no Cáucaso (CHICHY, 2009; POPJANEVSKI & CORNELL, 2012). Desprende-se, assim, que, apesar do relacionamento complicado com Tbilisi desde a independência georgiana – que inclui, ainda, imposição de embargos, choques de fronteiras e bombardeamento do território georgiano – a Geórgia, assim como o Cáucaso como um todo, encontra-se inserida na zona de interesses preferenciais de Moscou (CHICHY, 2009; ISMAILOV & PAPAVA, 2010; POPJANEVSKI & CORNELL, 2012).

O jogo de interesses no Cáucaso é exemplificado pelas disputas envolvendo a instalação de gasodutos e de oleodutos para escoar a produção do Mar Cáspio para os mercados europeus. Azerbaijão e Geórgia se constituem, juntamente com a Turquia, como um hub logístico capaz de se estabelecer como via alternativa ao território russo para levar hidrocarbonetos para a Europa (KHANNA, 2008).

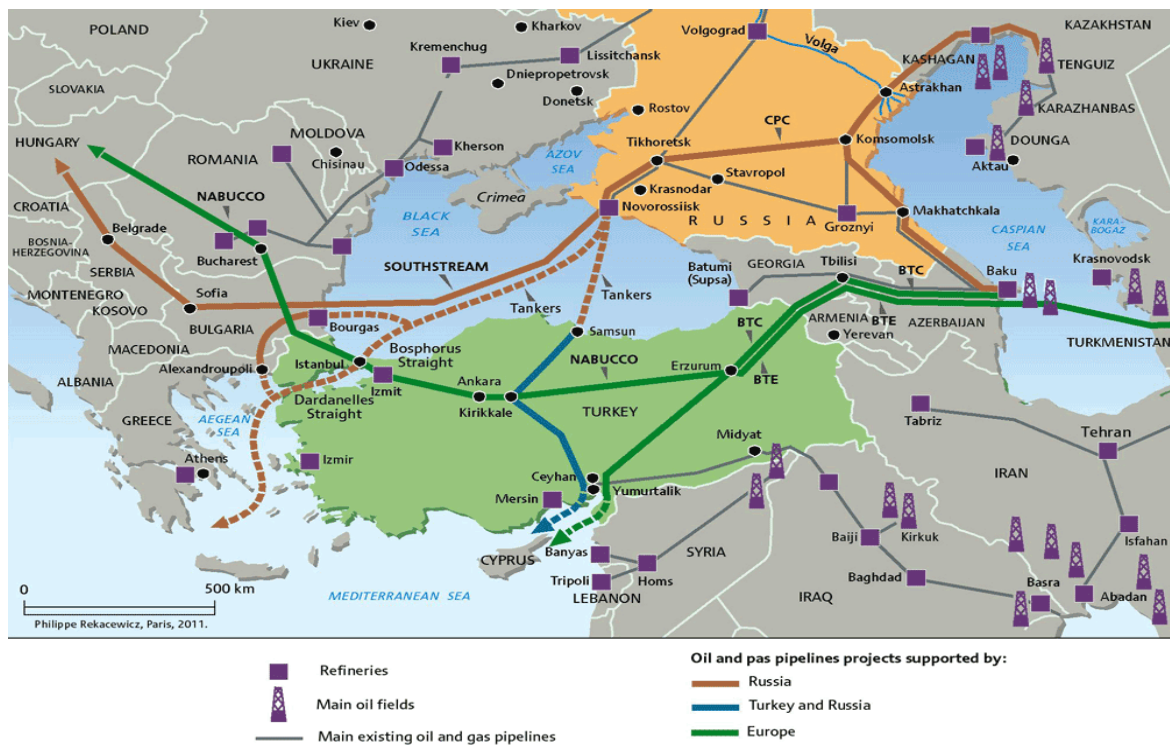
O gasoduto Baku-Tbilisi-Chehan (BTC) e o oleoduto Baku-Tbilisi-Erzurum (BTE), em operação desde meados dos anos 2000, constituem o coração do sistema de dutos já instalados na região. Por sua vez, Moscou e os países ocidentais disputam a preferência desses países para ampliar o sistema energético existente através dos projetos Nabucco¹³ (em

Revoluções Coloridas é a de que, passados quase 10 anos, as esperanças de mudança nos rumos políticos não se concretizaram plenamente em nenhum dos países palco das revoluções.

¹³ O projeto original do gasoduto Nabucco previa uma conexão dos campos de gás azeris no Mar Cáspio até a Áustria, passando por Turquia, Bulgária, Romênia e Hungria com capacidade para transportar até 31 bilhões de m³ de gás natural. Lançado em 2002, Nabucco foi concebido para ser a principal rota de transporte de gás natural para a Europa sem passar pelo território russo. Contudo, os altos custos para sua implementação e as dúvidas quanto às capacidades do Azerbaijão de garantir o suprimento de gás impuseram dúvidas quanto à viabilidade do projeto. Em junho de 2012, o consórcio de Shaz Deniz (responsável pela construção do gasoduto) definiu uma diminuição na capacidade e no traçado original, estendendo o gasoduto Nabucco da Áustria até a fronteira turco-

avaliação por parte dos países europeus) e *South Stream*¹⁴ (em fase de implementação por parte da Rússia). Entretanto, esses dependem, dentre outros fatores, da estabilidade na região do Cáucaso para alcançarem seus potenciais de escoamento. Percebe-se, assim, que os países caucásicos são peça-chave para a garantia de segurança energética na Eurásia.

Figura 2. Mapa dos principais dutos existentes e projetados na região do Cáucaso



Fonte: REKACEWICZ, 2011

2.4 Os cinco Istões da Ásia Central

O Cazaquistão assume uma posição central nessa conjuntura. Principal economia da Ásia Central, o país apresenta desde o início dos anos 2000 elevado crescimento econômico. Tal fato deve-se em especial à exploração de suas reservas de petróleo e de gás natural,

búlgara, onde se conectará a outros gasodutos existentes oriundos da Turquia e dos países caucásicos. (NABUCCO GAS PIPELINE, 2012).

¹⁴ O projeto *South Stream*, em execução por um consórcio liderado pela empresa russa Gazprom, insere-se em uma estratégia de fortalecimento da posição da Rússia como principal fornecedora de gás natural na Europa. Cruzando o Mar Negro, a rede de dutos do *South Stream* evitaria o território ucraniano e conectaria, através de mais de 900 km de dutos, os campos de extração do centro da Rússia, da Ásia Central e do Mar Cáspio até o centro do continente europeu (a rota definitiva ainda se encontra em fase de avaliação). Apontado como o principal concorrente ao projeto Nabucco, o *South Stream* faz parte de um projeto maior de gasodutos russos, chamado Corredor de Gás Sul, cuja capacidade total de transporte de gás é apontada em 63 bilhões de m³ e cujos custos são estimados em 15,5 bilhões de euros. Estima-se que o Corredor de Gás Sul estará finalizado em 2019 (GAZPROM, 2012; SOUTH-STREAM, 2012).

estimadas respectivamente como a 11ª e 18ª maiores do mundo, garantindo ao país 3% das reservas mundiais de hidrocarbonetos (WEITZ, 2008; WEITZ, 2012b; KAZAKHSTAN, 2012). O PIB do país – estimado em US\$ 216,8 bilhões em 2011 – é maior que o dos outros quatro Istões somados, resultado de anos de crescimento econômico significativo, às vezes na casa dos dois dígitos, o que também garantiu uma renda per capita superior a US\$ 11 mil, quase seis vezes mais se comparada à situação na época da independência do país. Além disso, possui a segunda maior reserva de urânio do mundo, respondendo por aproximadamente 19% do total mundial, sendo, desde 2009, o principal produtor deste minério (MUZALEVSKY, 2011; USA.CIA, 2012; WEITZ, 2012b).

O país é o principal receptor de IED na Ásia Central, oriundo especialmente de países europeus, dos Estados Unidos, da Rússia e da China. Os investimentos no país apresentaram crescimento substancial no decorrer da última década e foram direcionados principalmente para o setor energético e de construção. Por sua vez, as riquezas energéticas e o crescimento econômico também possibilitaram ao Cazaquistão ampliar seus investimentos no exterior, acumulando um total superior a US\$ 16 bilhões de dólares em 2011, os quais foram direcionados especialmente para as ex-repúblicas soviéticas, embora esteja expandindo também seus investimentos na Europa (NORLING, 2012).

No que tange sua política externa, Astana tem se empenhado em se firmar como uma potência regional na Ásia Central, o que motiva disputas com o Uzbequistão, bem como em diversificar suas relações em âmbito bilateral e multilateral. O país participa de várias organizações regionais econômicas e de segurança – tais como OCX, OTSC, OCSE, Eurasec, entre outras. O Cazaquistão também manifestou interesse de participar do projeto da União Eurasiática¹⁵, lançado em 2012 pelo atual presidente russo, Vladimir Putin, e que deve entrar em vigor nos próximos anos. Em âmbito bilateral, o país tem procurado fortalecer em especial suas relações com a China, a qual tem fornecido vultosos empréstimos para Astana desenvolver sua economia. Diversas empresas chinesas atuam no Cazaquistão especialmente nos setores petroquímico, de manufatura e de transportes cazaque (MUZALEVSKY, 2011).

¹⁵ A União Eurasiática é um projeto lançado pela Rússia para criar um grande bloco econômico e securitário no antigo espaço soviético, após o fracasso da CEI. Há receios de que, no entanto, os propósitos da União seja transformar os países da Ásia Central e do Cáucaso em uma grande esfera sob influência de Moscou (SHLAPENTOK, 2012). Embora países como o Cazaquistão e o Quirguistão tenham manifestado interesse de participar da União Eurasiática no futuro, há dúvidas quanto às capacidades de Moscou de implementá-la em um futuro próximo (WEITZ, 2011). Weitz (2001) aponta que, dentre obstáculos enfrentados para garantir a copnsolidação do projeto da União Eurasiática, estão o baixo volume de comércio que alguns dos países oriundos da dissolução da URSS mantêm entre si, as disparidades econômicas existentes entre os mesmos, as dificuldades que eles teriam para coordenar ações e implementar políticas econômicas conjuntas e a intenção desses países de fazer parte de outras organizações internacionais, como a OTAN e a OCX.

Pequim também tem interesse de garantir suprimento de urânio, visando expandir a geração interna de energia em centrais nucleares, e de combustíveis fósseis, em especial de petróleo, em decorrência da rápida elevação de seu consumo interno. O comércio bilateral entre os dois países cresceu substancialmente desde a independência cazaque, ultrapassando a cifra de US\$ 20 bilhões em 2010, o que consolida Astana como o principal mercado na Ásia Central para a China (MUZALEVSKY, 2011).

A importância do Cazaquistão no fornecimento mundial de energia tende a aumentar com o início das extrações nos campos da reserva de petróleo de Kashagan. Apontada como a maior descoberta desde os campos de petróleo de Prudhoe Bay, no Alasca (EUA), nos anos 1960, estima-se que Kashagan tenha reservas superiores a 12 bilhões de barris, e se constitui em um elemento importante para elevar a participação do Cazaquistão no fornecimento mundial de petróleo¹⁶ (PAXTON & GORDEYEVA, 2012; PAXTON, 2012a; PAXTON, 2012b).

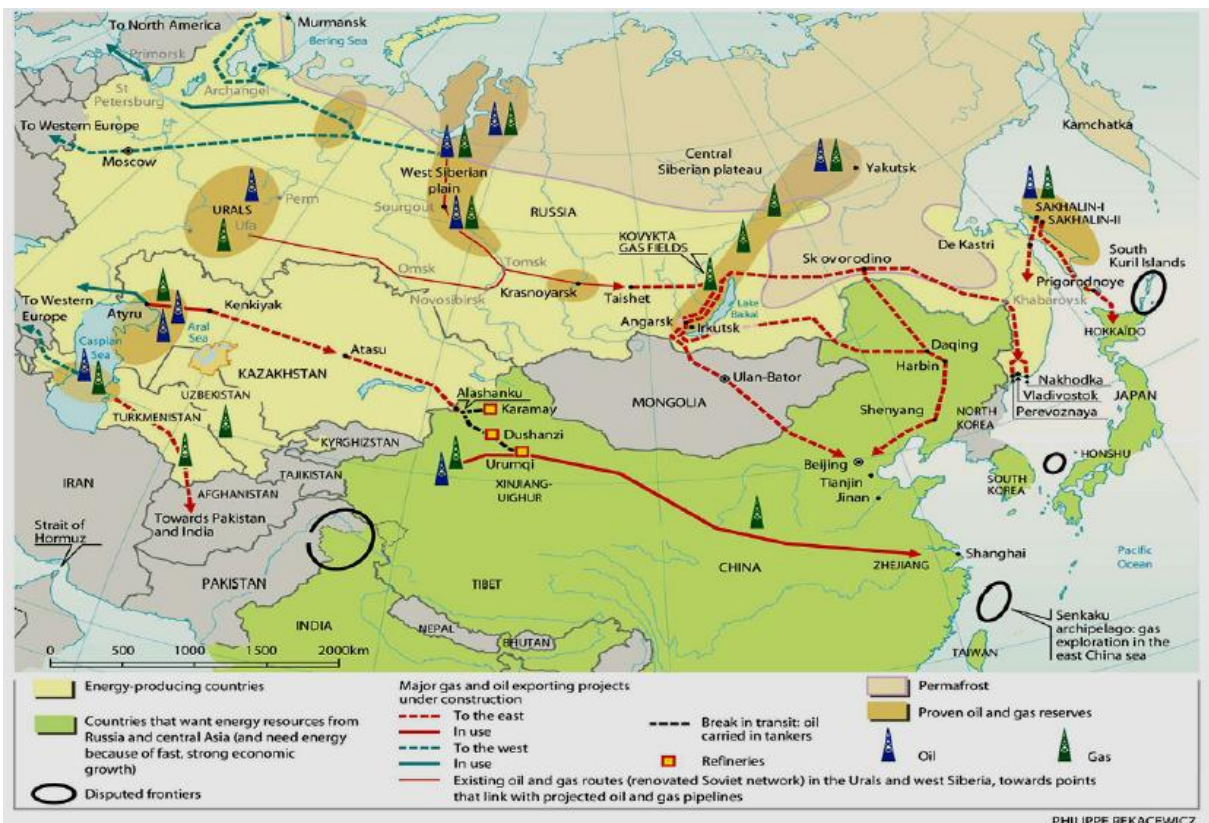
O Turcomenistão também é outro país visado pelas grandes companhias energéticas mundiais. O país detém as maiores reservas de gás natural no espaço centro-asiático. Assentado em uma estratégia de neutralidade política e de diversificação de parceiros econômicos, o Turcomenistão tem se aproximado bastante da China, cujo mercado energético encontra-se bastante aquecido, bem como volta suas atenções em direção ao subcontinente indiano. As vendas para o “dragão chinês” e para o “elefante indiano” (VISENTINI, 2011), bem como a intensificação das parcerias com os vizinhos Irã, Afeganistão e Paquistão, são vistas por Ashbatar como uma alternativa para diminuir sua vulnerabilidade perante a Rússia (ŠIR, 2011). Moscou era a principal compradora do gás turcomeno, revendendo-o a preços mais elevados no lucrativo mercado europeu ou usando para consumo interno. Porém as relações com a potência russa andam conturbadas desde 2009, quando esta cortou as importações de gás do Turcomenistão por quase um ano como represália às tentativas de negociação turcomena para receber mais pelo gás exportado (ŠIR, 2011).

Entretanto, nos últimos anos, Pequim se tornou a cliente preferencial. Acordos firmados em 2011 entre esta e o Turcomenistão, após a inauguração da segunda linha do

¹⁶ As reservas de Kashagan são exploradas por um grupo de sete empresas petrolíferas através da *North Caspian Operating Company*. Os investimentos para tornar viável a exploração de Kashagan consumiram aproximadamente 46 bilhões de dólares nos últimos dez anos, haja vista que Kashagan localiza-se em uma região do Mar Cáspio que fica submersa em uma densa camada de gelo na maior parte do ano. O início das extrações deve começar no primeiro semestre de 2013 e se estima que, quando estiver plenamente em operação, ao final da década de 2010, serão extraídos até um milhão de barris de petróleo/dia em Kashagan, elevando a produção do Cazaquistão para 143,3 milhões de toneladas de petróleo ao ano (PAXTON & GORDEYEVA, 2012; PAXTON, 2012a; PAXTON, 2012b).

gasoduto Leste-Oeste, devem estreitar ainda mais esta parceria. Os mesmos preveem a elevação da capacidade de fornecimento de gás turcomeno dos atuais 25 bilhões de m³/ano para 65 bilhões de m³/ano, bem como estabelecem a cooperação chinesa para a exploração da grande reserva de gás de Yolotan do Sul, considerada por Ashgabat a segunda maior do mundo, estimados em 26,2 trilhões de m³ de gás natural (ŠIR, 2011).

Figura 3. A rota dos dutos em direção ao Extremo Oriente



Fonte: OLIVEIRA, 2011¹⁷

Além disso, o Turcomenistão inaugurou um gasoduto que escoará parte do gás extraído para o Irã e firmou acordo com Afeganistão, Paquistão e Índia para a construção do gasoduto TAPI, garantindo, assim, acesso ao mercado consumidor indiano e fortalecendo os vínculos com o sul da Ásia. Projetos de desenvolvimento de gasoduto com o Irã também estão inseridos nos planos de Ashgabat para diversificar seus mercados (ŠIR, 2011).

Embora não possua grandes reservas energéticas, o Uzbequistão tem a maior população da Ásia Central (um número superior ao total dos outros quatro países juntos), além de ser um grande produtor de algodão. A política externa uzbeque tem sido marcada por

¹⁷ OLIVEIRA, Lucas Kerr de. Integração regional: A infraestrutura da integração regional. Apresentação de slides, Porto Alegre, jun. 2011.

oscilações. Nos primeiros anos pós-independência, Tashkent se aproximou dos países ocidentais, em especial dos Estados Unidos, movimento acentuado com a intervenção no Afeganistão a partir de 2001 – o país inclusive consentiu na utilização da base militar de Khanabad-Karshi pela OTAN.

Entretanto, essa aproximação foi abruptamente interrompida a partir de 2005, após os acontecimentos em Andijan. Condenado pelo Ocidente por violar os direitos humanos da população, o regime do presidente Karimov intensificou uma reaproximação com a Rússia e com a China sob a égide da OCX e da OTSC (KHANNA, 2009). Contudo, novos movimentos se vislumbram na política externa do país. As relações com a Rússia já foram melhores - Tashkent condena, por exemplo, a formação da União Eurasiática. Além disso, o país suspendeu sua participação na OTSC em junho de 2012 e definiu novas diretrizes para sua política externa, assentando-a nos interesses nacionais do país. Isso significa que o Uzbequistão não definia sua atuação internacional a partir do alinhamento com blocos ou a partir de diretrizes externas. Tashkent também definiu Ásia Central como sendo sua zona prioritária de interesses (TOLIPOV, 2012c).

Contudo, as relações com os vizinhos andam turbulentas. Por um lado, o país ensaia uma reaproximação com o Cazaquistão – seu competidor direto no que tange a disputa por influência na região. Por outro, tem enfrentado sérios atritos com Dushanbe¹⁸ e Bishkek em decorrência dos projetos que estes pretendem desenvolver para aproveitamento do potencial energético dos seus reservatórios de água. Tashkent observa com muitas reservas esses movimentos, pois depende dos rios que se originam nos vizinhos para irrigação de seus cultivos de algodão, principal produto de exportação do país. No que tange o vizinho quirguiz, há, ainda, a questão de minorias uzbeques que vivem no Quirguistão¹⁹ (TOLIPOV, 2011; TOLIPOV, 2012a). Além disso, litígios de fronteiras e choques entre minorias uzbeques residentes nas demais ex-repúblicas centro-asiáticas com a população local se colocam como desafios às relações com os demais vizinhos. Tal cenário gera incertezas quanto aos riscos de acabar eclodindo uma guerra na região, opondo o Uzbequistão ao Quirguistão e ao

¹⁸ As relações entre Uzbequistão e Tadjiquistão deterioraram significativamente nos últimos tempos em decorrência da construção da usina hidrelétrica de Rogun pelo governo tadjique, no rio Amu-Darya. Desde a independência, o Uzbequistão é contra a construção da usina, alegando que a mesma pode diminuir a vazão de água do rio, prejudicando, assim, a irrigação para o cultivo de algodão, principal produto de exportação do país. Recentemente, em abril de 2012, o Tadjiquistão acusou o vizinho de bloquear o fornecimento de gás e o transporte de mercadorias para o país como represália à construção da usina (TOLIPOV, 2012a).

¹⁹ Conflitos étnicos entre uzbeques e quirguizes ocorreram no sul do Quirguistão em junho de 2010, nas cidades de Osh, Jalalabad e arredores, 20 anos após choque semelhante, os quais provocaram a morte de pelo menos 500 pessoas. Na época, houve a expectativa de que o Uzbequistão poderia intervir militarmente no vizinho para garantir a proteção das minorias uzbeques. Entretanto, o país considerou, no fim, que a questão tratava-se de um assunto interno do Quirguistão, cabendo a Bishkek resolvê-la (TOLIPOV, 2011).

Tadjiquistão, com potencial para atrair outros países para o conflito (TOLIPOV, 2011; TOLIPOV, 2012a).

Situação econômica e social mais grave é vivenciada pelas economias centro-asiáticas mais pobres, o Quirguistão e o Tadjiquistão, embora ambos disponham de potencial para crescimento futuro (DOWLING & WIGNARAJA, 2006). O Tadjiquistão é um dos países mais pobres e menos desenvolvidos dentre as ex-repúblicas soviéticas. O país vivenciou uma Guerra Civil sangrenta entre os anos de 1992 e 1997 que devastou a economia local, cujas consequências ainda se fazem sentir no país. Suas relações com os demais vizinhos são complicadas, em especial com o Uzbequistão, em decorrência de litígios fronteiriços e do manejo dos seus ricos recursos hídricos (SHLAPENTOKH, 2012a).

Dushanbe é próxima da Rússia, país este que dispõe de uma base militar no território tadjique e que se revela um aliado preferencial dada as limitações geopolíticas deste país centro-asiático. Contudo, nos últimos anos, o país tem buscado diversificar suas relações, assentada em uma “política externa multivetorial”²⁰ visando diminuir sua dependência de um só ator poderoso. Nesse sentido, o país tem se aproximado principalmente de Teerã, bem como da China e dos países ocidentais (SHLAPENTOKH, 2012a). A Índia também surge como parceiro estratégico do Tadjiquistão, dispondo, desde 2005, de uma base militar em Farkhor, na divisa do território tadjique com o Afeganistão. Essa base é importante para Nova Délhi, pois se localiza próxima a uma região de concentração de grupos terroristas anti-Índia que atuam na Grande Caxemira (JORNADA, 2008).

Embora seja o país que mais tenha avançado no desenvolvimento de um sistema político multipartidário, o Quirguistão possui uma economia pequena e assentada na exploração de minérios, em especial de ouro, e vivencia uma situação de corrupção endêmica. A história da nação quirguiz é marcada, ainda, por instabilidades e por conflitos étnicos, sendo o mais recente deles o choque ocorrido em 2010 entre uzbeques e quirguizes no sul do país. Tal conflito resultou em milhares de mortos, elevando, por um lado, a tensão com o Uzbequistão e, por outro, colocando em questionamento a capacidade de atuação da OCX e da OTSC, que não alcançaram sucesso na definição de uma estratégia para estabilizar o país (GRETSKY, 2011).

As duas nações vivem relações conflituosas em decorrência de litígios fronteiriços na região do Vale do Fergana e dos recursos hídricos disponíveis em território quirguiz. Assim como o Tadjiquistão, a água é a principal riqueza do país, embora seu potencial seja muito

²⁰ Tradução nossa para “Multi-vector foreign policy” (SHLAPENTOKH, 2012a).

pouco explorado para fins de geração de energia para a população. Bishkek também começa a voltar suas atenções para a exploração das chamadas “terras-raras”²¹, disponíveis em seu território de forma relativamente significativa, capaz de dotar futuramente o país de empresas dispostas a investir na sua exploração. O país se apresenta como um exemplo concreto das disputas envolvendo os grandes atores das relações internacionais contemporâneas em prol de expandirem suas influências na região da Ásia Central (BLANK, 2012). Enquanto que os Estados Unidos buscam prorrogar o contrato de locação da base de Manas para além de 2014 e a Turquia reforça seus investimentos no país, Moscou tem prometido investimentos na construção de usinas hidrelétricas e tentado atrair o país para a Eurasec e para a União Eurasiática (BLANK, 2012).

O governo do atual presidente, Almazbek Atambayev, tem se empenhado em diversificar as relações do país. Embora esteja ensaiando uma aproximação com a Rússia e com o Cazaquistão, países com os quais Bishkek teve relações tumultuadas na última década, Pequim se revela como o principal aliado quirguiz, desempenhando um papel central na economia do país. A China é o principal parceiro econômico do Quirguistão e tem investido no desenvolvimento da infraestrutura local, em especial nos setores energéticos e de transportes (BLANK, 2012; SMITH, 2012b).

2.5 Considerações preliminares

Percebe-se que a dinâmica dos oito países da Ásia Central e do Cáucaso é bastante complexa. As relações entre os mesmos após as respectivas independências não se desenvolveram de forma cooperativa. Pelo contrário, questões econômicas, securitárias e de identidade se impuseram como desafios nas relações inter-regionais e na aproximação com atores externos ao espaço centro-asiático e caucasiano.

O risco de maior instabilidade nos anos 1990 decorria principalmente do fato de estes países estarem se firmando como Estados autônomos, dos problemas políticos e econômicos que passaram após a independência e do risco de irradiação de caos e de instabilidade de zonas externas próximas, como do Afeganistão (ALLISON & JONSON, 2001). Entretanto,

²¹ Tradução nossa para “Rare Earth Elements” (SMITH, 2012b). Tratam-se de 17 elementos da tabela periódica que são de grande relevância para a indústria de alta tecnologia e de transformação. Contudo, os mesmos se encontram bastante dispersos pela crosta terrestre, sendo poucos os lugares em que sua extração se faz viável economicamente – por isso a designação do termo “elementos raros”. Aproximadamente 90% das reservas encontram-se em território chinês, entretanto o alto consumo pela economia chinesa tem motivado a sua exploração em outras regiões do planeta, o que pode beneficiar a economia da Ásia Central – e o Quirguistão em particular (BRENNAN & EDSTRÖM, 2011; SMITH, 2012b).

também se estabeleceram margens para maior cooperação entre os países da Ásia Central e do Cáucaso. Assentadas tanto no vínculo histórico-cultural em comum quanto na herança do aparato soviético, estabeleceu-se uma relação de dependência entre esses países em prol do usufruto da infraestrutura disponível. Além disso, o extremismo islâmico e as ameaças terroristas também abriam margem para o estímulo à cooperação não apenas entre as nações centro-asiáticas, mas com outras potências – notadamente a Rússia e a China (ALLISON & JONSON, 2001).

Algumas estratégias viáveis para diminuir os riscos de eclosão de conflitos e incrementar a integração regional seria o compartilhamento dos recursos energéticos e hídricos. Outras opções seriam através da promoção de infraestrutura de transportes e do estabelecimento de mecanismos de resposta coletiva às ameaças no meio-ambiente e a desastres naturais. O estímulo à integração e à cooperação regional também é uma estratégia para melhor exploração dos recursos da região e para estabelecer a Ásia Central – assim como o Cáucaso – como ponto seguro de passagem das rotas comerciais, dos dutos e da infraestrutura viária entre a Europa e a Ásia (WEITZ, 2008).

Tanto a região do Cáucaso quanto o atual território da Ásia Central são compreendidos desde a antiguidade como ponto de interligação entre o Extremo Oriente, a Europa, as estepes russas, o subcontinente indiano e o Oriente Médio (VIZENTINI, 2002). Tendo o Mar Cáspio como centro de comunicação, essas duas regiões encontram-se interconectadas e se insere em um sistema de dependência mútua. “O Mar Cáspio [...] e a exploração de seus recursos naturais remetem os limites da Ásia Central à região do Cáucaso”, implicando que “as questões centro-asiáticas se entrelaçam às caucasianas e as englobam” (SILVA, 2008, p. 24).

Contudo, desde a queda da URSS, essa zona do globo despertou os interesses dos principais atores internacionais. Assim, para se compreender melhor as dinâmicas na *Central Caucasus Asia*, é preciso entender a presença externa na região e os motivos que levam esses atores a inserirem os países aqui analisados no centro de suas estratégias de atuação global.

3 O Novo Grande Jogo e seus principais players

O presente capítulo procura analisar quem são os atores externos envolvidos no Novo Grande Jogo e quais são seus principais interesses na *Central Caucasus Asia*. Para tanto, primeiramente faz-se necessário uma análise sobre a importância geoestratégica da região e sobre a definição do que, afinal, é esse Novo Grande Jogo. Para apresentar ao leitor um panorama mais completo da região, por fim, apresenta-se a posição-chave do Afeganistão, o qual, embora não seja objeto de análise do trabalho, exerce importância crucial para as definições dos rumos da região nos próximos anos.

Embora a Ásia Central e o Cáucaso possuam suas particularidades, o Mar Cáspio e os vínculos histórico-culturais surgem como elementos que conectam esses dois cenários. Além disso, as duas regiões exerceram um papel histórico de ligação entre a Ásia e a Europa, constituindo-se como a fronteira entre o Ocidente e o Oriente (KHANNA, 2008). No contexto pós-Guerra Fria, tal papel vem sendo resgatado. Os países centro-asiáticos e caucasianos são de fundamental importância para o estabelecimento de complexas redes de infraestrutura capazes de conectar os grandes polos de desenvolvimento asiático – China, Índia e Sudeste Asiático – à Europa. Assim, entende-se a necessidade apresentada a este trabalho de se estudar essas duas regiões como uma grande entidade de análise.

Entretanto, as dinâmicas regionais são afetadas pelos interesses de atores externos que, interessados nas potenciais – e lucrativas – oportunidades oferecidas pela *Central Caucasus Asia*, procuraram demarcar presença na região. Em um contexto de disputas por influência e por garantias de acesso às riquezas do subsolo centro-asiático e caucasiano, China, Rússia e Estados Unidos têm sido os protagonistas do que tem sido designado como o “Novo Grande Jogo” do século XXI, em alusão ao Grande Jogo travado entre os Impérios britânico e russo no século XIX. Outros atores internacionais que surgem nesse panorama como partes interessadas são os países europeus – sob a égide da União Europeia (UE) e da aliança com Washington através da OTAN – e potências regionais da Eurásia, notadamente Índia, Irã e Turquia.

3.1 Importância da “*Central Caucasus-Asia*” na geopolítica atual

Um fator de grande relevância estratégica do Mar Cáspio traduz-se com as grandes reservas de petróleo e de gás natural existentes na região, apontadas como um dos maiores reservatórios de hidrocarbonetos na atualidade - estima-se que elas superem os 200 bilhões de

barris de petróleo (KHANNA, 2008). Apontado como uma das últimas fronteiras energéticas no mundo, a cobiça e a atenção de grandes atores internacionais voltou-se para a Ásia Central e para o Cáucaso desde o fim da URSS, tida como possível alternativa ao conturbado Oriente Médio. Além disso, minerais estratégicos como ferro, zinco, ouro e urânio são encontrados de forma expressiva no subsolo da região (KHANNA, 2008; WEITZ, 2008; GUO, 2006).

Embora dependente da Rússia para o transporte de petróleo e gás natural, o Cazaquistão e os demais países buscam maiores margens de manobra para diminuir a dependência em relação ao grande vizinho do norte. A concorrência desencadeada com a entrada de companhias ocidentais e, mais recentemente, chinesas na região estimulou os financiamentos de projetos alternativos para transporte dos recursos energéticos e para modernização da infraestrutura da região (WEITZ, 2008). O Mar Cáspio possui, ainda, uma posição estratégica de primeira grandeza para a expansão dos dutos existentes, pois poderia se configurar como rota direta de conexão entre a Ásia Central, a Europa e a Turquia, via região caucasiana, estabelecendo uma alternativa, assim, ao território russo. (WEITZ, 2008; GUO, 2006). Por sua vez, outros projetos de dutos desenvolvidos nos últimos anos possibilitaram a conexão direta dos países da Ásia Central – notadamente Cazaquistão e Turcomenistão – com o rico mercado chinês (GUIMARÃES et al, 2010).

Figura 4 – Mapa da região do Mar Cáspio



Fonte: Wikipedia, 2007

Juntamente com a Rússia e com o Irã, Azerbaijão, Cazaquistão e Turcomenistão constituem o grupo de países que circundam o Mar Cáspio, controlando suas reservas de hidrocarbonetos. As tabelas 2 e 3 apresentam as reservas comprovadas e a produção no ano de 2011 de, respectivamente, petróleo e gás natural dentre os países da região do Mar Cáspio²²:

Tabela 2. Reservas comprovadas e produção de Gás Natural nos países do Mar Cáspio

Reservas comprovadas de Gás Natural			Produção de Gás Natural em 2011		
País	trilhões/m ³	% do total mundial	País	bilhões/m ³	% do total mundial
Azerbaijão	1,3	0,60%	Azerbaijão	14,8	0,50%
Cazaquistão	1,9	0,90%	Cazaquistão	19,6	0,60%
Turcomenistão	24,3	11,70%	Turcomenistão	59,5	1,80%
Uzbequistão	1,6	0,80%	Uzbequistão	57,0	1,70%
Irã	33,1	15,90%	Irã	151,8	4,60%
Rússia	44,6	21,40%	Rússia	607,0	18,50%

Fonte: Elaboração própria a partir de BP (2012)

Tabela 3. Reservas comprovadas e produção de Petróleo nos países do Mar Cáspio

Reservas comprovadas de Petróleo			
País	milhões de toneladas	milhões de barris	% do total mundial
Azerbaijão	1.000	7.000	0,40%
Cazaquistão	3.900	30.000	1,80%
Turcomenistão	100	600	menos de 0,05%
Uzbequistão	100	600	menos de 0,05%
Irã	20.800	151.200	9,10%
Rússia	12.100	88.200	5,30%
Produção de petróleo em 2011			
País	milhões de toneladas	barris/dia	% do total mundial
Azerbaijão	931	45.600	1,10%
Cazaquistão	1.841	82.400	2,10%
Turcomenistão	216	10.700	0,30%
Uzbequistão	86	3.600	0,10%
Irã	4.320	206.800	5,20%
Rússia	10.280	511.400	12,80%

Fonte: Elaboração própria a partir de BP (2012)

²² Embora o Uzbequistão não tenha fronteiras físicas com o Mar Cáspio, optou-se por incluir o país no levantamento, tendo em vista sua relevância como produtor de gás natural na região.

Os recursos hídricos do Tadjiquistão e do Quirguistão também são elementos que adquiriram relevância no contexto regional. Por um lado, significa a possibilidade de estes dois países se converterem em grandes geradores de eletricidade, não apenas para a Ásia Central, mas também para Afeganistão, China e Índia. Através do projeto Central Asia-South Asia 1000 (CASA 1000), por exemplo, prevê-se a construção de uma linha de transmissão de energia do Tadjiquistão até a Índia, passando pelo território afegão. Garantindo o suprimento de 1000 MWh de energia, esse projeto constitui-se como elemento essencial para a reconstrução do Afeganistão (MARTINS et al, 2010). Por outro lado, os rios que descem as montanhas quirguizes e tadjiques são fundamentais para a irrigação, tendo em vista a predominância de um clima semiárido. Conforme abordado na análise do capítulo 2, essa questão é de fundamental importância para o Uzbequistão e tem motivado constantes atritos com Bishkek e Dushanbe.

Além da existência de riquezas energéticas, hídricas e minerais, a Ásia Central se destaca como potencial zona imigratória e para assentamento de populações do leste asiático, principalmente oriundas da China. Os vastos territórios férteis da região têm o potencial de elevar a produção agrícola – especialmente de grãos – e o fornecimento de alimentos para os países vizinhos. Pequim, em especial, investe na produção agrícola dos países centro-asiáticos visando garantir sua própria segurança alimentar. O Cazaquistão, em virtude de possuir o maior território da região e vastas áreas aráveis pouco exploradas, é o principal beneficiado, tendo discutido com a China, inclusive, a possibilidade de alugar porções de terras para que chineses pudessem desenvolver a agricultura e a produção de grãos (GUIMARÃES et al, 2010).

A *Central Caucasus Asia*, por ser o centro do continente eurasiático, é peça fundamental para a promoção da integração física da Eurásia. Através de um complexo modal rodoviário e ferroviário complementado por dutos, redes de fibra ótica e cabos de transmissão de energia, a Ásia Central e o Cáucaso podem futuramente conectar a China e o Leste-Sudeste Asiático com a Ásia Meridional, com o Oriente Médio, com a Rússia e com a Europa. A Nova Rota da Seda, embora estabeleça o Afeganistão como grande hub de transporte, depende dos países centro-asiáticos para seu sucesso (STARR & KUCHINS, 2010).

Esse complexo panorama tem motivado a presença de grandes atores internacionais, os quais buscam garantir acesso às riquezas da região e às possibilidades que a mesma oferece em termos de comércio. No que tem sido designado de “Novo Grande Jogo” do século XXI, desenha-se um cenário de incertezas e de disputas por conquista de influência sobre os países do Cáucaso e da Ásia Central.

3.2 Novo Grande Jogo: contextualização

O Grande Jogo do século XIX constituiu-se na disputa entre os impérios britânico e russo no centro da Eurásia para garantir o controle e os acessos à porção centro-meridional do continente eurasiático. Nessa disputa, a Inglaterra tinha por objetivo assegurar o controle da Índia; por sua vez, o Império Russo avançava pelo norte a partir das estepes cazaques e da Sibéria em direção à atual Ásia Central (BRZEZINSKI, 1997; JORNADA, 2008). “Enquanto a Rússia se expandia em direção ao sul, o Império Britânico fazia pressão pelo norte, a partir da Índia” (KHANNA, 2008, p. 112). Entretanto, não se tratava apenas de uma disputa por terras ou por garantir o “controle de lucrativas rotas comerciais, e sim [por assegurar o] controle de pontos estratégicos para a segurança e para a defesa dos impérios em questão” e dos vastos recursos energéticos, que começavam a despontar a atenção das grandes potências da época (GUIMARÃES et al, 2010, p. 136).

De acordo com Brzezinski (1997), a importância da Ásia Central e do Cáucaso nas relações internacionais contemporâneas aponta para o ressurgimento de um Grande Jogo na região, em referência à teoria do *Heartland* de Halford Mackinder. De acordo com essa abordagem, haveria uma zona especial no continente eurasiático que compreenderia atualmente partes da Rússia e dos países centro-asiáticos, denominado *Pivot Area* ou *Heartland*. A teoria de Mackinder estabelece que, quem controlasse o Heartland, controlaria, dada sua localização estratégica, a Eurásia; quem controlasse a Eurásia, por sua vez, dominaria o mundo (MACKINDER, 1919). Elaborada para dar sustentação ao imperialismo inglês na Ásia, a teoria de Mackinder readquiriu relevância nas últimas décadas devido ao renascimento de disputas entre atores externos para garantir zonas de influência na Ásia Central e no Cáucaso no que tem sido designado como o Novo Grande Jogo do século XXI (KHANNA, 2008; ISMAILOV & PAPAVALA, 2010; GUIMARÃES et al, 2010).

Xuetang Guo (2006) aponta que esse jogo foi potencializado em virtude das precárias condições que se encontravam os jovens estados centro-asiáticos no decorrer da década de 1990, bem como pelas disputas para garantir controle sobre a exploração de recursos energéticos na região. As grandes potências também temiam os avanços de suas adversárias na região. Através de atuação diplomática, afirmação de alianças, formalização de acordos políticos e econômicos e concessão de empréstimos e financiamentos, elas passaram a tentar limitar os avanços de suas concorrentes na região. Também, deram estímulo à liberação de crédito para o financiamento de obras e de investimentos na Ásia Central e no Cáucaso (GUO, 2006).

Entretanto, por ser uma região onde vários atores internacionais possuem interesses na atualidade, o panorama regional na *Central Caucasus Asia* no século XXI seria o de predominância de relações mais complexas se comparado ao período do “Grande Jogo” no século XIX. Embora limitado à análise das oito ex-repúblicas soviéticas, deve-se reconhecer, assim, que a dinâmica das relações no Cáucaso e na Ásia Central é afetada por um conjunto de países adjacentes e por potências externas.

À medida que grandes potências de todos os quadrantes tentam assegurar o controle de fontes de abastecimento de gás e petróleo recém-descobertas, abrem os portões dessa região, há muito isolada, para a competição entre o Ocidente e o Leste por oleodutos, rodovias e redes de comércio – os traçados que realmente contam no mapa de nossa era de globalização (KHANNA, 2008, p. 111).

Brzezinski (1997) aponta que Afeganistão, Irã e Paquistão têm relevância fundamental nas dinâmicas da região, por serem potenciais irradiadores de instabilidade e de caos para os países caucasianos e centro-asiáticos, assim como a Rússia, que exerceu um controle praticamente supremo sobre essas regiões por mais de um século e, com o esfacelamento da União Soviética, viu suas fronteiras meridionais encolherem em mais de mil quilômetros. A China é outra potência que, já no final do século XX, despontava como forte candidata a promover maior aproximação política e econômica com essas regiões – em especial com os países da Ásia Central. O crescimento econômico acelerado nas últimas décadas implicava, para Pequim, a necessidade de buscar novas fontes de energia e de minérios, bem como novos mercados consumidores. As ex-repúblicas soviéticas se apresentavam, assim, como parceiros importantes para a China nessa nova conjuntura (BRZEZINSKI, 1997).

Um ator regional que despontou no cenário caucasiano e centro-asiático a partir da década de 1990 foi a Turquia, enquanto que a Índia começou a despontar como uma nova parte interessada a partir do início do século XXI. Além desses países, dois grandes atores externos que são de suma relevância para a compreensão do contexto geoestratégico dessas regiões são os Estados Unidos e o bloco de países europeus. Desde o imediato momento de independência das ex-repúblicas, as grandes potências ocidentais buscaram ampliar suas relações com as ex-repúblicas soviéticas.

Assim, é possível subdividir esses atores em dois grandes grupos – “o primeiro, com Rússia, Estados Unidos (e OTAN) e China, cuja importância (para se compreender a geopolítica dessa zona do globo) é muito significativa; e outro que engloba Índia, Japão, Irã, Turquia e Paquistão, que estão expandindo a sua influência” (JORNADA, 2008, p. 69). Ao primeiro grupo, é possível de acrescentar, ainda, a União Europeia como a organização que representa os interesses dos países europeus na Ásia Central e no Cáucaso. Para melhor

compreensão dos interesses individuais desses atores externos na região, segue-se na sequência do trabalho uma análise dos mesmos, primeiramente das grandes potências e, em seguida, dos novos *players* desse Novo Grande Jogo.

3.3 As relações com a Rússia e com a China

Depois de ter superado a crise interna que vivenciou nos anos 1990, a Rússia buscou recuperar a influência que exercia na região. Moscou estimulou as trocas comerciais com esses países e se valeu do controle da maioria dos meios de comunicação que possibilitam o contato da região com o mundo exterior para fortalecer seus vínculos com os mesmos. Além disso, juntamente com os chineses, procurou atrair os países centro-asiáticos para uma rede securitária, constituindo a Organização para Cooperação de Xangai em 2001²³ (GUIMARÃES *et al*, 2010; VISENTINI, 2012).

Embora os países centro-asiáticos enxerguem a Rússia com muitas reservas, em decorrência dos anos de domínio soviético, o país é uma preciosa chave de acesso para chegar à Ásia Central e ao Cáucaso, em função da infraestrutura de comunicação desenvolvida nos tempos de URSS. Até os dias atuais, as principais rotas de acessos que esses países possuem para terem acesso ao meio externo são através do território russo. Dessa forma, a Rússia assume uma posição estratégica no contexto do Novo Grande Jogo, sendo um ator essencial para se ter como aliado a fim de assegurar um controle e uma presença mais intensa na região (KHANNA, 2008)

A Rússia não dispõe de capacidades para exercer absoluto poder sobre a região como o outrora exercido pela União Soviética nem de impedir que outros atores, sobretudo a China, estreitem os seus vínculos com os países centro-asiáticos (KHANNA, 2008). Contudo, o Estado russo, “especialmente desde que Vladimir Putin se tornou presidente (pela primeira vez, em 2001), passou a se reorganizar, a crescer economicamente, a recuperar parcialmente sua capacidade militar e a desenvolver um significativo protagonismo diplomático” (VISENTINI, 2012, p. 80). O espaço da *Central Caucasus-Asia* assume, neste contexto,

²³ Tendo origem no grupo Xangai Five, composto por China, Rússia, Cazaquistão, Tadjiquistão e Quirguistão em 1995 – os denominados Cinco de Xangai - a Organização para Cooperação de Xangai foi constituída em 2001, após a inclusão do Uzbequistão ao grupo. Resumidamente, trata-se de uma aliança de caráter econômico e principalmente securitário que visa promover maior cooperação entre seus membros, garantir a proteção das fronteiras, combater as ameaças decorrentes do terrorismo e do tráfico de drogas e de armas e conter um maior avanço da OTAN na Ásia. Além dos seis membros fundadores, Índia, Irã, Paquistão, Afeganistão e Mongólia são membros observadores (GUIMARÃES *et al*, 2010; VISENTINI, 2012). Desde sua criação, “a organização tem expandido sua relevância regional para se tornar um elemento de considerável importância no jogo político da Eurásia” (VISENTINI, 2012, p. 235).

posição estratégica para Moscou, que busca, nos últimos anos, recuperar a influência perdida com a dissolução da URSS e assegurar que essa zona do globo permaneça como sua área estratégica preferencial.

Organizações regionais como a Eurasec e a OTSC assumem posição central nessa estratégia russa. Recentemente, Putin vem investindo no estabelecimento da União Eurasiática com as ex-repúblicas soviéticas, a qual objetiva criar um grande espaço de livre comércio e garantir a Moscou maior cooperação e poder de influência sobre seus vizinhos, bem como promover a integração no antigo espaço da URSS (WEITZ, 2011; TOLIPOV, 2012b). Enquanto que o Uzbequistão já se posicionou contra a União, Cazaquistão, Quirguistão e Tadjiquistão, assim como a Armênia, manifestaram interesse de participar da mesma futuramente. Com o Cazaquistão, a Rússia já conseguiu estabelecer, também, uma união aduaneira, em 2011, da qual Belarus também faz parte (WEITZ, 2011).

Moscou tem, ainda, dificultado o estabelecimento de rotas alternativas de transporte e especialmente de dutos, as quais possibilitariam aos países caucasianos e centro-asiáticos terem acesso aos mercados europeus e asiáticos sem dependerem do trânsito pelo território russo. A Rússia depende das reservas dos países da bacia do Mar Cáspio, pois sua própria capacidade de produção, ainda assentada na infraestrutura herdada da URSS, está próxima do limite. Além disso, um dos pontos delicados no relacionamento entre Moscou e os países produtores de petróleo e de gás natural é o preço abaixo do valor de mercado pago pela compra dos hidrocarbonetos por parte das empresas energéticas russas, as quais revendem a preços mais elevados no lucrativo mercado europeu (COHEN, 2012).

Contudo, a Rússia tem readquirido influência na região a partir da guerra de 2008 com a Geórgia. Assentada em uma política de cooperação Sul-Sul com alguns dos países em desenvolvimento da *Central Caucasus Asia*, Moscou tem buscado a cooperação em prol de combater problemas como tráfico de drogas e de armas, fortalecimento das fronteiras e desenvolvimento de projetos energéticos e de construção de infraestrutura (MARTINS et al, 2010).

Embora tenha entrado atrasada na disputa do Novo Grande Jogo, a China vem adotando uma estratégia agressiva para demarcar presença na Ásia Central. A região é relevante para Pequim em decorrência dos mais de três mil quilômetros de fronteiras compartilhados com os países centro-asiáticos, bem como pelos riscos de que a região acabe irradiando instabilidade – tais como terrorismo, movimentos separatistas e tráfico de drogas – para o oeste chinês, notadamente a província de Xinjiang (JORNADA, 2008; KHANNA, 2008). Além disso, há uma percepção por parte dos formuladores de política externa na China

de que a Ásia Central passou a se constituir como sendo a “retaguarda estratégica do país”, cabendo a Pequim, assim, garantir que essa região permaneça estável e segura (JORNADA, 2008, p. 72).

Razões econômicas e securitárias também impulsionaram a aproximação entre Pequim e os países centro-asiáticos, visando, por um lado, garantir uma conexão direta com os centros petrolíferos da região, tendo em vista o aumento expressivo de sua demanda por energia; e, por outro, conquistar o mercado de consumo centro-asiático. A China tem investido de forma maciça para o desenvolvimento de uma complexa rede de infraestrutura na Ásia Central, bem como tem conquistado mais espaço na economia desses Estados. Empresas e produtos chineses têm se inserido com força nessa região, atraídas pelo potencial de consumo que esses países apresentam (JORNADA, 2008; PEYROUSE, 2007; PINTO, 2012; WEITZ, 2008).

No plano econômico, a China obteve expressivos avanços no decorrer da última década, em especial na Ásia Central, financiando obras de infraestrutura, firmando acordos comerciais com esses países e conquistando uma fatia expressiva do mercado da região. Os principais setores para os quais se direcionam os investimentos chineses são a mineração, a exploração de hidrocarbonetos, ferrovias e rodovias e telecomunicações. Direcionando tecnologia e investimentos para a Ásia Central, a China procura fortalecer a sua presença na região. Pequim espera, também, garantir acesso às ricas fontes de minérios e de hidrocarbonetos, as quais são importantes para a China garantir suprimento de matéria-prima em um contexto de rápido crescimento econômico (PEYROUSE, 2007).

O capital chinês se torna bastante atrativo principalmente para as economias mais pobres da região – Quirguistão, Tadjiquistão e Uzbequistão – por não possuem condições de realizarem os investimentos necessários para o desenvolvimento de suas economias sem aporte financeiro externo. Com os países mais ricos – especialmente com o Cazaquistão – a estratégia chinesa tem sido a de se associar em *joint-ventures* ou adquirir o controle de empresas locais. Embora ainda pouco explorada, Peyrouse (2007) aponta que outra área que tem grande potencial para cooperação e para a realização de investimentos por parte da China é a geração de eletricidade através do financiamento de hidrelétricas no Quirguistão e no Tadjiquistão, os quais têm potencial para se tornarem fornecedores de energia barata, especialmente para a parte oeste chinês (notoriamente, a província de Xinjiang²⁴).

²⁴ Pequim busca desenvolver e integrar mais a economia do país à sua porção ocidental como forma de combater os movimentos e as revoltas pró-independência nessa região. Nesse sentido, é de suma importância para a segurança chinesa garantir o acesso aos recursos energéticos da Ásia Central. Esta é uma zona que está próxima do território chinês e que tem capacidade para fornecer energia barata para o país. Para tanto, a China precisa

No que tange investimentos em transporte, a China vem se firmando como uma das principais financiadoras desses países. Para os países centro-asiáticos, os investimentos chineses na expansão e na melhoria das redes de transporte ajudam na comunicação e na integração nacional. Na área de telecomunicações, os países da Ásia Central estão vivenciando uma verdadeira revolução com a modernização dos sistemas de comunicação, que remontam à era soviética, obtendo rápido avanço da internet e do sistema de telefonia móvel. Para a China, os investimentos nesse ramo visam aprimorar a sua própria conexão com outros polos da Eurásia, especialmente com a Europa (PEYROUSE, 2007).

Muitos projetos de óleo e de gasodutos estão sendo desenvolvidos pela China²⁵ na Ásia Central e a região tende a adquirir uma importância crescente dentro do mapa de fornecimento energético do país²⁶. Além disso, para os países centro-asiáticos, o mercado chinês é importante para o desenvolvimento da indústria de energia e da mineração, alavancando as vendas e gerando mais divisas para a economia. A crescente presença chinesa na região tem, assim, provocado uma mudança no panorama estabelecido nos primeiros anos pós-independência, quando as empresas russas e os conglomerados ocidentais controlavam quase a totalidade da extração e do transporte de hidrocarbonetos (KHANNA, 2008; PEYROUSE, 2007).

Esta estratégia chinesa, a qual Khanna (2008) chama de “diplomacia de desenvolvimento compartilhado”, tem gerado fortes resultados e permitiram à China se articular cada vez mais com estes países em detrimento da Rússia e, em menor medida, do Ocidente. Nos dizeres de Khanna, “A influência econômica, demográfica e diplomática da China praticamente assegura que ela virá a substituir a Rússia como principal organizador da região” (KHANNA, 2008, p. 115).

garantir o desenvolvimento econômico de Xinjiang e integrar econômica e fisicamente a região ao restante do país (KHANNA, 2008; PEYROUSE, 2007).

²⁵ Para Pequim, embora a extração de petróleo e de gás na Ásia Central seja mais dispendiosa que no Oriente Médio, a região apresenta três vantagens estratégicas: diminuem os custos com transporte (tendo em vista que a China importa hidrocarbonetos principalmente do Oriente Médio), são considerados investimentos rentáveis no longo prazo e possibilitam maior articulação política com os governos da região. Contudo, a logística de transporte dos hidrocarbonetos para a China é complexa, em função da geografia da região (especialmente do oeste montanhoso chinês). Além disso, as distâncias são longas e as companhias chinesas chegaram atrasadas nas disputas pelos melhores poços de petróleo e zonas de extração de combustíveis (JORNADA, 2008; PEYROUSE, 2007).

²⁶ A estratégia energética chinesa se baseia nos seguintes pontos: continuar explorando as reservas existentes no próprio território (localizadas principalmente no norte e no oeste do país, longe, portanto, dos principais centros de consumo); diversificar os países dos quais importa petróleo, diminuindo sua dependência dos países do Golfo Pérsico, em função dos riscos de desestabilização política e securitária na região; diminuir a sua dependência de importação de petróleo por meio de tanques e de petroleiros, pois cerca de 60% do petróleo consumido no país passam pelo estreito de Malaca, região sensível a desestabilizações; e expandir o consumo de gás natural (PEYROUSE, 2007).

3.4 A presença ocidental na Ásia Central e no Cáucaso

Os países europeus e os Estados Unidos configuram-se como principais atores externos que atuam na Ásia Central. Reconhecendo a independência desses países logo que se consolidou a dissolução da URSS, os Estados Unidos buscavam, na região, “processos de democratização, estabilidade e abertura econômica”, bem como evitar a propagação do radicalismo político e religioso (GUIMARÃES et al, 2010, p. 137). Por sua vez, a Europa também buscava os mesmos objetivos que os norte-americanos, acrescentando apoio para a estruturação dos novos governos sob práticas de boa governança nos moldes europeus. Além disso, tanto sob a égide da União Europeia quanto através da atuação individualizada de alguns de seus membros, o bloco europeu procurou conceder linhas de empréstimos e de financiamentos aos Istões. Além disso, a União Europeia se empenhou em firmar Acordos de Parceria e Cooperação com as oito ex-repúblicas do Cáucaso e da Ásia Central, embora nem todos tenham sido ratificados pelos governos locais (GUIMARÃES et al, 2010; CUTLER, 2011b). Era do interesse dos países ocidentais, ainda, que a Ásia Central e o Cáucaso se articulassem com a rede euro-atlântica de segurança, estreitando seus vínculos com a OTAN, com a OSCE e com outras organizações ocidentais (SHAGAL & ANAND, 2010).

Grandes empresas petrolíferas ocidentais adquiriram campos de exploração na região. Após os atentados de 11 de setembro de 2001 nos EUA e a consequente deflagração da ofensiva da OTAN no Afeganistão, essa zona do globo adquiriu importância central nas estratégias militares estadunidenses. Os EUA procuraram estabelecer acordos com os países centro-asiáticos para permitir o uso do espaço aéreo e para utilizar bases militares nesses países, visando garantir apoio e auxílio às tropas no território afegão (GUIMARÃES *et al*, 2010). Embora após a crise de Andijan os países ocidentais tenham perdido prestígio na região, a Ásia Central tem suma relevância para os Estados Unidos e seus aliados na OTAN para garantir a estabilização do Afeganistão. Além disso, os riscos de que a região fosse afetada por distúrbios inspirados na “Primavera Árabe”, bem como os choques étnicos que assolaram o Quirguistão em 2010, também contribuíram para que a região voltasse a ocupar mais espaço na formulação de políticas dos EUA para a Ásia (WEITZ, 2011).

A estratégia norte-americana elaborada pela administração Obama para a Ásia Central consiste em três pontos centrais – desenvolvimento e expansão da Rede de Distribuição do Norte²⁷ (NDN, na sigla em inglês) para garantir o suprimento de materiais não-letais para as

²⁷ Tradução nossa para “Northern Distribution Network” (NDN). Essa rede possibilita uma alternativa para as tropas da OTAN ao território paquistanês garantindo o abastecimento das tropas por via terrestre. Ela se inicia

tropas da OTAN no Afeganistão; promoção da “Nova Rota da Seda” como forma de garantir a integração econômica do Afeganistão com seus vizinhos centro e sul-asiáticos, incentivando, para tanto, amplos investimentos no país afegão para torna-lo um hub logístico na Ásia; e implementação da *Central Asia Counternarcotics Initiative*²⁸ (CACI), através do estabelecimento de forças-tarefas nos países centro-asiáticos para combater o tráfico de drogas na região. Essas três iniciativas tem por propósito, por um lado, estreitar a cooperação entre as nações centro-asiáticas e, por outro, promover a região à condição de grande entroncamento da Eurásia, diversificando as opções de acesso disponíveis, aprofundando as conexões da Ásia Central com a economia mundial e garantindo a autonomia dessas jovens nações (WEITZ, 2011; WEITZ, 2012a).

Por sua vez, o Cáucaso assume uma posição central para a Europa garantir o acesso às reservas energéticas do Mar Cáspio. Projetos como o gasoduto Baku-Tbilisi-Cheyan (BTC), Nabucco²⁹, Corredor de Gás do Sul e South Stream tem sido avaliados pelos governos europeus como forma de garantir a segurança energética europeia. Tanto o Cáucaso quanto a Ásia Central adquiriram maior posição estratégica para a Europa após os cortes de fornecimento de gás da Rússia para a Ucrânia, os quais afetaram a segurança energética de todo o continente europeu. Além disso, a expansão para o leste aproximou a Europa da região caucasiana, a qual passou a fazer parte da vizinhança próxima do continente (BABAN, 2011; CUTLER, 2011b; TSERETELI, 2009). O Azerbaijão assume, nesse contexto, importância central para Bruxelas, por ser um grande exportador de gás, situado no entroncamento do Corredor de Gás do Sul e que almeja ampliar suas exportações para o continente europeu (BABAN, 2011).

Para a Ásia Central, a UE elaborou, em 2007, sua estratégia para uma nova parceria com a Ásia Central, delimitando três áreas prioritárias para conduzir o relacionamento entre Bruxelas e os governos da região: promoção da cooperação regional e incentivo às relações entre os governos da região; combate à pobreza e auxílio para melhoria das condições de vida

nos países bálticos, passando pela Rússia e pelos países caucasianos e centro-asiáticos até chegar ao Afeganistão, valendo-se de uma combinação de transportes marítimos, ferroviários e rodoviários ao longo dos seus mais de 5 mil quilômetros de extensão. Cerca de 30% dos suplementos das tropas são transportados através dessa rota. Embora mais longa e mais custosa, a NDN tem se revelado uma alternativa interessante em termos de comércio para a região (WEITZ, 2010; WEITZ, 2012a).

²⁸ “Iniciativa de Antiterrorpentes da Ásia Central”, tradução nossa.

²⁹ Em virtude dos repetidos adiamentos e dos elevados investimentos necessários para a implementação do projeto Nabucco (podendo chegar aos €13 bilhões) em um cenário de grave crise econômica no continente, a União Europeia já não se empenha tanto para sua implementação. Outro fator que motivou a revisão do projeto foi a falta de garantias por parte do Azerbaijão de poder suprir os 31 bilhões de m³ de capacidade de Nabucco. Assim, a Europa vem optando por investir na ampliação da capacidade dos corredores já existentes e no financiamento de rotas mais curtas, como o projeto Nabucco West, que interligaria a Áustria até a Grécia, onde se conectaria às redes vindas da Turquia (BABAN, 2011).

da população; e promoção dos princípios de boa governança e apoio para implementação de reformas econômicas (CUTLER, 2011b; EU, 2007).

Entretanto, com a retirada das tropas da OTAN prevista para 2014, é possível que os Estados Unidos e os países europeus percam mais influência e capacidade de ação na região. Por sua vez, novos atores podem aproveitar a oportunidade para firmarem posição mais ativa no Novo Grande Jogo (BLANK, 2011).

3.5 Os novos players no Novo Grande Jogo

Além dos grandes players, outros países eurasiáticos também buscam demarcar presença no Novo Grande Jogo. As potências médias do continente – notadamente a Índia, a Turquia e o Irã – assim como o Paquistão, possuem interesses na Ásia Central e no Cáucaso e buscam fortalecer os vínculos com esses países (GUO, 2006). Embora mais distante, o Japão também vê a região como sendo estratégica a seus interesses. Por fim, o Afeganistão vem se inserindo com mais intensidade na já complexa geopolítica centro-asiática, estabelecendo vínculos com a mesma de forma que fica cada vez mais difícil de não associar o país à Ásia Central ao se fazer uma análise dessa região.

A Turquia assentou a sua aproximação inicial com os países da Ásia Central nos elos étnicos, culturais e linguísticos existentes³⁰. Por sua vez, com o Cáucaso, além da proximidade geográfica, a Turquia possui laços históricos de interação, por serem regiões de passagem entre a Europa e a Ásia. Além disso, Ancara possui fortes interesses na exploração e no transporte das riquezas energéticas da região, as quais podem possibilitar no estabelecimento, com os países caucasianos, de um corredor de transporte, transformando, assim, a Turquia em um hub energético. Para tanto, garantir a estabilidade do Cáucaso é de fundamental importância para a política externa turca (GHIGGI, 2010).

Embora não tenha obtido o sucesso esperado em sua aproximação com a Ásia Central, a Turquia alcançou resultados expressivos no Cáucaso, sendo que o Azerbaijão emergiu como principal aliado turco na região. Nos últimos anos, o relacionamento com Baku se intensificou em decorrência dos investimentos em dutos e na economia azeri, bem como na cooperação militar. Os dois países buscam implantar o projeto de gasoduto Transanatoliano³¹, que levaria o gás extraído no Mar Cáspio para a Turquia, onde seria redistribuído para o mercado europeu

³⁰ Com exceção do Tadjiquistão, os demais países são considerados etnicamente de origem túrquica (GHIGGI, 2010).

³¹ Este projeto não faz parte do grande projeto europeu do Corredor de Gás Sul (Souther Gas Corridor) (CUTLER, 2012).

(CUTLER, 2012; GHIGGI, 2010). Além disso, em parceria com Baku e Tbilisi, Ancara estabeleceu dois importantes dutos – o BTC e o BTE – aprofundando a cooperação energética com esses dois países ao gerar uma interdependência entre eles. Se as relações com Azerbaijão e Geórgia são positivas, o mesmo não ocorre no que tange a Armênia, país com o qual a Turquia possui relações históricas bastante conturbadas. A independência da Armênia resgatou o debate acerca do “genocídio armênio”³² e, em decorrência do conflito de Nagorno-Karabakh, Ancara e Yerevan não possuem relações diplomáticas e a fronteira entre os dois países permanece fechada³³ (GHIGGI, 2010).

Em relação à Ásia Central, o país se reinsereu no contexto da região após os atentados de 11 de setembro de 2001, estabelecendo uma relação securitária com o Uzbequistão através da qual promove programas em conjunto de combate ao terrorismo e ao tráfico e de vigilância das fronteiras, bem como treinamento antiterrorismo (GHIGGI, 2010). Quirguistão e Turcomenistão também têm se revelado parceiros importantes nos últimos anos – Ancara tem ampliado os investimentos nesses países, com destaque para os setores da mineração e da construção civil, e expandido o comércio bilateral (SHLAPENTOKH, 2012b). A Turquia, ao propor uma política para a Ásia Central assentada na neutralidade, no fortalecimento do Estado nacional e na institucionalização das relações através da criação de fóruns multilaterais de discussão, assume posição estratégica nas políticas ocidentais para a região (GHIGGI, 2010).

O Irã também tem procurado se inserir no contexto centro-asiático e caucasiano, visando diminuir o seu isolamento internacional imposto em decorrência das sanções ocidentais e da ONU (WEITZ, 2012c). Teerã cultiva relações bem amistosas com a Armênia, com o Tadjiquistão e com o Turcomenistão, este último desenvolvendo uma parceria importante para a exploração das reservas de gás natural e para o estabelecimento de uma rota alternativa de transporte através do território iraniano. Ashgabat enxerga o Irã como um aliado que lhe garantiria um acesso ao Golfo Pérsico e os dois países estabeleceram um gasoduto conectando seus territórios. Contudo, o país tem relações bastante problemáticas

³² Armênia e Turquia discordam da classificação para eventos que ocorreram durante a Primeira Guerra Mundial. A Armênia considera que o Império Otomano, entre 1915 e 1923, provocou a deportação e posterior morte de 1.5 milhão de armênios, expulsos de suas terras e enviados para o deserto sírio, onde morreram de fome, sede e inanição (na época, a comunidade internacional classificou esse acontecimento como sendo um crime contra a humanidade). Por sua vez, a Turquia nega que seja um genocídio, classificando a situação como sendo uma deportação gerada pela guerra por conta de razões securitárias (GHIGGI, 2010).

³³ Aliada a questão histórica da existência – ou não – do genocídio armênio, a ocupação de Nagorno-Karabakh pelas tropas armênias contrivuiu para a deterioração nas relações da Turquia com este vizinho, motivando o fechamento das fronteiras entre os dois países e a adoção de uma política isolacionista por Ancara para com Yerevan (GHIGGI, 2010).

com o Azerbaijão. O vizinho azeri tem fortes vínculos com a Turquia (país membro da OTAN) e representa uma alternativa em relação ao Irã para o fornecimento de petróleo para mercados importantes para a economia iraniana, como o europeu (WEITZ, 2012c). Além disso, Teerã tem receios de que as minorias azeris que vivem no país possam se organizar para pleitear maior autonomia ou mesmo a secessão de parte do território para se unificar ao Azerbaijão³⁴ (SOULEIMANOV, 2012a).

Israel constitui como um terceiro elemento a tumultuar as relações entre o Irã e o Azerbaijão. Há uma comunidade expressiva de judeus vivendo tanto no Azerbaijão quanto na Geórgia. Baku é o principal aliado de Israel na região do Cáucaso, mantendo com Telaviv um relacionamento estreito no que tange a cooperação securitária – o país caucasiano aproveitou o bom relacionamento com os israelenses para promover a modernização de suas forças armadas. Além disso, o país caucasiano se esforçou para continuar mantendo relações cordiais com Israel após a deterioração das relações de Telaviv com Ancara. Telaviv, por sua vez, cultiva no Azerbaijão um aliado estratégico contra o Irã e para o fornecimento de petróleo e gás natural (SOULEIMANOV, 2012a).

Outro ator asiático que, embora esteja geograficamente mais distante, também tem buscado uma maior inserção no Novo Grande Jogo é o Japão. Embora a Ásia Central não seja vital para a política externa japonesa, Tóquio tem se aproximado da região por meio de empréstimos e de financiamento³⁵. Em virtude da relevância que a Ásia Central e o Cáucaso possuem para diversos atores, o Japão tem plena ciência de que deve estar inserido no contexto centro-asiático caso queira se firmar como grande player na Ásia e no mundo (AKIO, 2008; LIN, 2008).

Para tanto, Tóquio tem desenvolvido uma política de aproximação diferenciada, a qual não se conduz apenas por interesses no potencial energético, mas também calcada nas boas práticas diplomáticas, na política do “empréstimo do iene”³⁶ para a construção de infraestrutura e na promoção da região como corredor de transportes na Eurásia. Contudo, embora o país tenha desenvolvido uma “Estratégia da Rota da Seda”³⁷ nos anos 1990 e

³⁴ Aproximadamente 20% da população do Irã é constituída por azeris, os quais representam a principal minoria étnica do país. Eles estão concentrados no norte iraniano, próximo da divisa com o Cáucaso, e reivindicam maior representação perante o governo central (SOULEIMANOV, 2012a).

³⁵ Em 2001, o Japão era apontado como o principal fornecedor de Assistência Oficial de Desenvolvimento (Official Development Assistance - ODA) para Cazaquistão, Quirguistão e Uzbequistão (AKIO, 2008) Lin (2008) estima que, em 2004, aproximadamente 30% de todo o ODA recebido pelos países da Ásia Central através de países membros do Comitê de Acesso ao Desenvolvimento da OCDE eram provenientes do Japão.

³⁶ Tradução nossa para “yene loan” (AKIO, 2008).

³⁷ Tradução nossa para “Silkroad Strategy” (AKIO, 2008).

lançado o fórum “Ásia Central + Japão”³⁸, em 2004, o estabelecimento de um papel mais ativo do Japão na região foi afetado pelas constantes trocas de governo nos últimos anos e pela prolongada estagnação da economia japonesa (AKIO, 2008; LIN, 2008).

Estimulada pelo crescimento econômico dos últimos anos e pelo aumento da demanda energética, a Índia procura garantir acesso às zonas de extração de petróleo e de gás no Mar Cáspio. Junto com o Paquistão e com o Irã, o país poderia se converter em rota alternativa de conexão da Ásia Central com o mundo. Nova Délhi tem interesse de restabelecer um padrão histórico de interação com a Ásia Central³⁹, auxiliando na reafirmação dessa região como grande zona de entroncamento de rotas de transportes e de dutos no continente – em resumo, em estabelecer uma Nova Rota da Seda, mas que inclua uma variante norte-sul que conecte a Ásia Central à Ásia Meridional. Nesse sentido, Associação Sul-Asiática para Cooperação Regional (SAARC, na sigla em inglês) tem potencial para atuar como importante mecanismo de promoção da cooperação entre as duas regiões (JORNADA, 2008; JOSHI, 2010; SHAGAL & ANAND, 2010).

Embora garantir a estabilidade da Ásia Central seja um objetivo da política externa indiana, apenas nos primeiros anos do século XXI que se percebe uma movimentação mais ativa da Índia em direção aos países centro-asiáticos. A aproximação de Nova Délhi com esses países, assentada em uma política multivetorial, foi motivada por três fatores principais: oportunidades de incremento de comércio com os vizinhos do norte; necessidade de garantir acesso a novas fontes de energia e de matérias primas – em função do seu acelerado crescimento econômico nas últimas décadas; e se firmar como potência asiática. Os Istões enxergam na Índia, por sua vez, uma potência capaz de contrabalançar o Novo Grande Jogo, relativizando a polaridade existente entre Rússia e China *versus* potências ocidentais, bem como garantir uma rota alternativa de acesso aos mercados internacionais através dos portos no Oceano Índico (JORNADA, 2008; JOSHI, 2010; SHAGAL & ANAND, 2010).

Contudo, para garantir seus interesses na Ásia Central, a Índia precisará cooperar com dois países emblemáticos – Afeganistão e Paquistão. A Índia precisa que o território afegão esteja estabilizado para garantir a segurança das rotas de dutos e de transporte de carga para a Ásia Central, enquanto que depende do estabelecimento de relações mais cooperativas com o Paquistão – seu inimigo histórico – para ter sucesso no restabelecimento dos vínculos com a Ásia Central (JOSHI, 2010; SHAGAL & ANAND, 2010). Nesse contexto, o projeto do

³⁸ Tradução nossa para “Central Asia Plus Japan” (AKIO, 2008).

³⁹ Historicamente, a Índia tinha uma interação intensa com a Ásia Central, pois, através da mesma, se conectava às grandes caravanas de comércio que seguiam para diversos pontos da Eurásia. Contudo, durante o período de dominação inglesa na Índia, essa interação entre as duas regiões foi bloqueada (JOSHI, 2010).

gasoduto Turcomenistão-Afeganistão-Paquistão-Índia (TAPI) e da rede de transmissão de energia CASA 1000 se apresentam com o potencial de estimular a cooperação na Ásia Meridional.

O Paquistão tem enfrentado um cenário energético marcado por aumento expressivo do consumo – em decorrência do crescimento populacional, da urbanização e do desenvolvimento econômico – enquanto que suas reservas locais estão diminuindo. Tal situação impulsiona Islamabad a buscar novas fontes de provimento de energia – notadamente de gás natural⁴⁰. Nesse cenário, os países da Ásia Central – principalmente o Turcomenistão, em decorrência de suas vastas reservas de gás natural, e o Tadjiquistão, por conta de seu potencial hídrico para geração de eletricidade – se apresentem como potenciais parceiros para Islamabad (SHAGAL & ANAND, 2010; ZEB, 2012).

Percebe-se, assim, que a entrada dos players regionais no Novo Grande Jogo desencadeou um panorama complexo nas dinâmicas regionais no coração da Eurásia. Enquanto que Turquia e Israel são atores atuantes especialmente no cenário caucasiano, Índia, Paquistão e, em menor intensidade, Japão são atores que podem desestabilizar o equilíbrio de poder na Ásia Central. O Irã é um player que se movimenta pelos dois tabuleiros regionais, em virtude de suas relações delicadas com o Azerbaijão e com seu interesse de estreitar os vínculos energéticos com os países centro-asiáticos, em especial o Tadjiquistão e o Turcomenistão. Contudo, há um sexto elemento que, embora não seja um ator com capacidades para jogar ativamente o Novo Grande Jogo, se constitui como a peça do tabuleiro que pode definir os rumos das disputas na próxima década – o Afeganistão.

3.6 Afeganistão: a última peça do tabuleiro

Um elemento adicional que justifica as atenções dos grandes atores internacionais para a região é o Afeganistão. Historicamente, o atual território afegão exerceu um papel central na promoção do comércio e da comunicação entre a Europa e a Ásia, papel que pode readquirir com a implementação da Nova Rota da Seda. Tal estratégia adquire ainda mais relevância no contexto em que é preciso garantir estabilidade para esta nação em prol de evitar que o país seja um potencial irradiador de caos para seus vizinhos da Ásia Central (STARR & KUCHINS, 2010).

⁴⁰ As reservas de gás natural do país são estimadas em 840 bilhões de m³, contudo, mesmo em um cenário de estabilização do consumo aos níveis atuais, as mesmas devem se esgotar até 2030. Assim, a única alternativa que se apresenta para Islamabad é investir na importação do produto (ZEB, 2012).

Embora não esteja no centro de análise deste trabalho, o Afeganistão tem relevância nas dinâmicas das relações da Ásia Central. Visto como potencial irradiador de caos, o Estado afegão possui uma ampla fronteira com a região, cuja porosidade é latente. A instabilidade que se prolonga no Estado afegão é agravada pelo fato de o país ser o principal produtor mundial de ópio, inserindo-se nas principais rotas do tráfico de drogas. A porosidade das fronteiras também possibilitaria o tráfico de armas para a Ásia Central, bem como a propagação do fundamentalismo islâmico (KHANNA, 2008).

Embora não tenha capacidades para desempenhar um papel ativo no Novo Grande Jogo, o Afeganistão ocupa uma posição diferenciada nesse tabuleiro, pois pode ser apontado como a peça-chave para a promoção da integração eurasiática e para a reconexão da Ásia Central com a Ásia Meridional. Aos poucos, Cabul tem se aproximado de seus vizinhos centro-asiáticos, corroborando a defesa de que se está consolidando uma Ásia Central Expandida. O comércio entre o Afeganistão e os países da Ásia Central tem crescido consideravelmente nos últimos anos, superando as trocas comerciais com o Paquistão e com a Índia – descontados os materiais de suplemento da coalizão ocidental (NORLING, 2011).

Além disso, existem projetos em análise e em desenvolvimento que, caso plenamente consolidados, poderão garantir ao país vultosos investimentos para se converter no hub logístico asiático, dispondo de uma rede de rodovias, ferrovias, redes de transmissão de energia e dutos que proporcionam a ligação entre os polos econômicos da Eurásia. A promoção do país como corredor de transporte, de redes de energia e de dutos pode representar a entrada de elevada quantidade de divisas estrangeiras, as quais são necessárias para sua reconstrução. Dentre esses projetos, o mais importante é a Nova Rota da Seda⁴¹, cuja implementação, entretanto, esbarra justamente na falta de estabilidade do Afeganistão, mesmo após mais de 10 anos de intervenção da OTAN no país (STARR & KUCHINS, 2010).

A anunciada retirada de tropas do Afeganistão⁴², prevista para estar concluída até 2014, agregou um novo desafio para a *Central Caucasus Asia*, em especial para a Ásia Central. Até o momento, esses países – assim como China, Rússia e outros países asiáticos –

⁴¹ Contando com investimentos de governos nacionais europeus e asiáticos, bancos de desenvolvimento e setor privado, a Nova Rota da Seda é um conjunto de rodovias e ferrovias que visa conectar fisicamente o Extremo Oriente à Europa, cruzando os territórios dos países centro-asiáticos e estabelecendo o Afeganistão como o grande hub de conexão (STARR & KUCHINS, 2010).

⁴² O presidente dos EUA Barack Obama anunciou, em junho de 2011, um plano para retirada das tropas norte-americanas que atuam atualmente no Afeganistão. A expectativa é de que, até 2014, todos os soldados terão regressado para casa, devendo permanecer apenas uma força especial para finalizar o preparo da polícia afegã para atuação no país. Entretanto, muitos analistas apontam para os riscos dessa retirada, argumentando que a polícia afegã não estaria preparada para a saída das tropas da OTAN nem para garantir a segurança no país, o que poderia facilitar o fortalecimento do Talibã no cenário político do país (BOSIN, 2012).

puderam se beneficiar indiretamente do guarda-chuva de proteção da OTAN no que tange o combate ao Talibã e aos grupos extremistas que atuam no país. Contudo, em breve eles deverão estar preparados para lidarem diretamente com Kabul e com as ameaças de instabilidade que podem ser irradiadas a partir do vizinho, com possíveis reflexos para a região do Cáucaso (BLANK, 2011; ISMAILOV, 2012).

3.7 Considerações Preliminares

A Ásia Central e o Cáucaso possuem uma relevância estratégica no contexto da política mundial. “A região é intensamente disputada, especialmente porque representa o elo entre a Rússia (e, por meio desta, atingindo-se também a Europa) e a China (e por seu intermédio, todo o continente asiático)” (VIZENTINI, 2007, p. 147).

Após ter sido negligenciada no decorrer dos anos 1990 pelos estrategistas ocidentais, na primeira década do século XXI a *Central Caucasus Asia* tem se apresentado cada vez mais como uma das regiões-chaves na geoestratégica global de todas as grandes potências, resgatando o seu papel histórico como zona de intercomunicação e de promoção do comércio na Eurásia. O vácuo de poder que se instalou na região com a queda da URSS possibilitou, ainda, a inserção de players regionais que, embora não disponham das mesmas capacidades de atuação que as grandes potências, contribuíram para complexar mais esse jogo. Entretanto, o desaparecimento do poder soviético sob a região significou também, para as potências asiáticas, a necessidade de lidarem diretamente com problemas que, até então, estavam sob responsabilidade de Moscou.

A situação do Afeganistão a partir de 2001 agregou um elemento adicional de instabilidade e de incerteza na região. Se, no início da década de 2000, a intervenção da OTAN significou a entrada direta do Ocidente (em especial dos Estados Unidos) na região e estimulou a formação de organizações regionais – notadamente a OCX – os primeiros anos da década de 2010 serão cruciais para a definição de um cenário de instabilidade ou de tranquilidade na *Central Caucasus Asia* dependendo da situação no vizinho afegão. Além disso, cabe observar se o país conseguirá desenvolver seu potencial de hub logístico da Eurásia e, assim, gerar desenvolvimento para uma economia arrasada por décadas de guerras e de ausência de poder central.

Sendo visada pelos grandes centros de poder da atualidade, bem como por alguns dos principais Estados emergentes, é possível afirmar que qualquer país que busca ter uma posição de destaque no cenário internacional deve desprender parte de suas atenções para a

Ásia Central e para o Cáucaso. O desenvolvimento tecnológico e a aproximação das fronteiras no mundo globalizado diminuíram o isolamento da *Central Caucasus Asia* em relação não apenas às fronteiras do continente eurasiático, mas também às zonas mais distantes do globo, como o continente americano.

Assim, percebe-se que os rumos da região tendem a gerar consequências que não serão sentidas apenas por seus vizinhos, e sim pelo conjunto da comunidade internacional. Países como o Brasil, uma potência média que tem ocupado maior relevância nas relações internacionais do século XXI, não poderia incorrer no equívoco de deixar tais regiões à margem de sua política externa se quiser se firmar no cenário internacional como uma grande potência.

4 As Relações do Brasil com a Ásia Central e com o Cáucaso

Embora geograficamente distante do cenário do Novo Grande Jogo, um ator que vem alçando destaque na arena internacional nos últimos anos é o Brasil. Com uma diplomacia ativa e que se aproximou do mundo em desenvolvimento, bem como com uma economia que recuperou o caminho do crescimento – apesar de registrar taxas mais modestas se comparado a outras nações emergentes – Brasília tem procurado estar presente nos grandes cenários em disputa no contexto pós-Guerra Fria.

Embora a prioridade para a Política Externa Brasileira (PEB) seja as relações com a América Latina – em especial com os vizinhos da América do Sul – houve um esforço de aproximação com a África e com a Ásia, movimento este intensificado durante o governo Lula (2003 – 2010). O Brasil procurou se mostrar como um parceiro – em termos diplomático, econômico e político – das nações em desenvolvimento, defendendo que o sistema internacional seja pautado por relações mais justas e que as suas regras sejam feitas não apenas pelas grandes potências, mas também por todos os atores afetados pelas mesmas. Questões como a promoção de desenvolvimento econômico e de relações menos desiguais no comércio internacional, a ampliação de fontes renováveis de energia e o diálogo como via para a resolução de conflitos adquiriram maior espaço na agenda internacional do Brasil, ocupando peso expressivo nos discursos das autoridades brasileiras.

Além disso, regiões que adquiriram relevância estratégica no cenário internacional nos últimos anos também detiveram maior atenção por parte de Brasília, que buscou ampliar sua presença permanente na África, na América Latina e na Ásia através da intensificação dos fluxos de comércio e do estabelecimento de novas Embaixadas. Dado o panorama complexo das disputas na Ásia Central e no Cáucaso, não é de se surpreender que o Brasil procurou diminuir a distância que o separa desses países.

Assim, cabe analisar, nas próximas seções, como tem sido pautada a evolução do relacionamento brasileiro com a *Central Caucasus Asia* desde a independência desses Estados, em 1991 e quais são as possibilidades que se apresentam para Brasília firmar maior presença na região. O grande esforço de aproximação ocorreu durante o governo Lula, inserido em um contexto de política externa marcado por uma atuação ativa e universal em prol da intensificação da Cooperação Sul-Sul e da diversificação das relações internacionais do país. Portanto, antes de analisar as relações do Brasil com a Ásia Central e com Cáucaso, cabe fazer um breve debate teórico sobre a PEB do século XXI, com ênfase na era Lula.

4.1 Contextualização da política externa brasileira no século XXI

O Brasil, em especial a partir do governo Lula da Silva, procurou se inserir mais ativamente no cenário internacional. Para tanto, o país deu ênfase especial às relações com os países em desenvolvimento (PED). Por meio do incentivo à Cooperação Sul-Sul, da diversificação de parcerias e do estímulo às relações bilaterais e multilaterais com esses países, o Brasil resgatou, em partes, um viés terceiro-mundista de sua política externa, aproximando-se das nações em desenvolvimento.

Durante o governo de Fernando Henrique Cardoso (governo FHC, 1995 - 2002), o país procurava desempenhar uma atuação mais ativa na arena internacional, aliado com uma presença mais marcante em fóruns multilaterais e em agências internacionais. Porém, durante a maior parte do governo FHC, marcado pela adesão aos princípios neoliberais e por uma inserção no processo de globalização econômico-financeira, o objetivo principal do Brasil foi o de fortalecer os vínculos com o mundo desenvolvido, relegando ao segundo plano as relações com os PED (CERVO & BUENO, 2010, VIZENTINI, 2008).

“A direção da política externa brasileira [durante o período FHC] sugere uma orientação globalista, conjugada à melhora contínua do relacionamento com os Estados Unidos” (VIZENTINI, 2008, p. 96) Porém, desiludido com o multilateralismo e com os poucos ganhos obtidos com a adesão ao neoliberalismo e reagindo às mudanças conjunturais dos cenários externo e interno, ao final dos anos 1990, a diplomacia do governo FHC começou a dar mais ênfase ao relacionamento com os países em desenvolvimento, tendência consolidada durante o governo Lula (CERVO & BUENO, 2011; VIGEVANI & CEPALUNI, 2007; VIZENTINI, 2008). Conforme afirma Cervo (2010):

Desde Cardoso e durante a administração Lula, a ordem internacional passou por significativas mudanças, as quais permitiram à política externa brasileira mitigar os efeitos internos gerados por essa nova ordem estabelecida por outros atores e, ao mesmo tempo, tornar-se um participante ativo na formulação da nova ordem⁴³ (CERVO, 2010, p. 38 – 39, tradução nossa)

Assim, percebe-se que o foco brasileiro em diversificar as parcerias não pode ser encarado como uma novidade do período Lula da Silva, tendo em vista que um dos princípios da PEB é a autonomia e que, em diferentes momentos de sua história diplomática, o Brasil procurou diversificar o seu leque de parcerias. Nesse sentido, “a administração Lula [...] recolocou como eixo da política externa a corrente autonomista vinculada aos padrões tradicionais” da PEB, com destaque para a cooperação com os países do Sul e na crença de

⁴³ Do original em inglês.

que o Brasil deve assumir uma posição de liderança no cenário internacional (SARAIIVA, 2007, p. 46). Vizontini (2008) afirma que as relações internacionais durante o governo Lula foram movidas na perspectiva de estabelecer uma “autonomia de ação”, com foco no estabelecimento de parcerias estratégicas com os países emergentes, aprofundando as iniciativas de diversificação do final do governo FHC.

Vigevani & Cepaluni (2007) caracterizam a PEB a partir dos anos 2000 como movida pela busca de “autonomia pela diversificação”. Tal política foi marcada pela “adesão do país aos princípios e às normas internacionais por meio de alianças Sul-Sul, inclusive regionais, e de acordos com parceiros não tradicionais”, como meio de diminuir “as assimetrias nas relações externas com países mais poderosos” e aumentar “a capacidade negociadora nacional” (VIGEVANI & CEPALUNI, 2007, p. 283). Esses contornos da política externa começaram a ser desenhados ainda no final do governo FHC, porém adquirindo uma ênfase especial durante o governo Lula da Silva, sendo uma contraposição à década de 1990, período durante o qual a PEB foi marcada pela “autonomia pela participação”⁴⁴ (VIGEVANI & CEPALUNI, 2007).

Cervo & Bueno (2011), por sua vez, explica que o Brasil deu ênfase ao “multilateralismo da reciprocidade” durante o governo Lula. Tal princípio, aplicado a todas as esferas das relações internacionais, tem como pressuposto o entendimento de que todos os países se beneficiam das regras do sistema internacional. Assim, as mesmas devem ser elaboradas de forma conjunta entre os diferentes atores internacionais – e não apenas ditadas pelas grandes potências – a fim de garantir a reciprocidade de seus efeitos das mesmas (CERVO & BUENO, 2010). Aliado ao “multilateralismo da reciprocidade”, o governo Lula adotou aplicado um modelo de política externa influenciado pelo designado “paradigma logístico”⁴⁵, recuperando “o planejamento estratégico do desenvolvimento” e exercendo função de apoiador às “iniciativas de outros atores econômicos e sociais, aos quais repassa responsabilidade e poder” (CERVO & BUENO, 2011, p. 529). Assim, o governo busca garantir maior suporte às empresas para se internacionalizarem e para investirem em ativos no exterior, bem como para estimular a vinda de IED para o Brasil (CERVO & BUENO, 2011).

Pecequillo (2008) e Vigevani & Cepaluni (2006) destacam também que, embora o Brasil tenha dado ênfase especial às relações com os países do Sul, tal movimento da PEB

⁴⁴ Segundo Vigevani & Cepaluni (2007), a PEB dos anos 1990 foi caracterizada como sendo de “autonomia pela participação”, marcada pela “adesão aos regimes internacionais, inclusive os de cunho liberal, sem a perda da capacidade de gestão da política externa” (p. 283). O Brasil buscava, assim, “influenciar a própria formulação dos princípios e regras que regem o sistema internacional” (VIGEVANI & CEPALUNI, 2007, p. 283).

⁴⁵ Para maiores informações sobre a teoria da “dança dos paradigmas” e sobre a caracterização do paradigma logístico, vide Cervo, 2010 (dois últimos capítulos do livro) e Cervo, 2008 (capítulo oito).

esteve alinhado com a manutenção das relações com os países do Norte. Pecequilo (2008) entende que este movimento se estabeleceu através da combinação de dois eixos de cooperação. Por um lado, o Brasil fortaleceu o eixo horizontal através do estabelecimento de parcerias com as nações emergentes e com os países menos desenvolvidos – i.e. foco no estreitamento das relações Sul-Sul e fortalecimento da dimensão terceiro-mundista da PEB. Por sua vez, o país estimulou as interações com o eixo vertical, representado pelas relações com os países do Primeiro Mundo (nações europeias, Japão e principalmente EUA), parceiros tradicionais do Brasil e que continuaram ocupando uma posição de relevância para o país, embora ocupando, por exemplo, um peso menor como parceiros comerciais e estratégicos (PECEQUILO, 2008).

O foco do Brasil na Cooperação Sul-Sul e no estabelecimento de parcerias com regiões que, até os anos 1990, permaneceram à margem do centro das atenções brasileiras teve como consequência direta o aumento das representações diplomáticas no exterior. Entre 2003 e 2010, o país ampliou de 150 para 230⁴⁶ o total de representações no exterior, um aumento superior a 50%. Brasília estabeleceu “52 [novas] embaixadas, seis missões junto a organizações internacionais, 22 consulados e um escritório de representação, na Palestina” (AMORIM, 2011, p. 244). Além disso, nesse período houve também um aumento significativo de representações estrangeiras instaladas no Brasil (AMORIM, 2011).

A África teve especial destaque para a diplomacia brasileira, sendo o continente no qual a presença do Brasil mais cresceu. O continente africano conta atualmente com embaixadas brasileiras em 39 países, 23 a mais se comparado ao final do governo FHC. Outras regiões que também foram destaque para a diplomacia do Brasil são a América Central & Caribe e a Ásia⁴⁷, onde respectivamente 15 e 13 novas representações foram abertas durante o governo Lula (AMORIM, 2011). A rede de representações brasileiras se tornou densa, fazendo-se presente em praticamente todos os cantos do mundo (THÉRY, 2010).

A ampliação das representações no exterior foi justificadas pela necessidade de se ter presença constante em zonas que adquiriram maior importância no contexto pós-Guerra Fria e na perspectiva de ampliar as relações comerciais e políticas com os PED. Além disso, dispondo de maior número de embaixadas, o Brasil conseguiria promover melhor divulgação do seu potencial como mercado e como parceiro econômico, bem como de suas empresas.

⁴⁶ De acordo com Amorim (2010), esse é o total de postos diplomáticos abertos ou em processo de abertura na época em que escreveu o artigo, em julho de 2010. De acordo com o Ministério das Relações Exteriores, o país atualmente teria 141 embaixadas, 61 consulados, 11 vice-consulados e 13 missões junto a organismos internacionais (IRBR, 2012).

⁴⁷ No que tange o continente asiático, o destaque fica pela abertura de representações no subcontinente indiano e no espaço que fazia parte da URSS (AMORIM, 2011).

Também, viabilizaria a formação de acordos para a condução conjunta de projetos de cooperação técnica, proporcionando ao Brasil um papel relevante na promoção de maior desenvolvimento econômico e social nos PED⁴⁸. Por fim, estes países representam importante base de apoio para o Brasil nos fóruns multilaterais e na sua reivindicação de maior representatividade dos países emergentes nos organismos internacionais, tais como o Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), a Organização Mundial de Comércio (OMC) e o FMI (AMORIM, 2011; CERVO, 2011; PUENTES, 2010). A maior inserção internacional do Brasil no exterior implicava, por sua vez, necessariamente na ampliação dos quadros da estrutura do MRE. Assim, de um quadro de aproximadamente mil diplomatas em atividade em 2005, o país passou a dispor de 1400 cinco anos depois (AMORIM, 2011).

As relações internacionais durante o governo Lula conheceram um novo patamar de atuação. Centrada no fortalecimento das parcerias com o mundo em desenvolvimento, em especial com os países emergentes, porém sem perder o foco das relações com os países desenvolvidos, a diplomacia brasileira nesse período teve um caráter ativo e universalista (AMORIM, 2011). Além disso, a chamada diplomacia presidencial⁴⁹ teve especial destaque durante os oito anos de presidência de Lula, o qual foi o presidente que mais viajou ao exterior durante o mandato e que dispunha de uma imagem positiva junto à comunidade internacional (SOUSA NETO in STIFTUNG, 2011).

Durante o governo de FHC, já se observava maior empenho da figura presidencial participando de negociações e fazendo visita a outros países, bem como desempenhando um papel mais ativo na condução da diplomacia brasileira – espaço até então restrito ao Itamaraty, o qual vivenciou um esvaziamento de suas funções nesse período (ALMEIDA, 2004; VIZENTINI, 2008). Entretanto, o governo Lula avançou nessa política, pois, além de reinserir o Itamaraty como órgão responsável pela PEB, o presidente se constituiu como uma das figuras formuladoras – e, pode-se dizer também, executoras – da política externa do país, desempenhando uma diplomacia presidencial implícita (ALMEIDA, 2004; PRETO, 2006).

⁴⁸ “A Agência Brasileira de Cooperação (ABC), vinculada ao Ministério das Relações Exteriores, mantém projetos em vários países da África, da América Latina e do Caribe e da Ásia. Só em 2009, 414 projetos de cooperação técnica foram realizados” (AMORIM, 2011, p. 244)

⁴⁹ O conceito de diplomacia presidencial tem sua origem nos Estados Unidos, no início do século XX, com a forte atuação internacional do então presidente Theodore Roosevelt (1901 – 1909). O termo é empregado para explicitar o papel ativo desempenhado pelo presidente de um Estado na condução dos assuntos internacionais do país e na elaboração de sua política externa, ou seja, o presidente deixa de ser uma figura protocolar ou institucional na diplomacia para se converter em ator ativo na determinação dos rumos da mesma (PRETO, 2006). No Brasil, o termo passou a ser empregado na literatura a partir dos anos 1990, com o papel ativo desempenhado por Fernando Henrique Cardoso e, com mais empenho que seu antecessor, por Lula durante o período em que permaneceram na presidência. De acordo com Preto (2006, p. 32), pode-se dizer que, desde então, “a diplomacia brasileira incorporou a diplomacia presidencial no seu discurso como um dos elementos de política externa”.

Lula foi o presidente brasileiro que mais fez visitas à África e à Ásia, bem como procurou se envolver pessoalmente na condução de negociações em fóruns internacionais e na mediação de conflitos, principalmente na América Latina. Foi, ainda, o presidente que mais recebeu chefes-de-Estado em território brasileiro (AMORIM, 2011).

Por sua vez, o Chanceler Celso Amorim também desempenhou um papel importante na diversificação das relações diplomáticas do Brasil e no estímulo à cooperação e à formação de parcerias com os países do Sul. O ex-chanceler brasileiro simbolizou as linhas de condução da PEB que caracterizaram o governo Lula. Na qualidade de embaixador de carreira, sua nomeação sinalizou que não haveria riscos de que a política externa sofresse grandes rupturas nem que fosse adotada uma postura militante ou ideológica por parte do governo. Pelo contrário, o país aprofundou algumas iniciativas iniciadas ainda durante o governo Cardoso no sentido de aproximação com os países do Sul. Sob sua liderança, a diplomacia brasileira conseguiu se impor com mais ímpeto perante as grandes potências, enquanto proporcionou a oportunidade para o estabelecimento de parcerias com os vizinhos e com o mundo em desenvolvimento (VISENTINI & SILVA, 2010). “Tanto o ministro Celso Amorim, como seu principal auxiliar, embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, [conduziram] uma das fases mais dinâmicas da diplomacia brasileira em qualquer época histórica” (ALMEIDA, 2004).

Percebe-se, assim, o grande estímulo que o Brasil deu ao estabelecimento de novas parcerias e à maior atuação diplomática em regiões do globo que não se constituíam como prioritárias na agenda brasileira até o início do governo Lula. Durante o período Cardoso já se observava uma tendência de maior inserção do país no cenário internacional. Contudo, foi apenas no decorrer dos oito anos de presidência de Lula da Silva que houve uma política de Estado em prol da diversificação das relações internacionais brasileiras, fortalecendo sua presença na África, na América Latina e na Ásia.

4.2 Evolução das relações diplomáticas com a Ásia Central e com o Cáucaso

Apesar dos avanços, algumas regiões do globo permanecem à margem da PEB por ocuparem uma posição secundária nos interesses brasileiros. Duas dessas regiões são a Ásia Central e o Cáucaso, as quais ocupam um espaço reduzido no que tange a elaboração de políticas e o estímulo ao comércio para fortalecimento dos vínculos bilaterais e multilaterais com o Brasil.

Contudo, isso não significa que elas foram ignoradas pela diplomacia brasileira. Pelo contrário, percebe-se que foram registrados significativos avanços no decorrer da presidência

de Lula e, mesmo sendo uma região fisicamente distante, não ficou excluída das atenções do Itamaraty. Brasília reconheceu a independência das ex-repúblicas no Cáucaso e na Ásia Central tão logo se formalizou a dissolução da União Soviética. Porém o movimento mais concreto, nos anos 1990, que o governo brasileiro deu em direção à região foi com a designação de embaixada cumulativa do Cazaquistão junto à representação em Moscou, em 1999 (SILVA, 2008).

Cervo (2008) destaca que historicamente as relações do Brasil com o espaço soviético foram marcadas por baixas interações. Em especial durante o período FHC, o governo brasileiro tinha a percepção de que esta era uma “zona em convulsão” e “periférica ao sistema” mundial, induzindo, assim, a um “longo distanciamento operacional tomado pelos dirigentes com relação à Rússia e a seus vizinhos” (CERVO, 2008, p. 266). Além disso, o foco do Brasil – assim como das ex-repúblicas soviéticas – estava no incremento das relações com o mundo desenvolvido. Em decorrência da preponderância do paradigma neoliberal nas relações internacionais da década de 1990, não se permitia, assim, “aos dirigentes brasileiros, russos e da vizinhança, identificar e realizar oportunidades que a globalização efetivamente oferecia” (CERVO, 2008, p. 267).

Com a universalização da política externa durante o governo Lula e a ênfase na diversificação de parcerias, a Ásia Central e o Cáucaso, aos poucos, foram adquirindo maior importância na diplomacia brasileira. De acordo com Silva (2008), “os assuntos relacionados à Ásia Central [...] iam ao encontro das diretrizes de política externa do governo Lula, no sentido de que a diplomacia brasileira era abrangente e procurava abarcar todas as regiões do globo e todos os países” (SILVA, 2008, p. 165). Tal afirmação também é passível de ser estendida para os assuntos relacionados ao Cáucaso.

No que tange a Ásia Central, em 2004, o MRE reestruturou o seu Departamento do Oriente Próximo, que passou a ser designado como Departamento do Oriente Médio e da Ásia Central (Doma), tendo uma divisão específica para tratar dos assuntos envolvendo o território centro-asiático – a Divisão da Ásia Central (DASC) (SILVA, 2008). Tal estruturação é um indicativo de que, na época, Brasília enxergava a Ásia Central como uma região interligada ao Oriente Médio, constituindo-se com este um Grande Oriente Médio. Em 2010, através do Decreto nº 7.304, uma nova reestruturação foi feita, realocando a DASC dentro do novo Departamento da Ásia Central, Meridional e Oceania, cuja criação foi institucionalizada pelo referido decreto (BRASIL, 2010). Os países do Cáucaso, por sua vez, não dispõem de uma divisão própria dentro da estrutura do MRE. Eles estão sob competência do Departamento da

Europa, dentro da Divisão de Europa II, a qual trata dos assuntos referentes a 22 países do leste europeu e do antigo espaço soviético (BRASIL, 2010).

A criação da DASC, conforme argumentado por Silva (2008), representou uma situação no mínimo peculiar dentro do Itamaraty, pois se configurou, na época, como a única Divisão que englobava Estados onde o Brasil não possuía nenhuma embaixada permanente, dispondo apenas de representação cumulativa no Cazaquistão. Tal situação, segundo o autor, começou a ser contornada em abril de 2005, com a autorização do Senado para a designação das Embaixadas cumulativas nos demais Istões⁵⁰. Silva (2008) afirma, ainda, que a decisão para a abertura de representações cumulativas na região deveu-se ao processo de abertura de representações na região por parte de outros Estados, e o Brasil não poderia ignorar essa conjuntura. Entretanto, fazia-se necessário ao Brasil ter uma presença ativa, direta e permanente na Ásia Central ao invés de permanecer assentado em uma representação tipicamente formal, pois:

À luz do renascimento do interesse de norte-americanos, indianos, japoneses, [europeus], entre outros pela região centro-asiática, a criação de uma Embaixada brasileira na Ásia Central impunha-se como necessidade para a política externa brasileira. A escolha recaiu na capital do Cazaquistão, Astana [...] O esforço de abrir a Embaixada em Astana foi louvável e necessário sob todos os aspectos (SILVA, 2008, p. 177 - 179).

O segundo mandato do presidente Lula, reservou espaço para uma atuação mais consistente do Brasil na Ásia Central. A Embaixada em Astana foi aberta em 2006, poucos meses após o envio da primeira missão comercial brasileira ao Cazaquistão – e, por sua vez, à Ásia Central – em outubro de 2005 (SILVA, 2008). Tal escolha não foi sem propósitos. Além de ser a principal economia da região e, nas palavras de Lula, “o epicentro da Eurásia” (BRASIL.MRE, 2007b), é o país centro-asiático com o qual o Brasil mantém as mais intensas relações comerciais, bem como foi o primeiro dentre os Istões a receber a designação de uma representação cumulativa brasileira (SILVA, 2008).

Na sequência, o presidente cazaque, Nursultan Nazarbayev, visitou o Brasil em 2007, constituindo-se na primeira visita de um chefe-de-Estado centro-asiático à América Latina, para promover o estreitamento das relações entre os dois países. Na ocasião, o presidente Lula exaltou que essa visita representava um marco histórico no relacionamento entre dois povos que buscavam se conhecer melhor, bem como exaltou o papel do Cazaquistão como centro de encontro e de diálogo entre os povos da Eurásia (BRASIL.MRE, 2007b). Em retribuição,

⁵⁰ O Turcomenistão e o Uzbequistão estão sob responsabilidade da representação brasileira em Moscou, enquanto que as embaixadas em Islamabad e Kiev se encarregam respectivamente dos assuntos referentes ao Tajiquistão e ao Quirguistão.

Lula visitou Astana em junho de 2009, a primeira visita de um chefe-de-Estado latino-americano à região, quando pôde expressar seu apoio à adesão do Cazaquistão à OMC e exaltar o papel do país na promoção da Ásia Central como zona livre de armamentos nucleares (BRASIL.MRE, 2010). A visita de Lula ocorreu poucas semanas após a primeira visita do presidente uzbeque, Islam Karimov, ao Brasil.

Contudo, apesar do estímulo à criação da Embaixada em Astana e das trocas de visitas presidenciais, não há planos no curto e médio prazo de criação de mais uma representação permanente na Ásia Central⁵¹. Além disso, um indicativo de que o Brasil ainda permanece distante da realidade da região é o fato de nenhum dos países centro-asiáticos dispor de representação permanente em Brasília (SILVA, 2008).

Em relação ao Cáucaso, a política de universalismo e de expansão da presença diplomática do Brasil também ditou rumos visando maior inserção do país nessa região. A primeira aproximação se deu com a Armênia, em 1992, no ato da visita do então presidente armênio ao território brasileiro, Levon Ter-Petrossian, seguida de outra viagem presidencial, em 2002, encabeçada pelo ex-presidente armênio, Robert Kocharian (ARMENIA, 2012). Contudo, apenas a partir do segundo mandato do presidente Lula (2007 – 2010) é que se percebe maior interesse por parte do Brasil em estreitar as relações bilaterais com o Cáucaso. Atualmente, o Brasil possui Embaixadas permanentes nos três países caucasianos – as representações brasileiras em Baku e em Yerevan receberam seus primeiros embaixadores em 2009, enquanto que a Embaixada em Tbilisi foi aberta em 2011.

Tal movimento representa um indicativo da estratégica posição geográfica ocupada pelos mesmos e da relevância do Cáucaso dentro do cenário geopolítico mundial. Por sua vez, Armênia e Geórgia também providenciaram a abertura de representações em Brasília – respectivamente em 2012 e 2011 – enquanto que Baku dispõe de representação cumulativa junto à sua embaixada nos Estados Unidos. Ao dispor de uma presença direta no território brasileiro, os dois países caucasianos abriram a possibilidade de divulgar a região e as particularidades de suas culturas ao povo brasileiro, o qual, de forma geral, praticamente desconhece a região do Cáucaso, associando-a apenas a guerras e a conflitos.

4.3 Comércio internacional e cooperação técnica como variáveis das relações brasileiras com a Ásia Central e com o Cáucaso

⁵¹ Atualmente, o mais próximo que há são discussões tendo por objetivo a efetivação de uma representação permanente no Afeganistão.

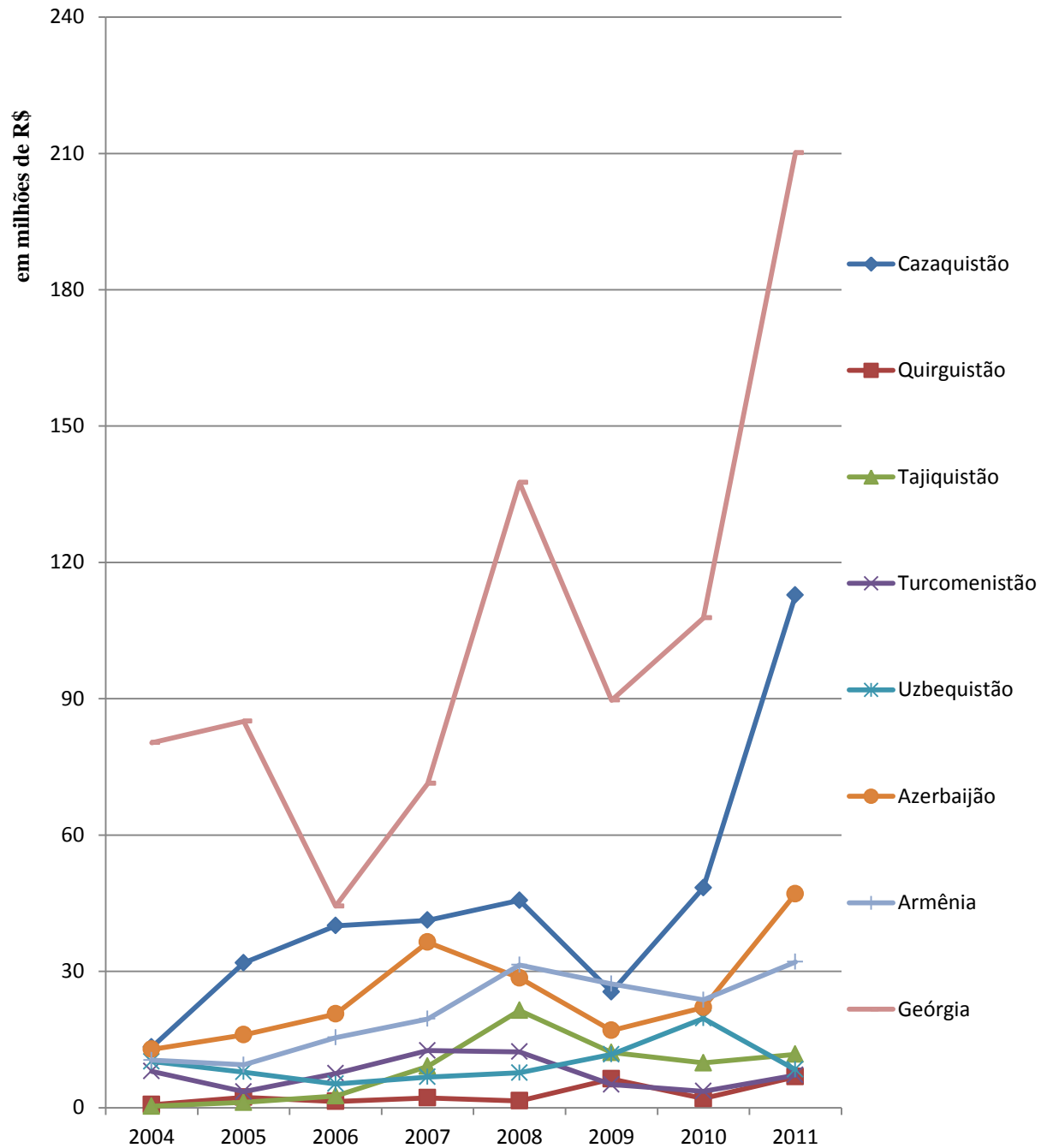
No que tange as relações econômicas, os países da região ocupam um papel muito pequeno no conjunto das trocas comerciais brasileiras. Conforme dados disponíveis no site do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), em 2011 essas ex-repúblicas soviéticas representaram apenas 0,17% do destino das exportações do Brasil (BRASIL.MDIC, 2012). Valendo-se da análise de dados da balança comercial entre o Brasil e os países caucasianos e centro-asiáticos no período entre 2004 e 2011, foi possível desprender que as exportações para a região mantiveram uma tendência de crescimento.

Dentre os oito países aqui analisados, o Cazaquistão e a Geórgia são os que dispõem de um comércio mais intenso com o Brasil. Esses países são os principais destinos das nossas exportações, seguidos por Azerbaijão e Armênia, conforme demonstrado pelo Gráfico 1 (Exportações Brasileiras para Ásia Central e Cáucaso – 2004 a 2011). De forma geral, as exportações para essas regiões constituem-se em sua ampla maioria por bens agropecuários, como carnes e derivados, café, tabaco e açúcar (BRASIL.MDIC, 2012). Uma exceção fica por conta do Estado cazaque, com o qual a Embraer fechou um acordo de venda de oito aeronaves modelo Embraer 190 para a Air Astana⁵², principal companhia aérea do país, a serem utilizadas para expansão das rotas da companhia na Ásia Central, no Cáucaso e na Rússia. (EMBRAER, 2011a; EMBRAER, 2011b; AIR ASTANA, 2012).

Por sua vez, o volume de importações brasileiras da região é baixíssimo, gerando um saldo comercial amplamente positivo para o Brasil dentro do período analisado. A exceção fica para os anos de 2006 e 2007, quando apenas o Azerbaijão registrou superávit com o Brasil em decorrência da venda de petróleo. A pauta de importação é composta principalmente por algodão, componentes eletrônicos e minérios, contudo em quantidades insignificantes (BRASIL.MDIC, 2012). O Gráfico 2 (Saldo Comercial do Brasil com Ásia Central e Cáucaso – 2004 a 2011), elaborado a partir de dados do MDIC, apresenta o saldo comercial brasileiro com cada um dos países analisados.

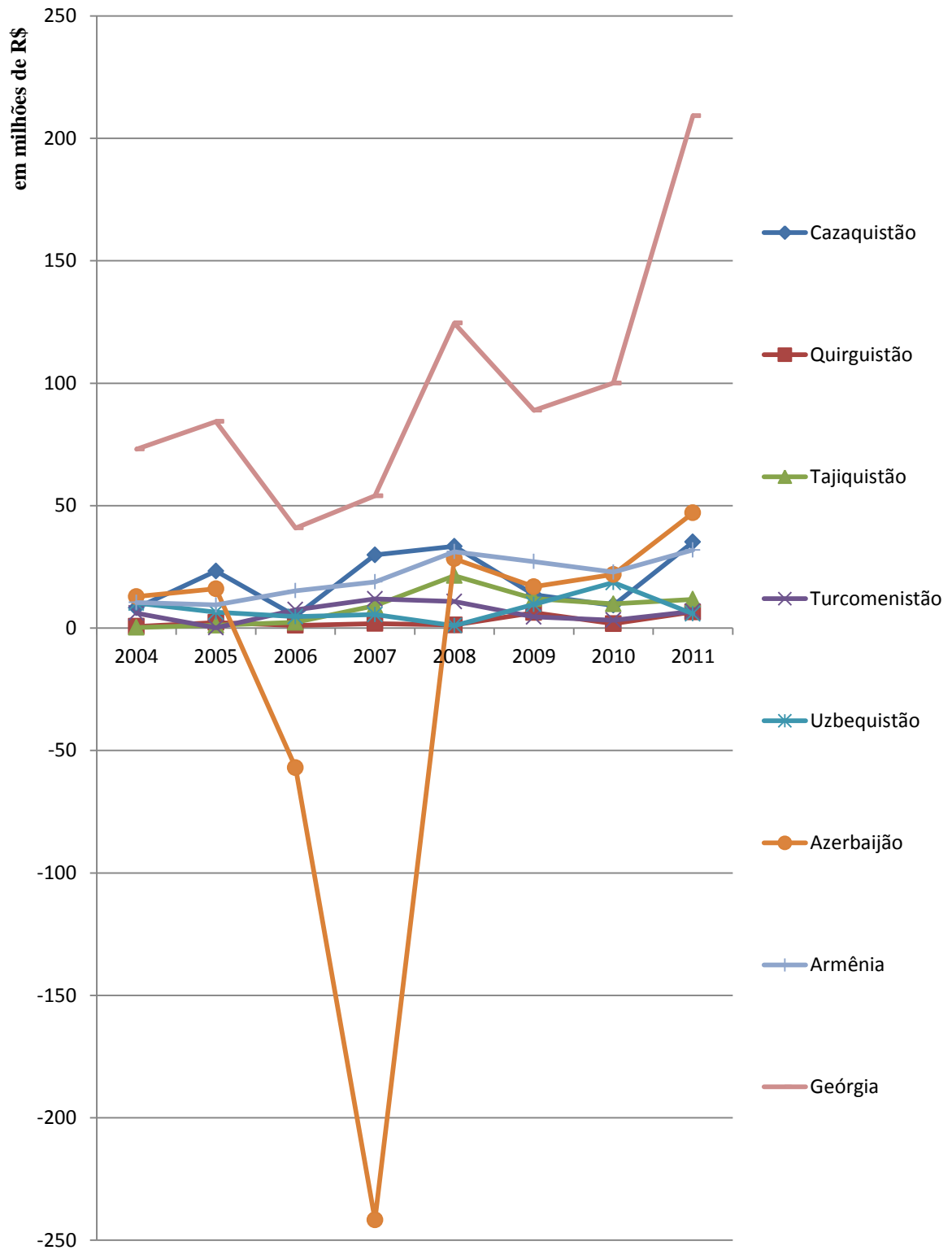
⁵² Cinco aeronaves pela Air Astana via acordo de leasing foram entregues pela Embraer entre 2011 e 2012. A sexta aeronave, entregue no início de novembro de 2012, tratou-se do primeiro avião próprio da companhia cazaque. Mais duas aeronaves da Embraer estão previstas para serem entregues em 2013 (EMBRAER, 2011; AIR ASTANA, 2012).

Gráfico 1: Exportações Brasileiras para Ásia Central e Cáucaso
2004 a 2011



Fonte: elaboração própria com base em BRASIL.MDIC (2012)

Gráfico 2: Saldo Comercial do Brasil com Ásia Central e Cáucaso
2004 a 2011



Fonte: elaboração própria com base em BRASIL.MDIC (2012)

O Apêndice D do trabalho apresenta tabelas com os números da balança comercial brasileira no período entre 2003 e 2012 (até o mês de outubro) no qual fica mais evidente o aumento do saldo comercial brasileiro com os países da Ásia Central e do Cáucaso.

É possível desprender das análises dos dados que a tendência de crescimento das exportações para a Ásia Central e o Cáucaso iniciou-se em meados da década de 2000, movimento interrompido brevemente entre 2008 e 2009 em decorrência da crise financeira mundial. Contudo, a partir de 2010, já se observa a retomada do comércio com a região de forma acelerada. Com praticamente todos os países, o fluxo de comércio em 2011 foi igual ou superior aos picos registrados entre 2007 e 2008. Cabe, para os próximos anos, observar se essa tendência permanecerá.

Além disso, os dados de comércio registram que o Cáucaso se apresenta como região de maior relevância para o Brasil – ao menos em termos comerciais – se comparado à Ásia Central. Com exceção do Cazaquistão, o volume de comércio com os demais Istões é muito pouco relevante, sendo praticamente nulas as importações desses países, enquanto que as exportações, apesar de crescentes, ainda estão em patamares consideravelmente distantes se comparadas às destinadas ao vizinho cazaque ou aos países caucasianos. Merece ser destacado o fato de que os quatro principais parceiros comerciais são exatamente os países nos quais o Brasil mantém Embaixada permanente. Além disso, através da análise dos dados comerciais, percebe-se que o volume de comércio se intensificou com a abertura das representações permanentes, em especial no Cáucaso.

A partir da segunda metade do governo Lula, houve também um estímulo à cooperação técnica⁵³ com os países centro-asiáticos e caucasianos. Através da Agência Brasileira de Cooperação (ABC), o Brasil já estabeleceu parcerias para desenvolvimento de projetos de cooperação com a Armênia, o Cazaquistão e a Geórgia (BRASIL.ABC, 2012).

Com o país cazaque, no ato da visita do presidente Nazarbayev, em 2007, foi assinado um protocolo de intenções de cooperação técnica para agricultura e pecuária. Além disso, a comitiva cazaque visitou a Embrapa para conhecer tecnologias de produção de bioenergia e para melhorar a eficiência de cultivos como a soja e o algodão, bem como para discutir a possibilidade de transferência de tecnologia no ramo da agropecuária (BRASIL.MRE, 2007a; BRASIL.EMBRAPA, 2007). Após esse contato inicial, uma missão da Embrapa esteve no Cazaquistão, em 2009, para estudar melhorias no desenvolvimento da fruticultura e na

⁵³ Para maiores informações acerca da definição de cooperação técnica e de suas diferentes modalidades, vide PUENTES, 2008.

produção de algodão, oportunidade na qual também foi feita uma visita ao Uzbequistão a fim de discutir o estabelecimento de memorando de entendimento para cooperação técnica (BRASIL.EMBRAPA, 2009; BRASIL.ABC, 2009). Em 2010, por meio da ABC e do Ministério da Saúde, técnicos cazaques vieram ao Brasil para missão de estudos sobre DSTs, em especial sobre a Aids (BRASIL.ABC, 2012).

Por sua vez, com a Geórgia, em 2011, foram assinados memorandos de entendimento para cooperação econômica, científica e tecnológica na agroindústria e, em 2012, para cooperação econômica em geral (GEORGIA, 2012). Além disso, em 2012, com apoio da ABC, foi desenvolvido projeto para proporcionar a vinda de uma missão georgiana ao Brasil a fim de identificar e avaliar viabilidade de cooperação na área de agropecuária, resultando em uma visita à Brasília, em maio de 2012, para conhecer as tecnologias desenvolvidas pela Embrapa para garantir maior eficiência na produção agrícola (BRASIL.ABC, 2012; BRASIL.MAPA, 2012). Em termos de projetos desenvolvidos, entretanto, os maiores avanços em termos de cooperação técnica são registrados com a Armênia. Com Yerevan, a ABC manteve oito projetos de cooperação entre 2010 e 2012, centradas no provimento de cursos de capacitação nas áreas de agropecuária, saúde e segurança pública.

Tais resultados representam um resultado positivo para a diplomacia brasileira, pois corrobora a tese de que as representações no exterior tendem a estimular as relações comerciais e a cooperação. Além disso, a Ásia Central e o Cáucaso se apresentam como exemplos positivos para a política de universalização da PEB e para o estímulo à cooperação Sul-Sul no governo Lula. Entretanto, essa é uma zona do globo ainda distante do centro das atenções brasileiras – tanto em termos comerciais quanto político-diplomáticos.

3.4. Oportunidades para expansão da presença brasileira na Ásia Central e no Cáucaso

Embora não seja uma região prioritária para os interesses brasileiros, a *Central Caucasus Asia* apresenta muitas oportunidades que, se bem exploradas pelo Brasil, poderiam ampliar a sua presença na região e fortalecer os vínculos com esses países. A seguir, são apresentadas algumas das formas como Brasília poderia dispor de maior presença na Ásia Central e no Cáucaso.

Os dados da pauta comercial indicam que há margem para maior intercâmbio com a Ásia Central e com o Cáucaso, tendo em vista o espaço quase inexpressivo que essas duas regiões ocupam na balança comercial brasileira. Esses países podem auxiliar o Brasil, por exemplo, a atingir outros mercados da região, como o russo, atuando como plataformas para

reexportação de produtos, especialmente de carnes e derivados. Cabe ressaltar, ainda, que o Brasil poderia investir na diversificação da pauta comercial. Tendo em vista que a renda média e a economia da região vêm crescendo consideravelmente nos últimos anos, esses países são potenciais mercados consumidores de produtos manufaturados brasileiros.

Silva (2008) destaca que uma forma interessante para inserção das empresas brasileiras na Ásia Central seria através do estabelecimento de parcerias com empresas locais ou através de fusões e aquisições. Além disso, por serem zonas que estão readquirindo a sua qualidade de ponte entre a Ásia e a Europa e que estão demandando elevados investimentos em infraestrutura, esses países apresentam boas oportunidades para atuação de empresas brasileiras dos ramos de logística de transportes e de construção civil.

As limitações de conexão aérea entre os países centro-asiáticos e caucasianos e a precariedade da aviação na região, baseada em sua maior parte em aviões antigos de fabricação soviética, abre espaço para maior projeção da Embraer como fornecedora de aviões para estes mercados. A partir da venda para a Air Astana, fica a expectativa de que a empresa brasileira possa fortalecer a sua presença no mercado cazaque e adquirir novos contratos com outras empresas aéreas da região. O surgimento de “novos ricos” em decorrência da crescente extração de hidrocarbonetos e da exploração das riquezas minerais impulsionam o mercado da aviação executiva na região. Favorecida pela recente instalação de uma fábrica na China, a Embraer apresenta vantagens comparativas para o provimento de jatos executivos para este potencial mercado consumidor. O Embaixador Pereira Pinto, na entrevista concedida a este trabalho, ressalta o papel que a Embraer está desempenhando para ampliar a presença brasileira na região.

Os setores da mineração e de hidrocarbonetos se revelam como os mais potenciais para a atuação de empresas brasileiras. Rica em minérios, a Ásia Central oferece oportunidades para empresas brasileiras do ramo da mineração, tanto na exploração quanto no intercâmbio de tecnologia. A Vale do Rio Doce conta com um escritório de representação em Almaty e desenvolve atividades de pesquisa e exploração mineral no país no ramo de cobre. Tendo em vista a riqueza mineral do território cazaque, a Vale pode investir na diversificação de sua atuação na região, o que poderia proporcionar vantagens para fortalecer sua presença no mercado asiático – em especial no chinês.

Por sua vez, o Mar Cáspio reserva excelentes oportunidades para a atuação da Petrobras e de outras empresas brasileiras do ramo petrolífero. A questão que se impõe para o Brasil não está relacionada ao “domínio das fontes produtoras, na garantia de acesso a elas ou no poder

de transportar bens energéticos, e sim no conhecimento estratégico” da conjuntura de exploração do Mar Cáspio e das reservas de hidrocarboneto da região (SILVA, 2008, p. 143).

O estabelecimento de parcerias com outras petrolíferas – em especial asiáticas, que também buscam maior participação no mercado energético do Mar Cáspio – revela-se como um importante caminho para o Brasil ter condições de explorar as reservas da região. Além disso, embora o foco principal da atuação das empresas petrolíferas brasileiras nos próximos anos seja a exploração das reservas do Pré-Sal na costa brasileira, elas podem atuar fornecendo tecnologias para a prospecção e produção de petróleo, bem como proporcionando treinamentos e cooperação técnica, científica e tecnológica (SILVA, 2008).

Em termos de cooperação técnica, a Ásia Central e o Cáucaso apresentam desafios em diversas áreas que limitam o maior desenvolvimento da região. O Brasil, através da ABC e de outras autarquias – como a Embrapa – poderia estimular o financiamento de projetos nestes países, com ênfase para as áreas de saúde, desenvolvimento social, meio-ambiente, agricultura, manejo dos recursos hídricos, entre outras. Com Armênia, Cazaquistão e Geórgia já houve avanços nesse sentido – dez projetos nesses países já foram financiados por meio da ABC através do estabelecimento de cooperação técnica Sul-Sul com estes países (BRASIL.ABC, 2012). Para impulsionar a cooperação técnica, entretanto, é necessário que o governo brasileiro se empenhe no estabelecimento de acordos de cooperação com esses países, enquadrando-os na modalidade de cooperação técnica entre países em desenvolvimento⁵⁴. Assim, haveria uma institucionalização da cooperação com essa região, garantindo acesso mais fácil ao financiamento por parte da ABC (PUENTES, 2010).

As Embaixadas brasileiras na região poderiam atuar, dessa forma, mais incisivamente na promoção do potencial do mercado e das empresas brasileiras, organizando feiras de negócios, promovendo a ida de missões de empresários e de técnicos para os países da *Central Caucasus Asia*. Além disso, como forma de relativizar o desconhecimento que estes países têm sobre o Brasil, elas poderiam promover cursos e palestras sobre a cultura e a sociedade brasileiras, pois “o desconhecimento mútuo parece ser um entrave maior do que a distância geográfica [...] para impulsionar a pauta de comércio” e as relações bilaterais entre o Brasil e os países caucasianos e centro-asiáticos (SILVA, 2008, p. 211).

⁵⁴ Dentre as principais características da cooperação técnica entre países em desenvolvimento desempenhada pelo Brasil, pode-se ressaltar a reflexão das diretrizes históricas da política externa brasileira, o estabelecimento do maior grau possível de horizontalidade e a manutenção de uma essência não lucrativa, a multiplicidade de atores envolvidos na execução das políticas de cooperação e seu caráter multidisciplinar. Em geral, as áreas privilegiadas pelo Brasil são “agropecuária, saúde, educação e formação profissional, meio ambiente e recursos naturais, administração pública, energia e biocombustíveis, desenvolvimento social”, entre outras (PUENTES, 2010, p. 114-123).

Como ressaltado pelo Embaixador Pereira Pinto, as Embaixadas têm o propósito de identificar oportunidades para atuação de empresas brasileiras em setores de serviço, como construção civil e aviação, bem como promover maior divulgação cultural do país e incentivar a cooperação bilateral. Destacando a experiência pessoal de ter sido o primeiro Embaixador brasileiro locado na Azerbaijão, entre 2009 e 2012, o Embaixador Pereira Pinto buscou desenvolver o diálogo entre o Brasil e a nação azeri através da identificação de elementos culturais comuns e promovendo o diálogo com diferentes setores governamentais e da sociedade civil.

Os países da Ásia Central e do Cáucaso podem ser apontados, ainda, como potenciais aliados que o Brasil poderia atrair em negociações multilaterais. A política de troca de votos e de apoios em organismos internacionais tem se revelado frequente no decorrer dos anos 2000. A aproximação com os países centro-asiáticos e caucasianos proporciona ao Brasil, ainda, apoio em sua busca por maior representação nos organismos internacionais. Em suas visitas ao Brasil respectivamente em 2007 e 2009, os presidentes cazaque e uzbeque manifestaram o apoio à pretensão brasileira de ocupar um assento permanente no CSNU, posição reforçada pelo Cazaquistão durante a visita do presidente Lula ao país, em 2009 (BRASIL.MRE, 2007b; BRASIL.MRE, 2010). Em contrapartida, o Brasil pode apoiar a entrada desses países na OMC – posição já declarada no que tange o Cazaquistão – e suas reivindicações junto a outros organismos.

Por fim, o Brasil deve aproveitar o estreitamento do relacionamento com os países emergentes asiáticos para se aproximar da Ásia Central e do Cáucaso. Nesse sentido, China, Índia e Rússia, como parceiros no grupo BRICS, relevam-se como os principais atores capazes de facilitar uma maior penetração brasileira nessa zona do globo. O Brasil deve manter uma visão de longo prazo no que tange a Ásia Central e o Cáucaso. São regiões que estão emergindo como potenciais mercados nas próximas décadas em decorrência da exploração das riquezas fósseis e minerais. Assim, “o Brasil não pode estar ausente da Ásia Central [e do Cáucaso], região-tampão entre a Europa e a Ásia, entre a Rússia e a China, e entre estes dois últimos e a Índia” (SILVA, 2008, p. 223).

3.5. Considerações preliminares

A *Central Caucasus Asia* é uma zona que está no centro de um continente que se consolida como o principal polo econômico mundial, fazendo fronteira direta com dois dos

BRICS – Rússia e China – e estando próxima de um terceiro membro do grupo, a Índia. Além disso, essas regiões podem desempenhar futuramente um papel relevante para conectar os principais centros de poder e as potências médias da Eurásia. Assim, entende-se que foi necessária por parte do Itamaraty o direcionamento de maiores atenções para a Ásia Central e para o Cáucaso.

Na entrevista concedida para elaboração deste trabalho, o Embaixador Paulo Pereira Pinto destaca que o Novo Grande Jogo assume um papel primordial para entender a aproximação brasileira na Ásia Central e no Cáucaso. Destacando as reservas de hidrocarbonetos, o Embaixador Pereira Pinto ressalta que, mesmo o Brasil se tornando autossuficiente nesses setores, o país precisa conhecer seus concorrentes. Além disso, ao dispor de maior presença na região, o país teria a oportunidade de garantir maior atuação em setores de bens e serviços no setor de petróleo.

Deve-se reconhecer, entretanto, que o Brasil não dispõe de capacidades para disputar o Novo Grande Jogo de forma ativa. Além disso, a distância geográfica por si só já se coloca como uma grande barreira logística a ser superada. Contudo, isso não significa que Brasília não possa dispor de maior presença na região e se posicionar como um ator secundário nessa conjuntura. Uma estratégia interessante para o país é se valer do uso de uma política de *soft power*, assentada em cooperação técnica e estímulo às relações políticas e culturais, bem como se valendo da promoção do diálogo e dos bons ofícios diplomáticos.

O soft power fundamenta-se em influências intangíveis e indiretas, como a cultura, os valores e a ideologia. A fórmula poderia funcionar para o Brasil [...] mediante o apelo das novelas de televisão, dos atletas de futebol que lá atuam, da literatura [...] do gosto pelo café brasileiro, pelas festas populares como carnaval, pela música [...] e pelas praias do Rio de Janeiro, que povoam o imaginário popular daqueles países. (SILVA, 2008, p. 187)

Entretanto, apenas uma política assentada em cultura e valores não se mostra suficiente para estimular a presença brasileira na região. Cabe ao país desenvolver, também, uma política externa objetiva, que englobe o caráter multilateral característico da *Central Caucasus Asia* (SILVA, 2008). O Brasil deve assentar sua presença nessa zona do globo baseado em uma política externa não impositiva a fim de “obter resultados concretos de interação política e econômica”, bem como “para possibilitar o adensamento [...] das relações bilaterais” com os países caucasianos e centro-asiáticos (SILVA, 2008, p. 226). Brasília poderia, por exemplo, estabelecer uma estratégia semelhante à adotada por Tóquio, estimulando a criação de um fórum multilateral de diálogo com os países da região. Além disso, na posição de principal economia latino-americana e de um dos líderes regionais da

América Latina, o Brasil poderia assumir a liderança para aproximar o continente latino-americano dessa distante região.

Um importante movimento nesse sentido seria o estabelecimento de pontes de diálogo ou de um grande fórum multilateral que envolva os países da América Latina, da Ásia Central e do Cáucaso. Ou, de forma mais limitada, poderia se englobar, em um primeiro momento, apenas a América do Sul nessa aproximação, tal como foi conduzido em relação aos países árabes. Além disso, há espaço para a ampliação mútua das relações comerciais. Enquanto que os países caucasianos e centro-asiáticos dispõem de potencial para expansão de seus mercados e possuem vastas reservas minerais, o Brasil pode fornecer bens de maior valor agregado (SILVA, 2008). A participação de empresas brasileiras em feiras comerciais e no estabelecimento de parcerias com firmas locais também se revelam acessos preciosos à essa zona do globo.

Um fator importante que pode impulsionar maior presença brasileira na *Central Caucasus Asia*, segundo o Embaixador Pereira Pinto, seria a geração de riquezas que vem ocorrendo na região. Essa conjuntura abre oportunidades para o Brasil aumentar sua presença através da cooperação na agricultura e de promoção de intercâmbio cultural. Nesse sentido, a instalação das quatro representações permanentes pode ser apontada como uma importante estratégia de aproximação com essas jovens nações. Conforme já observado, a abertura de Embaixadas na Armênia, no Azerbaijão, no Cazaquistão e na Geórgia estimulou o comércio e a cooperação bilateral entre o Brasil e esses países, bem como abriu novas oportunidades para a inserção brasileira na região. Segundo o Embaixador Pereira Pinto, ao dispor de presença direta na região, o Brasil consegue identificar oportunidades para atuação das empresas brasileiras na região, com destaque para os ramos da construção civil e do setor de aviação. Ele ressalta, ainda, o importante papel que o restabelecimento da Rota das Sedas pode representar para o Brasil para fins de levar ao conhecimento desses Estados melhores práticas de agricultura e de inserção social.

Assim, embora tenham obtido maior atenção por parte do Brasil nos últimos anos, percebe-se que Brasília pode se inserir de forma mais dinâmica na Ásia Central e no Cáucaso, do contrário se constituirá apenas como um observador distante das disputas travadas no contexto do Novo Grande Jogo. Cabe à Brasília, no decorrer da década de 2010, elaborar uma estratégia para definir a sua própria Rota da Seda para se aproximar mais da *Central Caucasus Asia*.

5 Considerações Finais

A partir do que foi abordado do decorrer do trabalho, percebe-se que a Ásia Central e o Cáucaso são zonas estratégicas nas Relações Internacionais contemporâneas. Ambas as regiões são peças-chaves para promover uma possível integração física e econômica da Eurásia. Além disso, suas reservas energéticas e minerais constituem-se extremamente relevantes em uma conjuntura de instabilidade na principal zona de extração de petróleo do mundo – o Oriente Médio – e de aumento da demanda mundial por energia e por minérios, principalmente em função do crescimento econômico nos países em desenvolvimento.

Os principais atores internacionais estão com as atenções voltadas para essa zona do globo e buscam estreitar os laços com essas nações. Do contrário, ficarão excluídos do Novo Grande Jogo e da partilha das riquezas que a Ásia Central e o Cáucaso possuem. Resta acompanhar pelos próximos anos se essa disputa se materializará em confronto armado entre os participantes ou se prevalecerá a cooperação em prol do bem coletivo de todos – e dos grandes lucros que a região pode proporcionar. Outro fator determinante para os rumos do Novo Grande Jogo será a capacidade de coordenação entre os países da *Central Caucasus Asia* em prol de adotarem maior margem de manobra e de se firmarem como peças importantes nessa disputa, e não apenas simples peões influenciados pelos grandes *players*.

Pode-se dizer que a China dispõe das maiores margens de movimentação e de capacidade para exercer influência na região. Embora não tenha um papel tão decisivo no Cáucaso, a presença chinesa na Ásia Central cresceu consideravelmente nos últimos anos. Além disso, conforme afirma Khanna (2008), Pequim seria o ator que está vencendo o Novo Grande Jogo. Ao se valer de uma “incrível capacidade [...] de moldar infraestruturas e mercados por meio de uma diplomacia astuta”, a China está conseguindo promover uma Nova Rota da Seda, na medida em que se aproveita do “melhor das estratégias de britânicos e russos de um século atrás: [...] [preservando] os Estados-tampão e os aliados, como os primeiros, sem o abrasivo estilo conquistador dos segundo” (KHANNA, 2008, p. 169 – 171).

A Rússia, por sua vez, embora disponha de capacidade de movimentação multidirecional, a mesma se mostra limitada, não conseguindo garantir, por suas próprias forças, uma predominância sobre a região como a outrora desfrutada nos tempos de URSS. Contudo, Moscou ainda possui fortes vínculos físicos e políticos com esses países e, ao estabelecer essas duas regiões como zona prioritária de interesse, tende a ser um jogador de primeira grandeza para a definição dos rumos do jogo. O fortalecimento da cooperação com Pequim através da OCX pode se mostrar como o caminho mais prático para o estabelecimento

de um condomínio entre essas duas potências sobre a *Central Caucasus Asia*. Contudo, pode representar, também, a via para que “esse casamento de conveniências [acabe em] um divórcio litigioso” (KHANNA, 2008, p. 120).

Os países ocidentais (EUA e Europa), por sua vez, vêm ocupando um papel menos importante nessa disputa em comparação aos primeiros anos do século XXI, embora Washington possa ocupar uma posição estratégica nos bastidores. Por sua vez, se superada a atual crise econômica, a Europa pode voltar a atuar de forma mais ativa. Como afirma Khanna (2008, p. 170), os países europeus podem “se beneficiar tanto quanto a China do ressurgimento de um corredor de transporte leste-oeste [...] fazendo da Ásia Central [e do Cáucaso] parte de uma economia eurásiana maior”.

Os players regionais eurásianos, embora não disponham das mesmas capacidades de atuação se comparado aos quatro grandes atores desse Novo Grande Jogo, possuem interesses específicos e possibilidades de atuação que contribuem para movimentar os rumos desse tabuleiro. A Turquia se apresenta como um ator relevante no Cáucaso ao estabelecer importantes parcerias com o Azerbaijão e com a Geórgia, bem como por se converter como o centro de um hub energético alternativo à Rússia. Além disso, Ancara dispõe de boas relações com os países da Ásia Central e, por ser membro da OTAN, pode vir a desempenhar um papel importante de diálogo entre esses países e o bloco ocidental.

Índia e, em menor medida, Paquistão são capazes de desviar os rumos da Ásia Central para o sul da Ásia, restabelecendo uma importante via de escape da Nova Rota da Seda e garantindo, assim, o acesso da região aos mares do Índico. O Irã, embora seja um elemento desestabilizador nos dois cenários, acumula desconfianças por parte da maioria dos países. Além disso, os embargos e sanções impostos à Teerã limitam a capacidade de ação do país. Israel e Japão possuem uma atuação mais pontual nesse jogo, entretanto não menos importante, na medida em que podem contribuir para o escalonamento das disputas, no caso do primeiro, ou para a construção de uma via alternativa de diálogo, no caso do segundo.

Por fim, a situação no Afeganistão após a retirada das tropas da OTAN, em 2014, pode ser a chave para definir se esse tabuleiro tenderá ao caos ou à prosperidade. A retirada ocidental do território afegão pode significar uma oportunidade para Rússia e principalmente China se firmarem como os responsáveis por ditar as regras desse jogo, através da OCX. Além disso, pode representar uma oportunidade para outros atores – notadamente a Índia – de ocuparem uma posição mais ativa nesse tabuleiro de interesses.

Dado o complexo panorama que se desenha na região, é compreensível que o Brasil não poderia deixar a *Central Caucasus Asia* à margem de sua política externa, nem

desconsiderar as possibilidades que esses países representam em termos políticos, econômicos e estratégicos, se quiser firmar a sua própria condição como um ator global (SILVA, 2008). Respondendo diretamente à pergunta que conduziu esta pesquisa, é importante que a Ásia Central e o Cáucaso ocupem uma posição mais relevante no conjunto da PEB. Embora a esfera de atuação prioritária para o Brasil seja a América Latina, essas são regiões que oferecem oportunidades para maior presença de empresas brasileiras e para o estímulo ao comércio e à cooperação, conforme analisado no capítulo 4. Além disso, a conjuntura do Novo Grande Jogo se impõe como uma necessidade adicional de o Brasil estabelecer diretrizes de política externa especificamente para esse conjunto de países.

Embora a Ásia Central e o Cáucaso não sejam regiões prioritárias para a atuação brasileira, percebe-se que houve um esforço de aproximação nos últimos anos. A distância geográfica e a falta de conhecimento mútuo já não se impõem mais como barreiras que impedem uma aproximação do Brasil com os oito países analisados. Além disso, o Brasil procurou, nos anos da presidência de Lula, obter maior inserção no Oriente Médio, região intrinsecamente conectada a *Central Caucasus Asia*. Este fator também pode ser apontado como uma motivação adicional para Brasília elaborar ações mais concretas de aproximação com a Ásia Central e com o Cáucaso nos últimos anos.

Inserida dentro de um contexto de universalismo da diplomacia brasileira, de estímulo à cooperação Sul-Sul durante a presidência de Lula e de foco direcionado para o estímulo às relações com países em desenvolvimento, a Ásia Central e o Cáucaso adquiriram maior relevância na formulação da PEB, embora ocupando um espaço secundário na agenda externa do país. Ressalta-se, como indicadores dessa afirmação, a instalação de quatro Embaixadas permanentes na região e de representações cumulativas nos demais países. Além disso, os dados econômicos indicam a tendência de crescimento do comércio com esses países entre 2003 e 2011, com geração de largo superávit para o Brasil. Houve, também, estímulo à cooperação técnica com os Estados da *Central Caucasus Asia* através da atuação da ABC e de outras autarquias. Esses elementos confirmam, portanto, a hipótese de que o país teve interesse em estreitar os vínculos diplomáticos e econômicos com a Ásia Central e com o Cáucaso durante o governo Lula. Conforme afirmado por Silva (2008):

Os assuntos relacionados à Ásia Central, região vista de modo singularizado no contexto das atribuições do MRE, iam ao encontro das diretrizes de política externa do governo Lula, no sentido de que a diplomacia brasileira era abrangente e procurava abarcar todas as regiões do globo e todos os países. [...] a Ásia Central, sendo a região do mundo de cruzamento de estradas que levam tanto para a Rússia quanto para a China e a Índia [parceiros no grupo BRICS], merecia neste contexto um realce (SILVA, 2008, p. 165).

As palavras de Silva (2008) também podem ser empregadas para definir as relações com os países do Cáucaso. Contudo, a estruturação do MRE e as políticas para essas regiões revelam um relativo paradoxo entre o idealizado e o efetivamente realizado. Quando se compara a política brasileira para a Ásia Central e para o Cáucaso, percebe-se que a primeira foi inicialmente a região que mereceu maior destaque por parte do MRE nos assuntos de política externa. A criação das embaixadas cumulativas no Quirguistão, Tadjiquistão, Turcomenistão e Uzbequistão em 2004 seguida da criação da DASC, em 2005, representou um primeiro esforço de institucionalização da presença brasileira na Ásia Central. Tal processo foi intensificado com a instalação da representação permanente em Astana, em 2006, e das trocas de visitas de chefes de Estado nos anos seguintes.

Contudo, nos últimos anos, poucos avanços foram observados no sentido de fortalecer a presença brasileira na Ásia Central. Enquanto que a Embaixada em Astana responde pelos interesses brasileiros no Cazaquistão, os demais Istões continuam assentados em representações bastante distantes do território centro-asiático, desperdiçando, assim a oportunidade de transformar a Embaixada em território cazaque em um possível centro dos interesses brasileiros na Ásia Central. Além disso, uma região tão vasta geograficamente, que proporciona oportunidades para incremento de comércio e de cooperação bilateral e que atrai a atenção de grandes players das Relações Internacionais contemporâneas deveria dispor de ao menos uma segunda representação permanente brasileira.

Um candidato forte, nesse sentido, seria o Uzbequistão, por ser um país com o qual o Brasil já efetuou trocas de visitas presidenciais e que, nas palavras do ex-presidente Lula no ato da visita do presidente uzbeque à Brasília, em 2009, “é um país multicultural e multiétnico” com o qual “o comércio foi triplicado entre 2003 e 2007”⁵⁵ (BRASIL.MRE, 2010, p. 120). Além disso, como ressaltado por Silva (2008), Tashkent não aceita que o país esteja vinculado a Embaixadas instaladas em Astana, o que de certa forma o fortalece como candidato a receber uma segunda representação brasileira permanente na Ásia Central.

Por fim, um elemento adicional que ressalta os avanços limitados é o fato de que, apesar dos esforços de aproximação, nenhum dos cinco Istões instalou, até o presente momento, uma Embaixada permanente em Brasília. Talvez o destaque mais significativo das relações do Brasil com a região desde a visita da comitiva presidencial brasileira a Astana, em 2009, seja a recente venda de aviões da Embraer para a Air Astana e a instalação do escritório

⁵⁵ Tradução nossa.

da Vale no Cazaquistão. Esses exemplos demonstram que há oportunidades para o Brasil ampliar sua presença na região.

Por sua vez, os resultados mais positivos da expansão da presença brasileira podem ser observados no Cáucaso, onde não se observou a condução de uma política significativa de aproximação até, pelo menos, o segundo mandato do governo Lula. Percebe-se que nos últimos meses do governo Lula e na primeira metade do atual governo Dilma houve um esforço mútuo de aproximação por parte do Brasil e dos países do Cáucaso, representado pela abertura das representações permanentes brasileiras nos três países caucasianos e pela instalação das Embaixadas armênia e georgiana em Brasília. Além disso, dos oito países que compõem a *Central Caucasus Asia*, Armênia, Azerbaijão e Geórgia estão entre os quatro principais parceiros comerciais brasileiros na região. Cabe ressaltar, ainda, que há uma comunidade expressiva de descendentes de armênios vivendo no Brasil, o que contribuiu para fortalecer os laços com essa região.

Dentre os países caucasianos, aquele com o qual se percebe maiores avanços no relacionamento bilateral é a Geórgia. O país é o principal parceiro comercial do Brasil dentre os que foram analisados no presente trabalho, registrando um crescimento superior a 90% nas exportações entre 2010 e 2011. O Primeiro-Ministro georgiano, Nika Gilauri, esteve em Brasília e em São Paulo em abril de 2012 para uma visita de quase uma semana, sendo a primeira de um Chefe de Governo da Geórgia ao Brasil (BRASIL.MRE, 2012). Nessa ocasião, o representante georgiano ofereceu seu país como um possível hub para atuação de empresas brasileiras no Cáucaso e na Ásia Central (FLECK, 2012).

O *premier* georgiano aproveitou para ressaltar as vantagens que seu país oferece, tais como possibilidade de acesso aos portos do Mar Negro, logística facilitada para a distribuição de produtos aos demais países da *Central Caucasus Asia*, baixa carga tributária e existência de acordos de livre comércio da Geórgia com alguns de seus vizinhos. Também, ressaltou que há interesse em estabelecimento de parceria com a Embraer (FLECK, 2012). Nessa mesma época, uma missão do Ministério da Agricultura e da Embrapa visitou o país para analisar a realidade agrícola georgiana e levantar possibilidades de cooperação. Poucas semanas depois, foi a vez de uma delegação georgiana liderada pelo Ministro da Agricultura do país vir ao Brasil, interessada no estabelecimento de cooperação técnica no setor da agricultura (BRASIL.MAPA, 2012).

Assim, embora no decorrer da década de 2000 os esforços de maior aproximação brasileira tenham sido prioritariamente direcionados para os países da Ásia Central – em especial para o Cazaquistão – desenha-se um cenário em que, ao final do governo Lula e no

decorrer do atual governo Dilma, os países do Cáucaso passaram a ocupar maior relevância na política brasileira para a *Central Caucasus Asia*. Cabe, no decorrer da década de 2010, acompanhar se esse esforço de estreitamento das relações do Brasil com os países analisados por este trabalho resultará em oportunidades concretas para maior inserção brasileira na região. Além disso, deve-se observar se Brasília poderá se firmar futuramente como um player secundário no Novo Grande Jogo, beneficiando-se, assim, da partilha dos lucros oferecidos pela Ásia Central e pelo Cáucaso.

Para pesquisas futuras, caberia analisar mais detalhadamente a política brasileira para a Ásia Central e para o Cáucaso, no sentido de compreender se houve uma política externa específica para essas regiões. Além disso, fica também como sugestão analisar a percepção que os países da *Central Caucasus Asia* têm quanto ao Brasil, visando compreender se há um interesse maior por parte desses países de estreitar as relações com Brasília. Por fim, um terceiro tema que pode ser interessante para futuras pesquisas seria o de compreender como se pautarão as relações entre o Brasil e os países analisados por este trabalho conforme o BRICS vai se constituindo como fórum de diálogo.

Referências

AGAYEV, Zulfugar. Azerbaijan's Umid Gas Field in Caspian Starts Output, Socar Says. **Bloomberg Businessweek**, New York, 20 Set. 2012. Disponível em: <<http://www.bloomberg.com/news/2012-09-20/azerbaijan-s-umid-gas-field-in-caspian-starts-output-socar-says.html>>. Acesso: 26 nov. 2012.

AIR ASTANA. **Air Astana Takes Delivery of First Owned Aircraft**. Astana, Jun. 2012. Disponível em: <<http://www.airastana.com/common/en/news/First-Owned-Aircraft.aspx>>. Acesso: 26 nov. 2012.

AKIO, Kawato. What is Japan up to in Central Asia? In: LEN, Christopher; TOMOHIKO, Uyama; TETSUYA, Hirose (eds.) **Japan's Silk Road Diplomacy: Paving the Road Ahead**. Washington DC & Stockholm: Central Asia-Caucasus Institute & Silk Road Studies Program, 2008. Disponível em: <http://www.isdp.eu/publications/index.php?option=com_jombib&task=showbib&id=5265>. Acesso: 07 dez. 2012. ISBN: 978918593746-2

ALLISON, Roy; JONSON, Lena. Central Asian security: internal and external dynamics. In: ALLISON, Roy; JONSON, Lena (eds.). **Central Asian security: the new international context**. London: Royal Institute of International Affairs, 2001. ISBN: 081570105-5

ALMEIDA, Paulo Pereira de. Uma diplomacia externa engajada: a diplomacia do governo Lula. In: **Revista Brasileira de Política Internacional**. Instituto Brasileiro de Relações Internacionais: Brasília, vol.47, n.1, pp. 162-184, 2004. ISSN: 0034-7329

AMORIM, Celso. Brazilian Foreign Policy under President Lula (2003-2010): an overview. In: **Revista Brasileira de Política Internacional**. Brasília: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, v. 53, special edition, 2010, p. 214-240. ISSN: 0034-7329

_____. **Discursos, palestras e artigos do Chanceler Celso Amorim: 2003-2010**. Brasília: Ministério das Relações Exteriores, Departamento de Comunicações e Documentação: Coordenação-Geral de Documentação Diplomática, vol. I e II, 2011.

ARMENIA. Embassy of Armenia to Brazil. **Bilateral Relations**. Brasília, 2012. Disponível em: <<http://brazil.mfa.am/en/bilateral-br/>>. Último acesso: 26 nov. 2012.

BABAN, Inessa. Azerbaijan ponders lucrative options for gas transit to Europe. **Central Asia-Caucasus Analyst**, Washington D.C.; Stockholm, Aug. 2011. Disponível em: <<http://cacianalyst.org/?q=node/5608>>. Acesso: 14 out. 2012.

BARÃO, Giulia Ribeiro. A região transcaucasiana e o isolamento parcial da Armênia. In: **Mundorama**. Brasília: Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília, boletim nº 35, julho de 2010. Disponível em: <<http://mundorama.net/2010/07/12/a-regiao-transcaucasiana-e-o-isolamento-parcial-da-armenia-por-giulia-ribeiro-barao/>>. Acesso: 26 nov. 2012. ISSN: 2175-2052

BLANK, Stephen. Germany and Turkey keep Nabucco on the rocks. **Central Asia-Caucasus Analyst**, Washington D.C.; Stockholm, Mar.2009. Disponível em: <<http://www.cacianalyst.org/?q=node/5070>>. Acesso: 02 dez. 2012.

_____. U.S. drawdown in Afghanistan stirs reactions. **Central Asia-Caucasus Analyst**, Washington D.C.; Stockholm, Aug. 2011. Disponível em: <<http://cacianalyst.org/?q=node/5610>>. Acesso: 09 out. 2012.

_____. The new Great Game in motion: Kyrgyzstan as na object of major power rivalry. **Central Asia-Caucasus Analyst**, Washington D.C.; Stockholm, Set. 2012. Disponível em: <<http://cacianalyst.org/?q=node/5840>>. Acesso: 11 out. 2012.

BRASIL. **Decreto do Executivo nº 7304, de 22 de setembro de 2010**. Ementa: Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério das Relações Exteriores, e dá outras providências. *Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos*, Brasília, 2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7304.htm>. Acesso: 07.dez.12

_____. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). **Geórgia: delegação conhece agronegócio brasileiro**. Brasília, 02 maio 2012. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/comunicacao/noticias/2012/05/georgia--delegacao-conhece-agronegocio-brasileiro>>. Acesso: 26 nov. 2012.

_____. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA). **Presidente do Cazaquistão visita a Embrapa**. Embrapa, Brasília, 27 set. 2007. Disponível em: <<http://www.embrapa.br/imprensa/noticias/2007/setembro-1/4a-semana/presidente-do-cazaquistao-visita-a-embrapa/>>. Acesso: 07 dez. 2012.

_____. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA). **Missão da ABC/MRE ao Cazaquistão e Uzbequistão**. Embrapa Uva e Vinho: Bento Gonçalves, 07 jun. 2009. Disponível em: <<http://www.cnpuv.embrapa.br/noticias/2009/2009-06-09.html>>. Acesso: 07 dez. 2012

_____. Ministério das Relações Exteriores (MRE). **Visita ao Brasil do Primeiro-Ministro da Geórgia, Nika Gilauri – Brasília e São Paulo, 13 a 19 de abril de 2012.** Nota à imprensa nº 101, 14 de abril de 2012. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/notas-a-imprensa/visita-ao-brasil-do-primeiro-ministro-da-georgia-nika-gilauri-2013-brasilia-e-sao-paulo-13-a-19-de-abril-de-2012>>. Acesso: 26 nov. 2012.

_____. Ministério das Relações Exteriores. Agência Brasileira de Cooperação (ABC). **ABC e Embrapa realizam primeira missão de cooperação na Ásia Central.** Brasília: Ministério das Relações Exteriores, junho de 2009. Disponível em: <http://www.abc.gov.br/abc_por/webforms/interna.aspx?campo=120>. Acesso: 26 nov. 2012.

_____. Ministério das Relações Exteriores. Agência Brasileira de Cooperação (ABC). **Pesquisa de Projetos.** Brasília: Ministério das Relações Exteriores, 2012. Disponível em: <http://www.abc.gov.br/abc_por/webforms/projeto.aspx?secao_id=132&Idioma_id=1>. Acesso: 26 nov. 2012.

_____. Ministério das Relações Exteriores. Instituto Rio Branco (IRBR). **Dúvidas Frequentes.** Brasília, 2012. Disponível em: <http://www.institutorio Branco.mre.gov.br/pt-br/perguntas_freq%C3%BCentes.xml>. Acesso: 02 dez. 2012.

_____. Ministério das Relações Exteriores (MRE). Secretaria de Planejamento Econômico. **Brazilian Foreign Policy Handbook: Positions adopted by Brazil in 2008-2009.** Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2010. ISBN: 978857631250-5

_____. Ministério das Relações Exteriores (MRE). Secretaria de Planejamento Econômico. **Repertório de Política Externa: Posições do Brasil.** Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2007. ISBN 978-85-7631-086-0

_____. Ministério das Relações Exteriores (MRE). Sistema Consular Integrado. **Protocolo de intenções entre o governo da República Federativa do Brasil e o governo da República do Cazaquistão sobre cooperação técnica em agricultura e pecuária.** Brasília: Ministério das Relações Exteriores, 27 de setembro de 2007. Disponível em: <http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/2007/b_201/>. Último acesso: 02 de dezembro de 2012.

_____. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC). **Estatísticas de Comércio Exterior – Balança Comercial Brasileira: Países e Blocos Econômicos.** Brasília, out. 2012. Disponível em: <<http://www.desenvolvimento.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=5&menu=3385&refr=576>>. Acesso: 01 dez. 2012.

BRENNAN, Elliot; EDSTRÖM, Bert. Rare Earth Elements: the Next Oil. In: **Policy Brief.** The Institute for Security and Development Policy: Estocolmo, nº 78, outubro de 2011.

Disponível em: <http://www.isdp.eu/publications/index.php?option=com_jombib&task=showbib&id=6043>. Acesso: 26 nov. 2012.

BOSIN, Yury V. What happens after the U.S. leaves Afghanistan? In: **Central Asia-Caucasus Analyst**. **Central Asia-Caucasus Analyst**, Washington D.C.; Stockholm, Feb. 2012. <Disponível em: <http://cacianalyst.org/?q=node/5709>>. Acesso: 09 out. 2012.

BP. **BP Statistical Review of World Energy June 2012**. British Petroleum, Londres, 2012. Disponível em: <http://www.bp.com/assets/bp_internet/globalbp/globalbp_uk_english/reports_and_publications/statistical_energy_review_2011/STAGING/local_assets/pdf/statistical_review_of_world_energy_full_report_2012.pdf>. Acesso: 01 dez. 2012.

BRZEZINSKI, Zbigniew. **The Grand Chessboard – American Primacy and Its Geostrategic Imperatives**. New York: Basic Books, 1997. ISBN: 046502726-1

CERVO, Amado Luiz. Brazil's rise on the international scene: Brazil and the world. In: ROLLAND, Denis; LESSA, Antônio Carlos (eds.). **Brazil's International Relations: Paths to power**. França: L'Harmattan, 2010, v. 1. ISBN: 978229613543-7

_____. **Inserção Internacional: formação dos conceitos brasileiros**. São Paulo: Saraiva, 2008. IBN: 978850206570-3

CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. **História da política exterior do Brasil**. Brasília: editora UnB, 4ª edição, 2011. ISBN: 978852301287-8

CHICKY, Jon E. **The Russian-Georgian War: Political and Military Implications for U.S. Policy**. Washington DC & Stockholm: Central Asia-Caucasus Institute & Silk Road Studies Program, 2009. Disponível em: <<http://www.silkroadstudies.org/new/docs/Silkroadpapers/0902Chicky.pdf>>. Acesso: 07 dez. 2012. ISBN: 978918593751-6

CUTLER, Robert M. Azerbaijan and Turkey tilt towards new “transanatolian” natural gas pipeline. **Central Asia-Caucasus Analyst**, Washington D.C.; Stockholm, Feb. 2012. Disponível em: <<http://cacianalyst.org/?q=node/5720>>. Acesso: 14 out. 2012.

_____. European Union holds foreign-ministerial consultations with the central asian group. **Central Asia-Caucasus Analyst**, Washington D.C.; Stockholm, Apr. 2011. Disponível em: <<http://cacianalyst.org/?q=node/5551>>. Acesso: 10 out. 2012.

_____. Recent developments in the structuration of the Central Asian hydrocarbon energy complex. In: LEN, Christopher; CHEW, Alvin (Org.). **Energy and security cooperation in**

Asia: challenges and prospects. Stockholm: Institute for Security and Development Policy, 2009. Disponível em: <http://www.isdp.eu/publications/index.php?option=com_jombib&task=showbib&id=5720>. Acesso: 07 dez. 2012. ISBN: 978918593759-2

_____. Turkmenistan-Afghanistan-Pakistan-India gas pipeline gets official four-way go-ahead. **Central Asia-Caucasus Analyst**, Washington D.C.; Stockholm, Jan. 2011. Disponível em: <<http://cacianalyst.org/?q=node/5479>>. Acesso: 10 out. 2012.

DOWLING, Malcolm & WIGNARAJA, Ganeshan. **Central Asia's Economy: Mapping Future Prospects to 2015.** Washington DC & Stockholm: Central Asia-Caucasus Institute & Silk Road Studies Program, 2006. Disponível em: <<http://www.silkroadstudies.org/new/docs/Silkroadpapers/0607Wignaraja.pdf>>. Acesso: 07 dez. 2012. ISBN: 918547319-7

EMBRAER. **Air Astana acquire mais dois jatos Embraer 190.** São José dos Campos, maio 2011. Disponível em: <<http://www.embraer.com/pt-BR/ImprensaEventos/Press-releases/noticias/Paginas/AIR-ASTANA-ADQUIRE-MAIS-DOIS-JATOS-EMBRAER-190.aspx>>. Acesso: 26 nov. 2012.

_____. **E-jets da Embraer chegam à Ásia Central.** São José dos Campos, maio 2011. Disponível em: <<http://www.embraer.com/pt-BR/ImprensaEventos/Press-releases/noticias/Paginas/EJETS-DA-EMBRAER-CHEGAM-A-ASIA-CENTRAL.aspx>>. Acesso: 26 nov. 2012.

EU. **European Union and Central Asia: Strategy for a New Partnership.** European Union, Bruxelas, Oct. 2007. Disponível em: <http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_data/librairie/PDF/EU_CtrlAsia_EN-RU.pdf>. Acesso: 25 nov. 2012.

FLECK, Isabel. Premiê da Geórgia oferece país como 'hub' para empresas brasileiras. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 21 abr. 2012. Disponível em: <<http://m.folha.uol.com.br/mundo/1079632-premie-da-georgia-oferece-pais-como-hub-para-empresas-brasileiras.html>>. Acesso: 15 nov. 2012.

GAZPROM. South Stream. **Gazprom website**, Moscou, 2012. Disponível em: <<http://gazprom.com/about/production/projects/pipelines/south-stream/>>. Acesso: 06 dez. 2012.

GEORGIA. Embassy of Georgia to the Federal Republic of Brazil. **Bilateral Relations.** Brasília, 2012. Disponível em: <http://brazil.mfa.gov.ge/index.php?lang_id=ENG&sec_id=809&info_id=15957>. Acesso: 26 nov. 2012

GHIGGI, Luciana. **Estratégia de Integração Regional da Turquia: Cáucaso, Ásia Central e Oriente Médio**. 2010. Monografia (Bacharelado em Relações Internacionais) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

GUIMARÃES, Bruno Gomes. *et al.* Os países centro-asiáticos e as grandes potências mundiais: um estudo das relações exteriores desde as suas independências. In: **Revista InterAção**. Santa Maria: Núcleo PRISMA, vol.1, n. 1, 2010. ISSN: 2178-1842

GUO, Xueting. The Energy Security in Central Asia: the Geopolitical Implications to China's Energy Strategy. In: **China and Eurasia Forum Quarterly**. Washington DC & Stockholm: Central Asia-Caucasus Institute & Silk Road Studies Program, Volume 4, n. 4, 2006.

ISMAILOV, Murod. Post-2014 Afghanistan: a security dilemma for its northern neighbors **Central Asia-Caucasus Analyst**, Washington D.C.; Stockholm, Set. 2010. Disponível em: <http://cacianalyst.org/?q=node/5832>. Acesso: 10 out. 2012.

ISMAILOV, Eldar; PAPAIVA, Vladimer. **Rethinking Central Eurasia**. Washington DC & Stockholm: Central Asia-Caucasus Institute & Silk Road Studies Program, 2010. Disponível em: <<http://www.silkroadstudies.org/new/docs/publications/1006Rethinking-0.pdf>>. Acesso: 07 dez. 2012. ISBN: 978918593777-6

JORNADA, Helena Lobato da. **China e Índia no século XXI: Cooperação, competição e distribuição de poder no sistema internacional**. 2008. Monografia (Bacharelado em Relações Internacionais) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

JOSHI, Nirmala. Introduction. In: JOSHI, Nirmala (ed.). **Reconnecting India and Central Asia: Emerging Security and Economic Dimension**. Washington DC & Stockholm: Central Asia-Caucasus Institute & Silk Road Studies Program, 2010. Disponível em: <<http://www.silkroadstudies.org/new/docs/publications/1004Joshi-Frontmatter.pdf>>. Acesso: 07 dez. 2012. ISBN: 978918593776-9

KAZAKHSTAN. Priority Sectors - Oil Refining and Development of Oil and Gas Infrastructure. **Invest in Kazakhstan**, Astana, 2012. Disponível em: <<http://www.invest.gov.kz/?option=content§ion=6>>. Acesso: 01 dez. 2012.

KHANNA, Parag. **O Segundo Mundo – Impérios e Influência na Nova Ordem Global**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2008. ISBN: 978859807838-0

LIN, Christopher. Understanding Japan's Central Asian Engagement In: LEN, Christopher; TOMOHIKO, Uyama; TETSUYA, Hirose (eds.) **Japan's Silk Road Diplomacy: Paving the**

Road Ahead. Washington DC & Stockholm: Central Asia-Caucasus Institute & Silk Road Studies Program, 2008. Disponível em: <http://www.isdp.eu/publications/index.php?option=com_jombib&task=showbib&id=5265>. Acesso: 07 dez. 2012. ISBN: 978918593746-2

LUSSAC, Samuel. Will gas help resolve the Nagorno-Karabakh conflict? **Central Asia-Caucasus Analyst**, Washington DC & Stockholm, Set. 2010. Disponível em: <<http://cacianalyst.org/?q=node/5406>>. Acesso: 09 out. 2010.

MARTINS, José Miguel Quedi et al. O Fórum Quadrilateral e os Novos Caminhos para a Regionalização na Ásia Central. **Conjuntura Austral**, Porto Alegre, v. 2, n. 8, p. 63-81, out./nov. 2011. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/ConjunturaAustral/article/view/22382>>. Acesso: 21 nov. 2012. ISSN: 2178-8839

MACKINDER, H. J. **Democratic ideals and reality: a study in the politics of reconstruction.** Londres: Constable and Company LTD, 1919. Disponível em: <<http://ia700308.us.archive.org/22/items/democraticideals00mackiala/democraticideals00mackiala.pdf>>. Acesso: 07 dez. 2012

MUZALEVSKY, Roman. Nazarbayev's visit to China reveals Kazakhstan's balancing strategy. **Central Asia-Caucasus Analyst**, Washington D.C.; Stockholm, Mar. 2011. Disponível em: <<http://cacianalyst.org/?q=node/5505>>. Acesso: 12 out. 2012.

NABUCCO. Nabucco Gas Pipeline. **Nabucco Gas Pipeline International**, Viena, 2012. Disponível em: <<http://www.nabucco-pipeline.com>>. Acesso: 06 dez 2012.

NATO, North Atlantic Treaty Organization. **NATO's relations with Georgia.** Bruxelas, 2012. Disponível em: <http://www.nato.int/cps/en/natolive/topics_38988.htm>. Acesso: 01 dez. 2012.

SOUSA NETO, Danilo Marcondes de. A política externa brasileira nos oito anos do governo Lula: legados e lições para a inserção do Brasil no mundo. In: PAULA, Marilene de (org). **Nunca antes na história desse país"...? : um balanço das políticas do governo Lula.** Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2011.

NORLING, Nicklas. Afghanistan trade with Central Asia revives. **Central Asia-Caucasus Analyst**, Washington D.C.; Stockholm, Apr. 2011. Disponível em: <<http://cacianalyst.org/?q=node/5544>>. Último acesso: 14 de outubro de 2012.

_____. Kazakhstan's investments abroad. **Central Asia-Caucasus Analyst**, Washington D.C.; Stockholm, Apr. 2012. Disponível em: <<http://cacianalyst.org/?q=node/5748>>. Acesso: 10 out. 2012.

ORTEGA, Felipe Afonso. **As Revoluções Coloridas: A antiga União Soviética a caminho da democracia?** Trabalho apresentado no I Simpósio em Relações Internacionais do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas, São Paulo, 12-14 nov. 2007. Disponível em: <http://www.santiagodantassp.locaweb.com.br/br/simp/artigos/ortega.pdf>. Acesso: 05 dez. 2012.

PAXTON, Robin; GORDEYEVA, Mariya. ConocoPhillips to exit Kazakh oil field: minister. **Thompson Reuters**, Astana, 02 Oct. 2012. Disponível em: <<http://www.reuters.com/article/2012/10/02/us-oil-kazakhstan-idUSBRE8910PM20121002>>. Acesso: 06 dez. 2012.

PAXTON, Robin. Energy giants look to longer term at Kazakh field. **Thompson Reuters**, Astana, 22 Oct. 2012. Disponível em: <<http://www.reuters.com/article/2012/10/22/oil-kazakhstan-idUSL5E8LI51G20121022>>. Acesso: 06 dez 2012.

_____. Kazakhstan sets eyes on ConocoPhillips Kashagan stake. **Thompson Reuters**, Astana, 02 Oct. 2012. Disponível em: <<http://www.reuters.com/article/2012/10/02/us-oil-kazakhstan-kashagan-idUSBRE89104J20121002>>. Acesso: 06 dez. 2012

PECEQUILO, Cristina Soreanu. A Política Externa do Brasil no Século XXI: Os Eixos Combinados de Cooperação Horizontal e Vertical. In: **Revista Brasileira de Política Internacional**. Brasília: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, v. 51, n. 2, jul-dez 2008, p. 136-153. ISSN: 0034-7329

PEYROUSE, Sébastien. **Economic Aspects of the Chinese-Central Asia Rapprochement**. Washington DC & Stockholm: Central Asia-Caucasus Institute & Silk Road Studies Program, 2007. Disponível em: <http://www.silkroadstudies.org/new/docs/Silkroadpapers/2007/0709China-Central_Asia.pdf>. Acesso: 07 dez. 2012. ISBN: 978918593703-5

PINTO, Paulo Antônio Pereira. Azerbaijão – Uma Visão da Situação no Cáucaso (sobre os atentados em Moscou e Daguestão). In: **Meridiano 47**. Brasília: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, nº 117, abril de 2010.

_____. China – Falta um discurso sobre a ascensão pacífica terrestre. A nova rota das sedas. In: **Meridiano 47**. Brasília: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, v. 13, nº 131, mai.-jun. 2012.

POPJANEVSKY, Joanna; CORNELL, Stanve E. **The 2009-11 Bombing Campaign in Georgia: Who Did It, and Why?** Washington DC & Stockholm: Central Asia-Caucasus Institute & Silk Road Studies Program, 2012. Disponível em: <<http://www.silkroadstudies.org/new/docs/silkroadpapers/1203Georgia.pdf>>. Acesso: 07 dez. 2012. ISBN: 978918663528-2

PRETO, Alessandra Falcão. **O conceito de diplomacia presidencial: o papel do Presidente da República na formulação da política externa.** 2004. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

PUENTES, Carlos Alfonso Iglesias. **A cooperação técnica horizontal brasileira como instrumento da política externa: a evolução da cooperação técnica com países em desenvolvimento – CTPD – no período 1995-2005.** Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2010. ISBN: 978857631230-7

REKACEWICK, Philippe. **Map - Pipelines across the Caspina Sea.** Le Monde Diplomatique, Paris, 2011. Disponível em: <<http://mondediplo.com/IMG/png/caucase-turquie-en.png>>. Último acesso: 25 de novembro de 2012.

RZAYEVA, Gulmira. Umid field provides Azerbaijan with new export perspectives. **Central Asia-Caucasus Analyst**, Washington D.C.; Stockholm, May 2012. Disponível em: <<http://cacianalyst.org/?q=node/5470>>. Último acesso: 09 de outubro de 2012.

SAHGAL, Arun; ANAND, Vinod. Strategic Environment in Central Asia and India. In: JOSHI, Nrimala. **Reconnecting India and Central Asia: Emerging Security and Economic Dimention.** Washington DC & Stockholm: Central Asia-Caucasus Institute & Silk Road Studies Program, 2010. Disponível em: <<http://www.silkroadstudies.org/new/docs/publications/1004Joshi-Frontmatter.pdf>>. Acesso: 07 dez. 2012. ISBN: 978918593776-9

SARAIVA, Miriam Gomes. As estratégias de cooperação Sul-Sul nos marcos da política externa brasileira de 1993 a 2007. In: **Revista Brasileira de Política Internacional.** Brasília: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, v. 50, n. 2, jul-dez 2007, p. 42-59. ISSN: 0034-7329

SHLAPENTOKH, Dmitri. Clash between Tajikistan and Uzbekistan underlines risk of war in Central Asia. **Central Asia-Caucasus Analyst**, Washington D.C.; Stockholm, Feb. 2012. Disponível em: <<http://cacianalyst.org/?q=node/5718>>. Acesso: 11 out. 2012.

_____. Russian Treatment of Tajikistan underlines fear of dependence in Central Asia. **Central Asia-Caucasus Analyst**, Washington D.C.; Stockholm, Feb. 2012. Disponível em: <<http://cacianalyst.org/?q=node/5718>>. Acesso: 11 out. 2012.

_____. Turkey and Kyrgyzstan deepen ties. **Central Asia-Caucasus Analyst**, Washington D.C.; Stockholm, Mar. 2012. Disponível em: <<http://cacianalyst.org/?q=node/5736>>. Acesso: 10 out. 2012.

SILVA, Ricardo Luís Pires Ribeiro da. **A nova rota da seda: caminhos para a presença brasileira na Ásia Central**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2008. ISBN: 978857631346-5

ŠIR, Jan. Turkmen Leader visits Islamabad and Beijing to boost diversification of energy export. **Central Asia-Caucasus Analyst**, Washington D.C.; Stockholm, Nov. 2011. Disponível em: <<http://cacianalyst.org/?q=node/5676>>. Acesso: 10 de outubro de 2012.

SMITH, Myles G. Rare earths investment race confronts risky Central Asian markets. **Central Asia-Caucasus Analyst**, Washington D.C.; Stockholm, Aug. 2012. Disponível em: <<http://cacianalyst.org/?q=node/5822>>. Acesso: 12 out. 2012.

SOULEIMANOV, Emil. Is Azerbaijan becoming área of confrontation between Iran and Israel **Central Asia-Caucasus Analyst**, Washington D.C.; Stockholm, Feb. 2012. Disponível em: <<http://cacianalyst.org/?q=node/5711>>. Acesso: 13 out. 2012.

_____. The prospects for war in Nagorno-Karabakh. **Central Asia-Caucasus Analyst**, Washington D.C.; Stockholm, Mar. 2012. Disponível em: <<http://cacianalyst.org/?q=node/5795>>. Acesso: 10 out. 2012.

STARR, S. Frederick; KUCHINS, Andrew C. **A Key to Success in Afghanistan: A Modern Silk Road Strategy**. Washington DC & Stockholm: Central Asia-Caucasus Institute & Silk Road Studies Program, 2007. Disponível em: <<http://www.silkroadstudies.org/new/docs/silkroadpapers/1005Afghan.pdf>>. Acesso: 07 dez. 2012. ISBN: 9789185937837

SOUTH STREAM. Gas pipeline route. **The South Stream project official website**, Moscou, 2012. Disponível em: <<http://www.south-stream.info/en/pipeline/route/>>. Acesso: 06 dez. 2012.

THÉRY, Hervé. Le Brésil et le Monde. In: ROLLAND, Denis; LESSA, Antônio Carlos (eds.). **Brazil's International Relations: Paths to power**. França: L'Harmattan, 2010, v. 1, p. 61-72. ISBN: 978229613543-7

TOLIPOV, Farkhod. CSTO Minus Uzbekistan: implications for collective security in Central Asia **Central Asia-Caucasus Analyst**, Washington D.C.; Stockholm, Aug. 2012. Disponível em: <<http://cacianalyst.org/?q=node/5811>>. Acesso: 12 de outubro de 2012.

_____. Uzbekistan-Kyrgyzstan relations after June 2010 imply a continued lack of regionalism. **Central Asia-Caucasus Analyst**, Washington D.C.; Stockholm, Aug. 2011. Disponível em: <<http://cacianalyst.org/?q=node/5599>>. Acesso: 09 out. 2012.

_____. Uzbekistan's new foreign policy concept: no base, no blocks but national interests first. **Central Asia-Caucasus Analyst**, Washington D.C.; Stockholm, Set. 2012. Disponível em: <<http://cacianalyst.org/?q=node/5829>>. Acesso: 09 out. 2012.

_____. Uzbekistan-Tajikistan relations in limbo. **Central Asia-Caucasus Analyst**, Washington D.C.; Stockholm, May 2012. Disponível em: <<http://cacianalyst.org/?q=node/5775>>. Acesso: 09 out. 2012.

USA. Central of Intelligence Agency (CIA). **The world factbook**. Washington D.C., 2012. Disponível em: <<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/>>. Acesso: 25 nov. 2012.

VASSILIEV, Alexei M. Russia and Central Asia. In: VASSILIEV, Alexei (Ed.). **Central Asia political & economic challenges in the post-soviet era**. London: Saqui Books, 2001. ISBN: 978-0863569135

VISENTINI, Paulo Fagundes. A novíssima China e o sistema internacional. In: **Revista de Sociologia e Política**: Universidade Federal do Paraná, vol.19, nº suplementar, p. 131-141, 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rsocp/v19s1/09.pdf>>. Acesso: 07 dez. 2012.

_____. **As Relações diplomáticas da Ásia: Articulações regionais e afirmação mundial (uma perspectiva brasileira)**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012. ISBN: 978858054042-0

_____. **O Dragão Chinês e o Elefante Indiano: a ascensão da Ásia e a transformação do mundo**. 1. ed. Porto Alegre: Leitura XXI, 2011. ISBN: 978858688009-4

VISENTINI, Paulo G. Fagundes; SILVA, André Luiz Reis da. Brazil and the economic, political, and environmental multilateralism: the Lula years (2003-2010). In: ROLLAND, Denis; LESSA, Antônio Carlos (eds.). **Brazil's International Relations: Paths to power**. França: L'Harmattan, 2010, v. 1, p. 73-89. ISBN: 978229613543-7

VISENTINI, Paulo Fagundes. **O Oriente Médio e Afeganistão: um século de conflitos**. Porto Alegre: Leitura XXI, 2002.

_____. **Relações Internacionais da Ásia e da África**. Petrópolis: Vozes, 2007. ISBN: 978853263491-7

_____. **Relações Internacionais do Brasil - de Vargas a Lula**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2008, 3ª edição. ISBN: 9788576430544

VIGEVANI, Tullo; CEPALUNI, Gabriel. A Política Externa de Lula da Silva: a Estratégia da Autonomia pela Diversificação. In: **Contexto Internacional**. Rio de Janeiro: Instituto de Relações Internacionais, v. 29, n° 2, jul-dez 2007, p. 273-335.

WEITZ, Richard. Iran's self-defeating regional strategy. **Central Asia-Caucasus Analyst**, Washington D.C.; Stockholm, Mar. 2012. Disponível em: <<http://cacianalyst.org/?q=node/5738>>. Acesso em: 10 out. 2012.

_____. **Kazakhstan and the New International Politics of Eurasia**. Washington DC; Stockholm: Central Asia-Caucasus Institute & Silk Road Studies Program, 2008. Disponível em: <<http://www.hudson.org/files/documents/Kazakhstan%20and%20the%20New%20International%20Politics%20of%20Eurasia-Weitz-CACI-2008.pdf>>. Acesso: 07 dez. 2012. ISBN: 978918593733-2

_____. Kazakhstan balance sheet: 20 years of independence bring gains and uncertainties. **Central Asia-Caucasus Analyst**, Washington D.C.; Stockholm, Feb. 2012. Disponível em: <<http://cacianalyst.org/?q=node/5719>>. Acesso: 11 out. 2012.

_____. NATO's Afghan supply lines under threat. **Central Asia-Caucasus Analyst**, Washington D.C.; Stockholm, Nov. 2010. Disponível em: <<http://cacianalyst.org/?q=node/5441>>. Acesso: 02 nov. 2012.

_____. Obama's new central asian strategy and its impediments. **Central Asia-Caucasus Analyst**, Washington D.C.; Stockholm, Jan. 2012. Disponível em: <<http://cacianalyst.org/?q=node/5700>>. Acesso: 12 out. 2012.

_____. Putin's plans for Eurasia. **Central Asia-Caucasus Analyst**, Washington D.C.; Stockholm, Nov. 2011. Disponível em: <<http://cacianalyst.org/?q=node/5667>>. Acesso: 12 out. 2012.

WIKIPEDIA. **Map of the Caspian Sea**. United States of America, 08 Jan. 2007. Disponível em: <<http://en.wikipedia.org/wiki/File:Caspianseamap.png>>. Acesso: 07 dez. 2012

ZEB, Rizwan. Pakistan's energy future: international pressures and regional complusions. **Central Asia-Caucasus Analyst**, Washington D.C.; Stockholm, Mar. 2012. Disponível em: <<http://cacianalyst.org/?q=node/5727>>. Acesso: 11 out. 2012.

ZONU. **Cáucaso y Asia Central 2003**. Disponível em: <<http://www.zonu.com/images/0X0/2009-09-17-582/Caucaso-y-Asia-Central-2003.jpg>>. Acesso: 02 dez. 2012.

APÊNDICE

Apêndice A – Transcrição de Entrevista com o Embaixador Paulo Antônio Pereira Pinto⁵⁶, chefe da Representação do MRE no estado do Rio Grande do Sul,

Entre os dias 27 de novembro e 01º de dezembro de 2012, o Excl. Embaixador Paulo Antônio Pereira Pinto concedeu, por e-mail, uma entrevista para complementação deste trabalho. As perguntas foram pré-aprovadas pelo Embaixador e as respostas são a transcrição fiel de suas respostas. Ressalta-se que as mesmas refletem observações pessoais do Embaixador Pereira Pinto, e não a posição oficial do Ministério das Relações Exteriores do Brasil.

Pergunta 1 - Percebe-se que, durante o governo do ex-presidente Lula, houve avanços expressivos nas relações do Brasil com os países caucasianos e centro-asiáticos. É possível afirmar que a aproximação entre o Brasil e os países da Ásia Central e do Cáucaso insere-se em um contexto maior de política externa assentado na cooperação com os países do Sul e no multilateralismo?

Resp. Prefiro inserir o interesse do Brasil pela Ásia Central e Cáucaso na ideia expressa no título de seu trabalho: o novo Grande Jogo do Século XXI. Isto é, na área em questão, estima-se que existam reservas de petróleo e gás ao redor de US um trilhão. Mesmo que o Brasil se torne independente nestes setores, precisamos conhecer os concorrentes, bem como estarmos presentes na oferta de bens e serviços.

Pergunta 2 - A aproximação do Brasil com os países do Cáucaso vivenciou grandes progressos nos últimos anos com a instalação de representações permanentes na região e no estímulo ao comércio e á cooperação bilateral. É possível dizer que houve uma política de estímulos às relações com esses países – e, de quebra, com a Ásia Central – nos últimos anos?

⁵⁶ Atualmente é Chefe do Escritório de Representação do MRE no Rio Grande do Sul. Serviu, anteriormente, como Embaixador em Baku, Azerbaijão, entre 2009 e 2012 e Cônsul-Geral em Mumbai, Índia, entre 2006 e 2009 e, a partir de 1982, durante vinte anos, na Ásia Oriental, sucessivamente, em Pequim, Kuala Lumpur, Cingapura, Manila e Taipé. Na década de 1970 trabalhou, na África, nas Embaixadas em Libreville, Gabão, e Maputo, Moçambique e foi Encarregado de Negócios em Pretória, África do Sul. As opiniões expressas são de sua inteira responsabilidade e não refletem pontos de vista do Ministério das Relações Exteriores da república Federativa do Brasil.

Resp. Conforme mencionei na resposta anterior, há enorme geração de riquezas nas áreas em questão. Daí, termos aumentado nossa presença, inclusive com o aumento na cooperação em agricultura familiar e divulgação cultural, como a prática da capoeira, muito conhecida naquelas regiões. Em troca, pretendemos identificar oportunidades na área de prestação de serviços, como de construção civil e a já bem sucedida venda de aviões da EMBRAER. O Brasil possui, agora, Embaixadas em Ierevan – Armênia, Baku – Azerbaijão, e Tbilisi – Geórgia. Na Ásia Central, temos Embaixada em Astana, Cazaquistão.

Pergunta 3 - Dado o contexto do Novo Grande Jogo, quais seriam as melhores oportunidades que se apresentam para o Brasil para estimular as relações com os países da Ásia Central e do Cáucaso nos próximos anos? O senhor acha que o Brasil poderia lucrar de alguma forma com a Nova Rota da Seda?

Resp. A Rota das Sedas, apesar de transmitir apenas a ideia de intercâmbio comercial, serviu, também, para a troca de ideias e divulgação de culturas. O maior produto de exportação da Índia para a China, via este caminho, como se sabe, foi o Budismo. Daí, práticas desenvolvidas no Brasil, como a já citada agricultura familiar, bem como formas inovadoras de inserção social, podem ser divulgadas, a partir de diferentes pontos desta rota, ora renovada, pelas regiões do Cáucaso e da Ásia Central.

Pergunta 4 - Como o senhor avaliaria a experiência de ter sido o primeiro Embaixador no Azerbaijão e de ter vivido na “esquina do mundo” entre o Ocidente e o Oriente?

Resp. Sempre escolhia os Postos onde servi, pela possibilidade de dar uma contribuição pessoal para encontrar soluções comuns para problemas em comum. Nessa perspectiva, foi possível desenvolver interlocução com diferentes setores governamentais e da sociedade civil, com base no fato de que Brasil e Azerbaijão são países multiculturais, onde pessoas de diferentes origens convivem sem preconceitos. Procurei, então, identificar elementos comuns, na dança, música, esportes e literatura. Avalio a experiência de ter sido o primeiro Embaixador residente em Baku como muito compensadora.

Pergunta 5 - O conflito de Nagorno-Karabakh entre Armênia e Azerbaijão permanece sem solução mesmo após sucessivas tentativas de negociação. Na opinião do senhor, qual seria o risco de eclodir uma nova guerra entre os dois países caucasianos em decorrência

das disputas territoriais existentes? É possível afirmar que, hoje, o Azerbaijão estaria em posição mais favorecida para vencer um conflito com a Armênia?

Resp. O conflito “congelado” entre a Armênia e o Azerbaijão é melhor explicado pelo fato de que os armênios ocupam militarmente cerca de vinte por cento do território azeri, apesar de três resoluções do Conselho de Segurança da ONU, datadas de 1993, terem determinado sua retirada. Há uma disputa, entre Ierevan e Baku, pela soberania sobre o território de Nagorno-Karabakh. Em caso de nova guerra entre os dois países, acredita-se que, no momento, o Azerbaijão contaria com superioridade militar, tendo em vista grandes investimentos que efetuou neste setor, em função de recursos obtidos com a venda de petróleo e gás.

Pergunta 6 - Muitos acadêmicos avaliam que a Rússia tem procurado reafirmar sua influência sobre a região que outrora compunha a União Soviética. Para tanto, argumentam que Moscou pode ser valer, inclusive, da via militar para garantir que as ex-repúblicas permaneçam como suas zonas de interesses preferenciais. Como o senhor avaliaria as relações da Rússia com os países caucasianos e centro-asiáticos especialmente após a intervenção na Geórgia, em 2008?

Res. A Rússia tem objetivos nacionais próprios, que visam a garantir a segurança de suas fronteiras. Consideram, portanto, o Sul do Cáucaso como área estratégica em tal projeto. Avalia-se que, eventual conflito armado entre a Armênia e o Azerbaijão – que foram, como a Georgia, integrantes da antiga União Soviética – pudesse, sim, provocar intervenção militar russa naqueles países, a pretexto de pacificação.

Pergunta 7 - No seu artigo “China – Falta um Discurso sobre a Ascensão Pacífica Terrestre. A Nova Rota das Sedas”, o senhor argumenta que o avanço da China sobre a Ásia Central estaria se consolidando através de uma política de “círculos concêntricos”. Essa política, por sua vez, não poderia acabar colocando Pequim em atrito com outras potências que também buscam exercer maior influência no centro da Eurásia?

Essa é uma questão muito difícil de responder, considerando-se os dados disponíveis no momento. Como diplomata no serviço ativo brasileiro, ademais, não me caberia opinar sobre ações futuras de outros países.

Apêndice B – Dados Gerais dos países da Ásia Central

Tabela 4 – Dados Gerais do Cazaquistão

Dados Políticos e Sociais			
Nome oficial	República do Cazaquistão	Idioma oficial	Cazaque e russo
Presidente	Nursultan A. Nazarbayev	Religião	Muçulmanos (47%) Cristãos Ortodoxos (44%) Outros (9% pop.)
Capital	Astana	Grupos étnicos (1999)	Cazaques (63,1%) Russos (23,7%) Outros (13,2%)
População	17.522.010 (est. Jul/12)		Mortalidade
Pop. Urbana	59% (2010)	Infantil	
Taxa cresc. Pop.	1.235%	Taxa de fecundidade	2,41 filhos/mulher
Exp. de vida	69,63 anos		
População abaixo da linha da pobreza	8,2% (est. 2011)		
Analfabetismo	0,5% pop. (1999)		
Dados Econômicos			
PIB	US\$ 216,8 bilhões (est. 2011)	PIB per capita	US\$ 13.000,00 (est. 2011)
Taxa cresc. PIB	7,5% (est. 2011) 7,3 % (est. 2010) 1,2% (est. 2009)	Divisão do PIB (est. 2011)	Agricultura – 25,9% Indústria – 11,9% Serviços – 62,2%
Desemprego	5,4% população (est. 2011)	Taxa de inflação	8,3% (est. 2011)
Índice de Gini	26,7 (2009)	Moeda	Tenge (KZT)
Estoque de IED	US\$ 92,04 bilhões (est. 2011)	IED no exterior	US\$ 18,29 bilhões (est. 2011)
Reserva em moeda estrangeira e ouro	US\$ 29,33 bilhões (est. 2011)	Dívida externa	US\$ 103,3 bilhões (est. 2011)
Balança Comercial			
Exportações	US\$ 88,48 bilhões (est. 2011)	Importações	US\$ 41,21 bilhões (est. 2011)
Principais parceiros (est. 2011)	China (21,7%) França (9,4%) Alemanha (8,3%) Rússia (5,3%) Itália (5,2%)	Principais parceiros (est. 2011)	China (30,1%) Rússia (20%) Alemanha (7,4%) Ucrânia (5%)
Principais produtos exportados	Óleos e derivados, metais, químicos, máquinas, grãos	Principais produtos importados	Máquinas e equipamentos, produtos metálicos, alimentos
Saldo da Balança Comercial	US\$ 47,27 bilhões (est. 2011)	Saldo em conta corrente	US\$ 14,11 bilhões (est. 2011)

FONTE: Elaboração própria a partir de USA.CIA (2012)

Tabela 5 – Dados Gerais do Quirguistão

Dados Políticos e Sociais			
Nome oficial	República Quirguiz	Idioma oficial	Quirguiz e russo
Presidente	Almazbek Atambaev (desde 01/12/2011)	Grupos étnicos (1999)	Quirguiz (64,9%) Uzbeques (13,6%) Russos (12,5%) Outros (9,2%)
Capital	Bishkek	Religião	Muçulmanos (75%) Cristãos Ortodoxos (20%) Outros (5% pop.)
População	5.496.537(est. Jul/12)	Mortalidade Infantil	30,8/1000
Pop. Urbana	35% (2010)	Taxa de fecundidade	2,73 filhos/mulher
Taxa cresc. Pop.	0,89%		
Exp. de vida	69,45 anos		
População abaixo da linha da pobreza	33,7% (est. 2011)		
Analfabetismo	1,3% pop. (1999)		
Dados Econômicos			
PIB	US\$ 13,3 bilhões (est. 2011)	PIB per capita	US\$ 2.400,00 (est. 2011)
Taxa cresc. PIB	5,7% (est. 2011) -0,5 % (est. 2010) 2,9 % (est. 2009)	Divisão do PIB (est. 2011)	Agricultura – 20,1% Indústria – 28,8% Serviços – 51,1%
Desemprego	8,6% população (est. 2011)	Taxa de inflação	16,6% (est. 2011)
Índice de Gini	33,4 (2007)	Moeda	Soms (KGS)
Estoque de IED	US\$ 1,409 bilhões (est. 2011)	IED no exterior	US\$ 1,5 milhões (est. 2011)
Reserva em moeda estrangeira e ouro	US\$ 1,835 bilhões (est. 2011)	Dívida externa	US\$ 3,602 bilhões (est. 2011)
Balança Comercial			
Exportações	US\$ 2,331 bilhões (est. 2011)	Importações	US\$ 3,959 bilhões (est. 2011)
Principais parceiros Exportação (est. 2011)	Uzbequistão (25,3%) Rússia (22,1%) Cazaquistão (20,1%) China (7,8%) EAU (5,5%)	Principais parceiros Importação (est. 2011)	China (59,7%) Rússia (13,9%) Cazaquistão (5,2%)
Principais produtos exportados	Ouro, algodão, lã, roupas, carnes, tabaco, mercúrio, urânio, energia hídrica	Principais produtos importados	Petróleo e gás, máquinas e equipamentos, químicos, alimentos
Saldo da Balança Comercial	-US\$ 1,628 bilhões (est. 2011)	Saldo em conta corrente	-US\$ 252,4 milhões (est. 2011)

FONTE: Elaboração própria a partir de USA.CIA (2012)

Tabela 6 – Dados gerais do Tadjiquistão

Dados Políticos e Sociais			
Nome oficial	República do Tadjiquistão	Idioma oficial	Tadjique
Presidente	Emomali Rahmon (desde 19/11/1992)	Religião (est. 2003)	Muçulmanos Sunitas (85%) Muçulmanos Xiitas (5%) Outros (10%)
Capital	Dushanbe		
População	7.768.385 (est. Jul/12)		
Pop. Urbana	26% (2010)	Grupos étnicos (2000)	Tadjiques (79,9%) Uzbeques (15,3%) Outros (4,9%)
Taxa cresc. Pop.	1.823%	Mortalidade	65/1000
Exp. de vida	66,38 anos	Infantil	
População abaixo da linha da pobreza	46,7% (est. 2009)	Taxa de fecundidade	2,85 filhos/mulher
Analfabetismo	0,3% pop. (est. 2010)		
Dados Econômicos			
PIB	US\$ 16,22 bilhões (est. 2011)	PIB per capita	US\$ 2.100,00 (est. 2011)
Taxa cresc. PIB	7,4% (est. 2011) 6,5% (est. 2010) 3,9% (est. 2009)	Divisão do PIB (est. 2011)	Agricultura – 19,9% Indústria – 20,1% Serviços – 60%
Desemprego	2,2% população (est. 2009)	Taxa de inflação	12,4% (est. 2011)
Índice de Gini	32,6 (2009)	Moeda	Somoni (TJS)
Estoque de IED	US\$ 100,3 bilhões (est. 2009)	IED no exterior	US\$ 18,5 bilhões (est. 2010)
Reserva em moeda estrangeira e ouro	US\$ 532,4 milhões (est. 2011)	Dívida externa	US\$ 2,589 bilhões (est. 2011)
Balança Comercial			
Exportações	US\$ 1,739 bilhões (est. 2011)	Importações	US\$ 3,54 bilhões (est. 2011)
Principais parceiros Exportação (est. 2011)	Turquia (30,2%), Rússia (8,3%) Irã (7%) China (6,7%) Coreia do Sul (6,5%)	Principais parceiros Importação (est. 2011)	China (45,9%) Rússia (16,4%) Cazaquistão (6,8%) EUA (4,1%)
Principais produtos exportados	Alumínio, eletricidade, algodão, frutas, óleos vegetais, têxteis	Principais produtos importados	Derivados do petróleo, alumínio oxidado, máquinas e equipamentos, alimentos
Saldo da Balança Comercial	-US\$ 1,801 bilhões (est. 2011)	Saldo em conta corrente	-US\$ 303,9 milhões (est. 2011)

FONTE: Elaboração própria a partir de USA.CIA (2012)

Tabela 7 – Dados Gerais do Turcomenistão

Dados Políticos e Sociais			
Nome oficial	Turcomenistão	Idioma oficial	Turcomeno
Presidente	Gurbanguly Berdimuhamedow (desde 14/02/2007)	Grupos étnicos (2003)	Turcomenos (85%) Uzbeques (5%) Russos (4%) Outros (6%)
Capital	Ashgabat	Religião	Muçulmanos (89%) Cristãos Ortodoxos (9%) Outros (2%)
População	5.054.828 (est. Jul/12)	Mortalidade Infantil	40,89/1000
Pop. Urbana	50% (2010)	Taxa de fecundidade	2,14 filhos/mulher
Taxa cresc. Pop.	1,143%		
Exp. de vida	68,84 anos		
População abaixo da linha da pobreza	30% (est. 2004)		
Analfabetismo	1,2% pop. (est. 1999)		
Dados Econômicos			
PIB	US\$ 43,34 bilhões (est. 2011)	PIB per capita	US\$ 7.800,00 (est. 2011)
Taxa cresc. PIB	14,7% (est. 2011) 9,2% (est. 2010) 6,1% (est. 2009)	Divisão do PIB (est. 2011)	Agricultura – 7,9% Indústria – 24,5% Serviços – 67,6%
Desemprego	60% população (est. 2004)	Taxa de inflação	12% (est. 2011)
Índice de Gini	40,8 (1998)	Moeda	Manat Turcomeno (TMM)
Estoque de IED	NDA	IED no exterior	NDA
Reserva em moeda estrangeira e ouro	US\$ 19,4 bilhões (est. 2011)	Dívida externa	US\$ 452,9 milhões (est. 2011)
Balança Comercial			
Exportações	US\$ 14,78 bilhões (est. 2011)	Importações	US\$ 9,604 bilhões (est. 2011)
Principais parceiros Exportação (est. 2011)	China (59,2%) Turquia (5%) Itália (4,7%) EAU (4,3%)	Principais parceiros Importação (est. 2011)	Turquia (21%) Rússia (14%) China (11,1%) EAU (7,9%) Alemanha (5,8%)
Principais produtos exportados	Gás natural, petróleo e derivados, têxteis, fibra de algodão	Principais produtos importados	Máquinas e equipamentos, alimentos, produtos químicos
Saldo da Balança Comercial	US\$ 5,176 bilhões (est. 2011)	Saldo em conta corrente	US\$ 1,005 bilhão (est. 2011)

FONTE: Elaboração própria a partir de USA.CIA (2012)

Tabela 8 – Dados Gerais do Uzbequistão

Dados Políticos e Sociais			
Nome oficial	República do Uzbequistão	Idioma oficial	Uzbeque
Presidente	Islam Karimov (desde 24/03/1990)	Grupos étnicos (est. 1996)	Uzbeques (80%) Russos (5,5%) Tadjiques (5%) Outros (9,5%)
Capital	Tashkent	Religião	Muçulmanos (88%) Cristãos Ortodoxos (9%) Outros (3%)
População	28.394.180 (est. Jul/12)		Mortalidade
Pop. Urbana	36% (2010)	Infantil	(est. 2012)
Taxa cresc. Pop.	0,94%	Taxa de fecundidade	1,86 filhos/mulher
Exp. de vida	72,77 anos (est. 2012)		
População abaixo da linha da pobreza	26% (est. 2008)		
Analfabetismo	0,7% pop. (est. 2003)		
Dados Econômicos			
PIB	US\$ 95,24 bilhões (est. 2011)	PIB per capita	US\$ 3.300,00 (est. 2011)
Taxa cresc. PIB	8,3% (est. 2011) 8,5% (est. 2010) 8,1% (est. 2009)	Divisão do PIB (est. 2011)	Agricultura – 21,9% Indústria – 37,7% Serviços – 40,3%
Desemprego	1% população (est. 2009)	Taxa de inflação	12,8% (est. 2011)
Índice de Gini	36,8 (2003)	Moeda	Soum (UZS)
Estoque de IED	NDA	IED no exterior	NDA
Reserva em moeda estrangeira e ouro	US\$ 15 bilhões (est. 2011)	Dívida externa	US\$ 8,54 bilhões (est. 2011)
Balança Comercial			
Exportações	US\$ 12,59 bilhões (est. 2011)	Importações	US\$ 8,53 bilhões (est. 2011)
Principais parceiros Exportação	Rússia (20,9%) Turquia (17,1%) China (14,7%) Cazaquistão (10,3%) Bangladesh (8,7%)	Principais parceiros Importação	Rússia (21,4%) Coreia do Sul (19,1%) China (15,1%) Alemanha (7,5%) Cazaquistão (5,6%)
Principais produtos exportados	Energia, algodão, ouro, fertilizantes, têxteis, alimentos, máquinas, automóveis	Principais produtos importados	Máquinas e equipamentos, alimentos, produtos químicos
Saldo da Balança Comercial	US\$ 4,06 bilhões (est. 2011)	Saldo em conta corrente	US\$ 3,36 bilhões (est. 2011)

FONTE: Elaboração própria a partir de USA.CIA (2012)

Apêndice C – Dados Gerais dos países do Cáucaso

Tabela 9 – Dados gerais da Armênia

Dados Políticos e Sociais			
Nome oficial	República da Armênia	Idioma oficial	Armênio
Presidente	Serzh Sargsian (desde 09/04/2008)	Religião (est. 2003)	Apostólicos Armênios (94,7%) Cristãos - outros (4%) Outros (1,3%)
Capital	Yerevan	Grupos étnicos (2000)	Armênios (97,9%) Curdos (1,3%) Outros (0,8%)
População	2.970.495 (est. Jul/12)		Mortalidade
Pop. Urbana	64% (2010)	Infantil	
Taxa cresc. Pop.	0,107%	Taxa de fecundidade	1,38 filhos/mulher
Exp. de vida	73,49 anos		
População abaixo da linha da pobreza	46,7% (est. 2009)		
Analfabetismo	0,4% pop. (est. 2010)		
Dados Econômicos			
PIB	US\$ 17,97 bilhões (est. 2011)	PIB per capita	US\$ 5.400,00 (est. 2011)
Taxa cresc. PIB	4,6% (est. 2011) 2,1% (est. 2010) -14,2% (est. 2009)	Divisão do PIB (est. 2011)	Agricultura – 19% Indústria – 40,4% Serviços – 40,5%
Desemprego	5,9% população (est. 2011)	Taxa de inflação	7,7% (est. 2011)
Índice de Gini	30,9 (2008)	Moeda	Drams (AMD)
Estoque de IED	NDA	IED no exterior	NDA
Reserva em moeda estrangeira e ouro	US\$ 1,932 bilhões (est. 2011)	Dívida externa	US\$ 6,417 bilhões (est. 2011)
Balança Comercial			
Exportações	US\$ 1,739 bilhões (est. 2011)	Importações	US\$ 3,614 bilhões (est. 2011)
Principais parceiros	Rússia (16,7%)	Principais parceiros	Rússia (20,1%)
Exportação (est. 2011)	Alemanha (11,8%) Bulgária (11,4%) Holanda (8,8%) Irã (8%)	Importação (est. 2011)	China (8,2%) Ucrânia (6,9%) Irã (6,5%) Alemanha (5,9%)
Principais produtos exportados	Ferro gusa, cobre, metais, diamantes, produtos mineraiis, alimentos	Principais produtos importados	Gás natural, petróleo, tabaco, alimentos, diamantes
Saldo da Balança Comercial	-US\$ 1,875 bilhões (est. 2011)	Saldo em conta corrente	-US\$ 1,21 bilhões (est. 2011)

FONTE: Elaboração própria a partir de USA.CIA (2012)

Tabela 10 – Dados Gerais do Azerbaijão

Dados Políticos e Sociais			
Nome oficial	República do Azerbaijão	Idioma oficial	Armênio
Presidente	Ilham Aliye (desde 31/10/2003)	Grupos étnicos (1999)	Azeris (90,6%) Dagestanos (2,2%) Russos (1,8%) Outros (5,4%)
Capital	Baku	Religião (est. 1995)	Muçulmanos (94,3%) Cristãos Ortodoxos (4,8%) Outros (1,8%)
População	9.493.600 (est. Jul/12)	Mortalidade Infantil	28,76/1000
Pop. Urbana	52% (2010)	Taxa de fecundidade	1,92 filhos/mulher
Taxa cresc. Pop.	1,017%		
Exp. de vida	71,32 anos		
População abaixo da linha da pobreza	11% (est. 2009)		
Analfabetismo	0,2% pop. (2010)		
Dados Econômicos			
PIB	US\$ 93,05 bilhões (est. 2011)	PIB per capita	US\$ 10.200,00 (est. 2011)
Taxa cresc. PIB	0,1% (est. 2011) 5% (est. 2010) 9,3% (est. 2009)	Divisão do PIB (est. 2011)	Agricultura – 5,5% Indústria – 62,1% Serviços – 23,4%
Desemprego	1% população (est. 2011)	Taxa de inflação	7,7% (est. 2011)
Índice de Gini	33,7 (2008)	Moeda	Manat Azerbaijano (AZN)
Estoque de IED	US\$ 10,35 bilhões (est. 2011)	IED no exterior	US\$ 6,323 bilhões (est. 2011)
Reserva em moeda estrangeira e ouro	US\$ 10,27 bilhões (est. 2011)	Dívida externa	US\$ 4,056 bilhões (est. 2011)
Balança Comercial			
Exportações	US\$ 34,49 bilhões (est. 2011)	Importações	US\$ 10,17 bilhões (est. 2011)
Principais parceiros Exportação (est. 2011)	Itália (32,6%) França (13,3%) EUA (7,6%) Alemanha (6,3%) Indonésia (5,4%)	Principais parceiros Importação (est. 2011)	Turquia (18,1%) Rússia (15,4%) China (7,8%) Alemanha (7,2%) Reino Unido (6,1%)
Principais produtos exportados	Petróleo, gás natural, máquinas, algodão, alimentos	Principais produtos importados	Máquinas e equipamentos, derivados do petróleo, alimentos, metais
Saldo da Balança Comercial	US\$ 24,32 bilhões (est. 2011)	Saldo em conta corrente	-US\$ 1,21 bilhões (est. 2011)

FONTE: Elaboração própria a partir de USA.CIA (2012)

Tabela 11 – Dados Gerais da Geórgia

Dados Políticos e Sociais			
Nome oficial	Geórgia	Idioma oficial	Armênio
Presidente	Mikheil Saakashvili (desde 25/01/2004)	Grupos étnicos (2002)	Georgianos (83,8%) Azeris (6,5%) Armênios (5,7%) Outros (4%)
Capital	Tbilisi	Religião (est. 2003)	Cristãos Ortodoxos (83,9%) Muçulmanos (9,9%) Outros (6,2)
População	4.570.934 (est. Jul/12)	Mortalidade Infantil (2010)	14,68/1000
Pop. Urbana	53% (2010)	Taxa de fecundidade	1,46 filhos/mulher
Taxa cresc. Pop.	-0,327%		
Exp. de vida	77,32 anos		
População abaixo da linha da pobreza	9,7% (est. 2009)		
Analfabetismo	0,3% pop. (est. 2010)		
Dados Econômicos			
PIB	US\$ 24,54 bilhões (est. 2011)	PIB per capita	US\$ 5.500,00 (est. 2011)
Taxa cresc. PIB	7% (est. 2011) 6,3% (est. 2010) -3,8% (est. 2009)	Divisão do PIB (est. 2011)	Agricultura – 8,8% Indústria – 23,6% Serviços – 67,6%
Desemprego	16,3% população (est. 2010)	Taxa de inflação	8,5% (est. 2011)
Índice de Gini	40,8 (2009)	Moeda	Iaris (GEL)
Estoque de IED	US\$ 9,305 bilhões (est. 2009)	IED no exterior	US\$ 18,5 bilhões (est. 2010)
Reserva em moeda estrangeira e ouro	US\$ 2,818 bilhões (est. 2011)	Dívida externa	US\$ 714,6 milhões (est. 2011)
Balança Comercial			
Exportações	US\$ 3,223 bilhões (est. 2011)	Importações	US\$ 6,639 bilhões (est. 2011)
Principais parceiros Exportação (est. 2011)	Azerbaijão (17,3%) Turquia (10,4%) Armênia (9,9%) Cazaquistão (7,3%) Ucrânia (6,2%)	Principais parceiros Importação (est. 2011)	Turquia (17,8%) Ucrânia (10%) Azerbaijão (8,3%) China (7,6%) Alemanha (6,8%)
Principais produtos exportados	Automóveis, fertilizantes, ferro-liga, nozes, sucata, ouro, cobre	Principais produtos importados	Combustíveis, automóveis, máquinas e peças, grãos, alimentos
Saldo da Balança Comercial	-US\$ 3,116 bilhões (est. 2011)	Saldo em conta corrente	-US\$ 1,799 bilhões (est. 2011)

FONTE: Elaboração própria a partir de USA.CIA (2012)

Apêndice D – Balança Comercial Brasileira com os países da Ásia Central e do Cáucaso

Tabela 12 - Balança Comercial entre o Brasil e os países da Ásia Central

Exportações Brasileiras (em US\$)					
Ano	Cazaquistão	Quirguistão	Tadjiquistão	Turcomenistão	Uzbequistão
2003	7.451.901	153.450	181.618	7.393.395	2.711.742
2004	13.303.304	651.342	306.016	8.021.900	10.163.077
2005	31.856.661	2.278.481	1.177.639	3.526.674	7.817.282
2006	40.046.314	1.377.267	2.570.551	7.515.032	5.245.082
2007	41.245.515	2.146.980	9.105.155	12.562.557	6.753.069
2008	45.600.808	1.491.098	21.407.605	12.276.256	7.662.479
2009	25.480.597	6.322.544	12.125.241	5.079.969	11.707.984
2010	48.392.158	2.002.826	9.855.194	3.607.477	19.651.199
2011	112.768.190	6.807.205	11.753.550	7.165.228	8.357.978
2012 (até out)	116.437.550	4.219.942	3.087.516	3.200.861	16.639.796

Importações Brasileiras (em US\$)					
Ano	Cazaquistão	Quirguistão	Tadjiquistão	Turcomenistão	Uzbequistão
2003	62.133.872	10.634	108	630.304	450
2004	3.127.512	---	64.514	7.699.583	2.128
2005	5.083.122	---	20.791	1.943.502	1.360.513
2006	8.583.508	288.167	255.361	3.370.907	606.013
2007	35.124.628	318.379	2.421	58.113	1.258.854
2008	11.401.669	240.346	8.688	664.619	6.701.815
2009	12.215.504	21.329	143.032	1.462.488	2.062.635
2010	11.848.070	204.518	3.578	533.981	1.073.654
2011	39.123.684	224.719	3.259	381.897	2.532.739
2012 (até out)	77.657.799	1.038	620	339.386	1.562.311

Saldo da Balança Comercial (em US\$)					
Ano	Cazaquistão	Quirguistão	Tadjiquistão	Turcomenistão	Uzbequistão
2003	4.324.389	142.816	181.510	-306.188	2.711.292
2004	8.220.182	651.342	241.502	6.078.398	10.160.949
2005	23.273.153	2.278.481	1.156.848	155.767	6.456.769
2006	4.921.686	1.089.100	2.315.190	7.456.919	4.639.069
2007	29.843.846	1.828.601	9.102.734	11.897.938	5.494.215
2008	33.385.304	1.250.752	21.398.917	10.813.768	960.664
2009	13.632.527	6.301.215	11.982.209	4.545.988	9.645.349
2010	9.268.474	1.798.308	9.851.616	3.225.580	18.577.545
2011	35.110.391	6.582.486	11.750.291	6.825.842	5.825.239
2012 (até out)	54.303.678	4.218.904	3.086.896	3.192.748	15.077.485

Fonte: Elaboração própria a partir de BRASIL.MDIC (2012)

Tabela 13 - Balança Comercial entre o Brasil e os países do Cáucaso

Exportações Brasileiras (em US\$)			
Ano	Armênia	Azerbaijão	Geórgia
2003	8.368.136	6.202.399	53.963.924
2004	10.436.618	12.825.821	80.334.074
2005	9.431.339	16.036.074	85.014.599
2006	15.421.780	20.615.601	44.333.918
2007	19.523.906	36.426.396	71.339.239
2008	31.418.556	28.531.614	137.578.055
2009	27.260.529	16.985.498	89.681.903
2010	23.716.600	22.070.417	107.772.528
2011	32.067.428	47.060.618	210.144.445
2012 (até out)	27.930.681	30.144.141	168.292.997

Importações Brasileiras (em US\$)			
Ano	Armênia	Azerbaijão	Geórgia
2003	296.088	101.449	385.320
2004	2.749	4.323	7.280.087
2005	12.030	---	660.740
2006	185.960	77.627.951	3.479.117
2007	666.487	278.129.991	17.329.939
2008	261.449	193.952	13.039.259
2009	97.441	108.938	756.940
2010	898.922	193.980	7.721.539
2011	171.159	43.431	937.665
2012 (até out)	16.502	154.565	175.712

Saldo da Balança Comercial (em US\$)			
Ano	Armênia	Azerbaijão	Geórgia
2003	8.072.048	6.100.950	53.578.604
2004	10.433.869	12.821.498	73.053.987
2005	9.419.309	16.036.074	84.353.859
2006	15.235.820	-57.012.350	40.854.801
2007	18.857.419	-241.703.595	54.009.300
2008	31.157.107	28.337.662	124.538.796
2009	27.163.088	16.876.560	88.924.963
2010	22.817.678	21.876.437	100.050.989
2011	31.896.269	47.017.187	209.206.780
2012 (até out)	27.914.179	29.989.576	168.117.285

Fonte: Elaboração própria a partir de MDIC (2012)